

A Defesa Nacional



OUTUBRO
1957

NÚMERO
519

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRAS

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1957

N. 519

SUMÁRIO

EDITORIAL

Págs.

- "Acompanhando o Progresso do Exército" — Gen. El. Lottio de Carvalho... 5

CULTURA PROFISSIONAL

- "Operações de Grupamentos Táticos à Base de Companhias", da revista ARMY — Tradução do Maj Kleber Assumpção... 9
- "A Importância do Método e sua Aplicação na Instrução Militar", traduzido da revista "Truppenpraxis" n. 1/1957, pelo Maj Otto Arlindo Berenhausen... 19
- Disciplina e disciplinação — Cap João Manoel Simch Brochado... 25
- "A Organização da Divisão na Guerra Atômica" traduzido da revista "Ejército", pelo Maj Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello... 29

CULTURA GERAL

- O Problema Mineral Brasileiro — Ten-Cel "T" Waldemar de Lima e Silva... 37
- O Petróleo na Bolívia — De World Petroleum Report... 45
- Aos Quilómetros deve o Brasil o Sul de Mato Grosso — Gen Silveira de Mello... 49
- "Demanda de Energia no Brasil" — Perspectivas para 1965... 61

DIVERSOS

- Imprensa do Exército — A Direção... 65
- O Exército e seus Problemas — 1º Ten R-2 Jayme da França Dória... 67
- Por-a-aviões para o Brasil — Cel Av Armando de Menezes... 75
- Principais Características da Sociedade Cooperativa... 77
- A Origem dos Cavalos Brasileiros — A. P. Tórrès... 81

BRASILIANAS

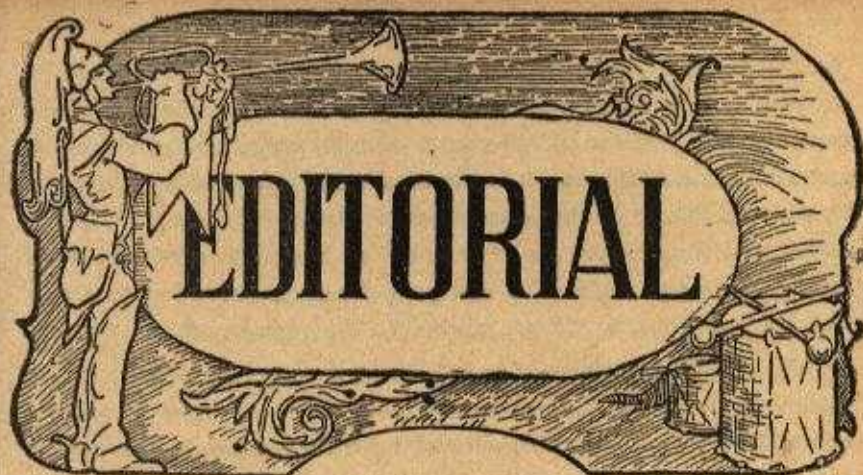
- "Diamantes" — "O Brasil no Comércio da América Latina com os EE.UU." — "Expansão da Belgo-Mineira" — Novo Campo Petrolífero na Bahia (Petrobrás) — "A Posição do Brasil na Produção de Ácido Sulfúrico" — "Veículos em Circulação no Brasil em 30-VI-57" (Instituto Brasileiro de Cadastro) — "Estanho" — "Indústria de adubos no Brasil"... 91

NOTÍCIAS MILITARES

- "O Foguete: evolução, limitações e futuro" — Cap Vasco Ribeiro da Costa... 103
- "Penção Moderna" — Coordenação do Gen R-1 Antônio Pires de Castro Filho... 117
- "Experiências Britânicas Contra Projetos Intercontinentais"... 115
- "Primeiro Submarino da Alemanha Ocidental"... 116
- "Pesquisas da Marinha de Guerra na Ilha de Trindade"... 116
- "Dois Helicópteros "Widgeons" para a Marinha de Guerra"... 115

ACTOS OFICIAIS

- Decretos, leis, portarias, avisos e notas até 7 de outubro de 1957... 123



ACOMPANHANDO O PROGRESSO DO EXÉRCITO

General E. LEITÃO DE CARVALHO

O transcurso do quadragésimo quarto aniversário de fundação desta Revista é motivo de regozijo de todo o Exército, que vê nela, como num espelho, a imagem de seu progresso. E as velhas gerações, que participaram da luta empreendida, com denôdo e abnegação, por um grupo de jovens oficiais, decididos a promoverem a execução das grandes reformas de que careciam as nossas forças de terra, só podem sentir-se orgulhosas dos resultados conseguidos nestes quarenta e quatro anos de atividades profícuas, despendidas pelas novas gerações.

A rememoração dêsse faustoso acontecimento leva-nos forçosamente a evocar as condições do meio e a orientação seguida para fazê-lo aceitar os novos princípios e a transformação dos costumes que sua aplicação acarretava, obra audaciosa, tentada por quem, nos primeiros postos da carreira, não possuía autoridade para se fazer obedecer, e só contava com os próprios esforços e a certeza de que êles seriam eficazes, pois os pregoeiros provinham da mesma massa e levavam apenas a vantagem de ter tido o privilégio de conhecer de perto uma das mais perfeitas máquinas de guerra que até então o mundo vira.

"A Defesa Nacional" foi o veículo de difusão dos conhecimentos de que eram portadores e da crítica, exercida com franqueza e objetividade, destinada a demolir uma tradição que se cristalizara na rotina, fazendo perder à tropa a consciência de sua finalidade. Para quebrar essa crosta de preconceitos envelhecidos, que mal distarçava o lamentável atraso das nossas instituições armadas, foi preciso coragem e dedicação. Mas os frutos obtidos corresponderam aos percalços da campanha.

Nessa primeira fase de seus trabalhos, sem outra arma senão o entusiasmo profissional, demonstrado pelo exemplo de infatigável dedicação ao preparo da tropa e à demonstração dos novos métodos de instrução, tudo divulgado através das páginas da Revista, conseguiram os membros do Grupo Mantenedor obra de inestimável alcance, que abrangeu desde a formação do simples soldado até a estrutura mesma do Exército, como a organização divisionária e o recrutamento pela conscrição obrigatória, medidas pléiteadas e defendidas por ela quando, na administração do Marechal José Caetano de Faria, foram remodeladas e postas em execução essas instituições.

Os altos propósitos visados por ela, estremes de qualquer ambição pessoal, deram-lhe a força moral que é, ainda hoje, o seu nobre apanágio. É esse o segredo de sua vitalidade, que, sem exemplo no meio militar brasileiro, lhe tem assegurado a longa e proveitosa existência, sem desfalecimento em sua admirável tradição de órgão de difusão de conhecimentos profissionais.

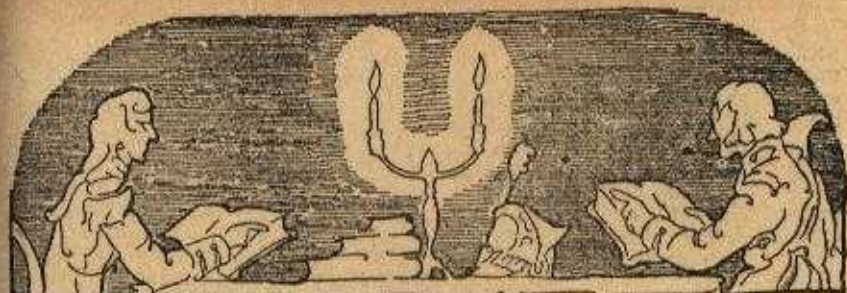
Tão desinteressados e sinceros eram os propósitos de seus fundadores e de quantos se juntaram a eles, através do tempo, para a conquista de seus altos objetivos, que ela pôde acompanhar as profundas transformações operadas no nosso Exército, nos últimos trinta anos, sem perder o "panache" dos seus primeiros dias. Sem sacrifício de sua orientação, ou abandono dos seus princípios, voltados sempre para o progresso do Exército, aplaudiu a tarefa, ampla e eficaz, realizada pelos mestres da Missão Francesa, continuando a ser o mesmo órgão de difusão de conhecimentos, por tôdas as guarnições, dispersas pelo vasto território nacional, como já o havia sido na fase anterior.

O aperfeiçoamento incessante de nossas instituições militares retrata-se em suas páginas. O histórico e os ensinamentos da Força Expedicionária Brasileira foram por ela postos sob os olhos dos nossos militares, que não precisam mais ir buscar, em língua estrangeira, o registro dos fatos relativos aos progressos da arte da guerra.

Aceitas, pelo Exército, como era natural, as lições da experiência americana, colhidas no campo de batalha, ou nas instituições adotadas por esse povo de senso prático altamente desenvolvido, a nossa Revista continua, em sua obra cultural, levando a tôdas as guarnições, onde drapeja a bandeira brasileira nas mãos dos nossos soldados, os frutos dessa experiência.

Nela se retrata a feição moderna do nosso Exército, em todos os ramos de sua atividade: em suas escolas modernas, onde se vêm instruir os camaradas das nações vizinhas e amigas; em suas fábricas de material bélico, pouco a pouco suprimindo as necessidades de nossas forças de terra; na instrução formal e táctica de nossos corpos de tropa, disciplinados e eficientes, que nada têm a invejar aos dos outros grandes exércitos; em seu corpo de oficiais, das armas e dos serviços, assim como das atividades técnicas, respeitáveis, não só na garbosa apresentação pessoal, mas, sobretudo, no seu preparo profissional; em seus oficiais de estado-maior, cérebro pensante do Exército, a que está confiada, em boa hora, a preparação da defesa do Brasil; em seu corpo de oficiais-generais, moços, ardentes, cultos e dedicados aos labores da profissão.

E a tôda essa inesgotável seqüência de atividades profissionais, está ligada, direta ou indiretamente, a vida e a obra da "Defesa Nacional".



CULTURA PROFISSIONAL

OPERAÇÕES DE GRUPAMENTOS TÁTICOS À BASE DE COMPANHIAS

Pelo Ten-Cel GEORGE H. RUSSELL (Traduzido da revista "ARMY", outubro/56, pelo Maj KLEBER ASSUMPCAO).

O aparecimento de armamento tático atômico, nos levou a adotar a tática de dispersão em unidades de grupamentos elementares de combate. No âmbito do batalhão, essa orientação exige a aplicação dos princípios já conhecidos sobre dispersão. A idéia consiste em apresentar ao inimigo, de cada vez, elemento de valor máximo de batalhão, mas ainda assim apresentando suficiente poder combativo e coesão para evitar ser batido por parte em ataque não atômico.

Admitir que as unidades de efetivo de um batalhão são alvos secundários para armas atômicas, foi, seguramente, um passo na direção certa; parece, entretanto, que, mesmo esta concepção estará ultrapassada, em breve, se já não o estiver atualmente.

O suprimento de armas atômicas das grandes potências está aumentando rapidamente, e, à medida que este número aumenta, unidades de efetivo de um batalhão, já podem ser consideradas bons alvos para armas atômicas.

Não se pode pensar em perder unidades com este efetivo; por isso, deve-se empregar a dispersão dentro do batalhão, mas de maneira que seus elementos possam ser reagrupados rapidamente com o fim de impedir a exploração de êxito pelo inimigo, para em seguida serem dispersados. Não seria lógico que a providência a ser tomada fôsse a adoção de grupamentos táticos à base de companhias? É evidente que essas forças deverão possuir meios que lhes dêem mais mobilidade, maior potência de fogo e comunicações mais amplas, que as das companhias de fuzileiros atuais. Os meios acima referidos, estão à nossa disposição nos dias de hoje. De fato, algumas companhias tomaram parte em ações que exigiram que as mesmas fossem dotadas de meios de molde a satisfazer a essas condições.

Como exemplo, vejamos a atuação de um grupamento tático à base de companhia, em uma ação na Coreia, que se iniciou na manhã de 24 de setembro de 1950. A situação não estava ainda bem definida (o que

será normal em uma guerra atômica), desde que as forças americanas tinham desafiado o perímetro do Rio Nakdong. Elas haviam transposto o rio e estavam lutando com grupamentos inimigos de efetivo até de um batalhão. Forças inimigas de efetivos não conhecidos, estavam impedindo a travessia de forças americanas no ponto C (fig. 1).

O 1º grupamento tático à base de batalhão, depois de atingir Sinbani, recebeu ordens de verificar o dispositivo do inimigo a NW e eliminar as forças que impediam a travessia no ponto C.

O comandante do Batalhão organizou três grupamentos táticos à base de companhias de fuzileiros. O primeiro recebeu a missão de identificar as forças inimigas a NW, o segundo de atacar o inimigo no ponto C e o terceiro foi mantido em reserva. A bateria de artilharia que estava em reforço ao 1º grupamento tático de batalhão, encarregar-se-ia do apoio, atirando das vizinhanças de Sinbani. A companhia A era o elemento básico do grupamento encarregado de operar no ponto C; a ela foi dado em reforço uma seção de morteiro 81, uma seção de metralhadoras pesadas, uma seção de artilharia anti-aérea de canhões automáticos, autopropulsados, um jipe-ambulância e um rádio SCR — 508 montado em um jipe, para as comunicações com o batalhão. No momento não havia disponibilidade em carros ou aviação do Exército, mas, se houvesse, teriam sido dados para agirem em proveito do grupamento.

Eles, no entanto, foram pedidos. Como os comunistas estavam usando minas em larga escala, foi dado, em reforço, um grupo de sapadores-remuniciadores do batalhão.

ORDEM TIPO "LIBERDADE DE AÇÃO"

O comandante da companhia A recebeu uma ordem do tipo acima, isto é, ele ficaria entregue à sua iniciativa, e agiria em uma zona bem mais ampla que na maioria das situações. Nas operações des-

centralizadas da guerra atômica, esse tipo de ordem será regra. Para ganhar tempo, o comandante da companhia decidiu deslocar sua tropa em coluna, ao longo da estrada. Para um maior controle da localização dos elementos subordinados, para a orientação dos fogos de apoio e visando inteirar o batalhão sobre sua situação, o comandante escolheu uma série de pontos-controlê (1 a 18 fig. 1). Os pontos podem ser concentrados e numerados de acordo com o processo comum de numeração de alvos. Como o grupamento estava bastante isolado de outros elementos amigos e a situação inimiga era virtualmente desconhecida, seu comandante procurou obter sua segurança em todas as direções por meio de pequenas patrulhas. Um avião seria de grande valor para cooperar nessa missão.

O primeiro contato com o inimigo se deu no ponto 5, onde receberam fogos de fuzileiros e de metralhadoras leves. A patrulha de flanco, enviada ao ponto 7, informou que a região se achava livre do inimigo. O comandante da companhia, rapidamente, estabeleceu uma base de fogos com os morteiros 81, a seção de artilharia anti-aérea de canhões automáticos auto-propulsados e metralhadoras pesadas e atacou o inimigo instalado no Ponto 5 e no cruzamento de estrada próximo. Ao mesmo tempo ordenou que a patrulha do Ponto 7 progredisse, com a missão de reconhecer a povoação do Ponto 9 e identificar os pontos do curso d'água que se prestavam a uma travessia.

A ação inicial resultou na morte de 6 homens do inimigo e 1 prisioneiro, o qual declarou fazer parte de elementos de segurança de uma força localizada no Ponto 10.

O comandante deslocou seus elementos de apoio de fogos para o Ponto 8 e, com auxílio da artilharia instalada na zona do batalhão, iniciou uma neutralização sobre 10. Como a patrulha enviada ao Ponto 2 informasse negativamente sobre a presença de inimigo, o comandante decidiu desbordar o inimigo instalado em 10, atravessando

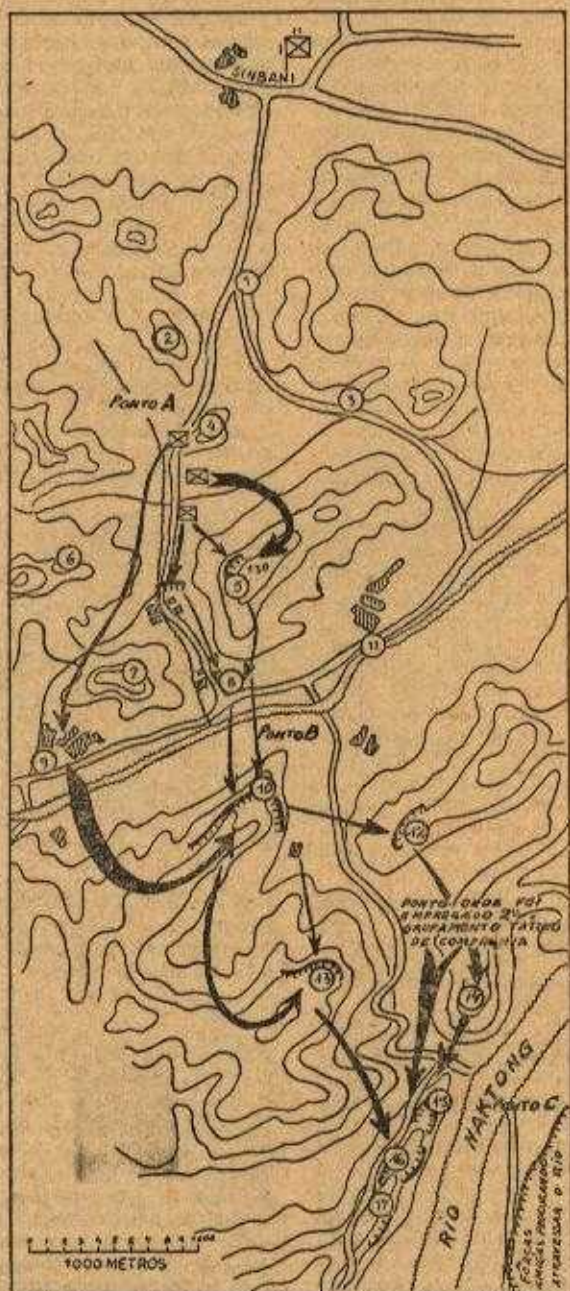


Fig. 1

o curso d'água em 9 e atacando pela elevação na direção N.

Vinte homens foram mortos e os remanescentes, presumivelmente pertencentes a uma companhia, foram desbaratados.

Empregando a mesma técnica, isto é, reconhecimento rápido, máximo apoio de fogos e desbordamentos, a companhia conseguiu duas horas antes do cair da noite, limpar as posições nos pontos 12 e 13 e se apresentar, diante do inimigo, no Ponto 15. Desta vez parecia que tudo seria mais difícil, principalmente com a aproximação do anoitecer; por isso, o comandante do batalhão resolveu deslocar seu grupamento reserva, para secundar o grupamento A.

Este será, provavelmente, o comportamento em uma futura guerra:

de companhia, afastados, um dos outros, por intervalos bem maiores que os adotados hoje e apoiados por armamento atômico controlado pelos batalhões. O comandante do batalhão poderá reunir os grupamentos, quando fôr necessário, para vencer determinada resistência inimiga. Poderão ser postos à disposição do batalhão, helicópteros para serem empregados em envoltórios verticais executados pelos grupamentos.

TIPOS DE GRUPAMENTOS

Grupamentos à base de companhia reforçada, semelhantes ao mostrado na fig. 2, estão dentro das atuais necessidades. O modo de agrupar esses reforços de fogos e outros elementos destinados a agi-

EXEMPLO DE UM GRUPAMENTO

TÁTICO DE COMPANHIA

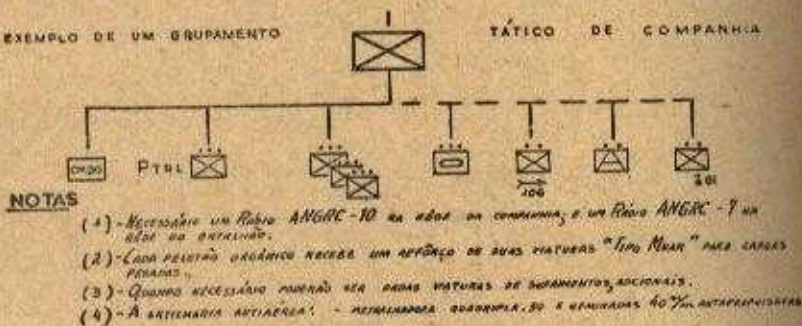


Fig. 2

reunir forças, quando necessário, mesmo enfrentando o risco de ser atacado por uma arma atômica.

O ataque combinado das duas companhias liberou os pontos 15, 16 e 17, e os grupamentos rapidamente se retrairam articulados para área de Sinbani.

O quadro desenhado na breve ação acima descrita, poderá ser o do futuro. A disponibilidade cada vez maior de armas atômicas, combinada com a possibilidade destas serem disparadas por meios mais leves e menores, obrigará as forças oponentes a articular suas forças em grupamentos cada vez menores. O resultado de tudo isto será o emprego de grupamentos táticos à base

rem em proveito da companhia, depende da missão a ser cumprida. Os grupamentos devem possuir a máxima flexibilidade. As missões a serem atribuídas a essas forças poderão ser: atacar, defender, empregar-se em um combate retrógrado; e encarregar-se da segurança e do reconhecimento.

Como as forças irão operar em extensas áreas nas guerras futuras, quer sejam atômicas ou não, elas deverão ter condições para executarem missões de segurança e de reconhecimento além das de combate. Organizar unidades especiais capazes de executar essas tarefas, como se fazia antigamente, desequilibraria as forças e diminuiria o poder combativo. A mobilidade é es-

sencial nas missões de segurança e de reconhecimento, bem como nas de combate, e as novas viaturas de transporte tipo "Muar", distribuídas aos pelotões orgânicos, aumentarão em muito a capacidade de deslocamento, porque alivia a carga do homem a pé. Tendo somente como carga um cinturão, o soldado estará em condições de marchar 6,5 km por hora. Na maioria das vezes, esta capacidade, na realidade, dará uma mobilidade maior do que a que se obteria se os homens fossem transportados em viaturas blindadas de transporte de pessoal, principalmente, se considerarmos os

com os homens helicóptero-transportados.

Mais e mais, o ataque e defesa estão se tornando semelhantes. Defesas compactas com grandes unidades constituirão um suicídio em uma guerra atômica. Uma arma atômica de capacidade não maior que 20 KT (quilo-tonelada) destruirá um grupamento tático à base de batalhão instalado em uma defesa nuclear, do tipo adotado atualmente. O comandante evitará a todo custo levar sua unidade a uma situação do tipo acima, pois é como se dissesse: "Sou um alvo atômico, destruam-me".



VIATURA DE TRANSPORTE
TIPO « MUAR MECÂNICO »

Fig. 3

problemas de suprimento de gasolina, os alvos que as instalações de suprimentos oferecem, a capacidade de transporte que tem, em homens, os helicópteros e as novas viaturas de transporte de infantaria (tipo Muar Mecânico — Fig. 3). Algumas combinações que poderão ser feitas com os elementos do grupamento mostrado na fig. 2, são vistas na fig. 4. Os carros de combate, é claro, ainda não podem, no momento, ser transportados pelo ar e, por isso, devem se ligar em terra

A missão, tanto no ataque como na defesa, será: destruir o inimigo. Ambos os lados procurarão, ao se defrontarem inicialmente, apresentar o mínimo de forças. A conduta será descobrir as concentrações inimigas, batê-las com armas atômicas (ao mesmo tempo apresentar o menor alvo possível ao inimigo), para em seguida penetrar a fundo no dispositivo e destruir os remanescentes ainda atordoados pelo ataque atômico. Isso dar-se-á tanto na ofensiva como na defensiva e signi-

fica que devem ser adotados dispositivos tão profundos quanto possíveis, na defesa e no ataque. Os grupamentos táticos deverão ficar, na maioria das vezes, dentro do alcance de apoio das armas atômicas, controladas pelo batalhão como também a uma distância em que possam ser reforçados por elementos do batalhão no caso de um insucesso. Entretanto, dando-se ao batalhão uma arma atômica com sufi-

para cinco o número de elementos subordinados, sem prejuízo do apoio e controle das ordens, de modo a atender melhor aos imperativos da guerra atômica. Por essa razão é que, nos exemplos 5 e 6, é adotado um batalhão a cinco companhias. A extensão da área atribuída ao batalhão não é dada exatamente, pelos motivos já explanados anteriormente, entretanto, ela será da ordem de 10.000 metros quadrados.

ALGUMAS COMBINAÇÕES POSSÍVEIS COM O GRUPAMENTO

ELEMENTOS DE MANOBRA	ELEMENTOS DE APOIO FOGOS	ELEMENTOS DE MANOBRA	ELEMENTOS DE APOIO FOGOS	ELEMENTOS DE MANOBRA	ELEMENTOS DE APOIO FOGOS

Fig. 4

ciente poder (O foguete "Honest Jonh" encarregar-se-á dessa missão, enquanto não surgir outro melhor), os grupamentos à base de companhia, poderão ser dispersados em uma extensão suficientemente grande para ficarem bem protegidos.

Os intervalos entre os grupamentos e nestes, entre os pelotões, depende, está visto, das possibilidades do inimigo, do terreno e da missão.

Os grupamentos poderão ser apoiados pelas armas atômicas do batalhão, do mesmo modo que o foi a companhia A pela artilharia em Sinbani.

BATALHÃO A 5 COMPANHIAS

Em virtude da melhoria dos meios de controle, pode-se atualmente, aproveitando o mesmo pessoal de administração e comando, aumentar

No ataque (fig. 5), em virtude de sabermos a exata localização das forças inimigas, podemos batê-las com armas atômicas de escalão batalhão ou superior. Entretanto, não devemos nos esquecer que essas forças poderão mudar constantemente de posição. Neste tipo de operação, o combate será caracteristicamente em campo raso. Grupamentos à base de companhias, menos os carros, ou grupamentos à base de pelotões, serão deslocados em helicópteros para isolar unidades inimigas do 1º escalão, até que estas possam ser reduzidas. Os elementos aerotransportados poderão, perfeitamente, atacar o inimigo pela retaguarda, ao mesmo tempo que este é atacado de frente. Quando os elementos de contra-ataque do inimigo forem reunidos, serão batidos com armas atômicas. Os objetivos dos batalhões serão relativamente amplos, em conse-

quência da grande dispersão inimiga, e da larga zona em que será articulado o batalhão. Depois de um ataque bem sucedido, o batalhão deverá tomar um dispositivo de proteção, enquanto estiver no con-

MAIOR PROFUNDIDADE DA DEFESA

Na defensiva, as unidades de todos os escalões serão dispostas em muito maior profundidade do que atualmente. O comandante do ba-

GRUPAMENTOS DE COMPANHIA, NO ATAQUE

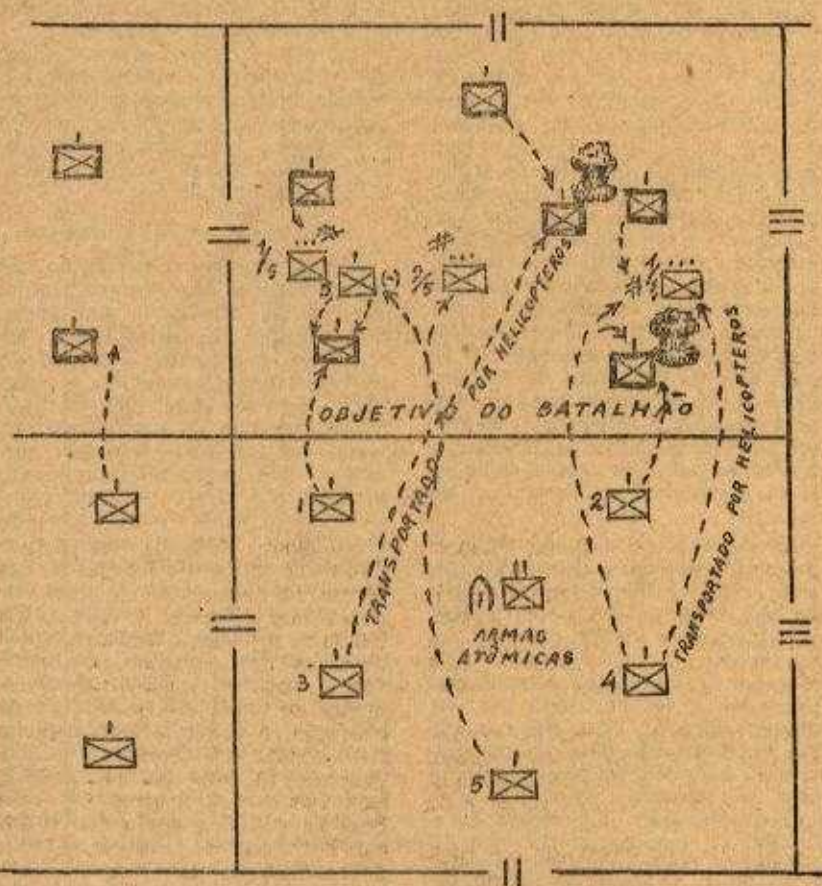


Fig. 5

trôle da área. A combinação do fogo com o movimento ainda será o processo de combate adotado. Os grupamentos só serão reunidos quando isto for necessário, para superar uma posição inimiga.

talhão será o responsável pela destruição das forças inimigas que penetrarem na sua zona. Caso não o consiga, deverá pelo menos detê-las, para que sejam destruídas por um contra-ataque determinado

pelo comando superior. Para cumprir sua missão, o batalhão empregará ações combinadas defensivas, ofensivas e retrógradas, apoiadas por armamento atômico.

Tendo sempre em mente o princípio segundo o qual deve apresentar, de início, ao atacante, o mínimo de forças, o batalhão empregará em 1º escalão, inicialmente, 2 grupamentos à base de companhia (fig. 6). Esses grupamentos prepararão posições de bloqueio em terreno favorável (B fig. 6), e enviarão o grosso do seu efetivo, à frente, escalonando-o em grupamentos menores (A fig. 6), com a missão de hostilizar o inimigo com tiros longínquos, inclusive de armas atômicas, com o intuito de causar baixas e obrigá-lo a se agrupar, tornando-se, em consequência, um alvo atômico. Os grupamentos-reserva, poderão ser empregados, seja para atacarem nesta ocasião, com apoio de armas atômicas, seja para ocuparem as posições de bloqueio (C figura 6). Os elementos de 1º escalão deverão se retrair rapidamente, para posições à retaguarda, no momento em que o armamento atômico for empregado; os grupamentos-reserva completarão a destruição do inimigo.

Os comandos dos grupamentos à base de batalhão e de companhia, terão relativa liberdade na defesa de sua área, ao invés de ficarem "amarrados" a determinado trecho do terreno. Se uma unidade permanecer muito tempo em uma área, arrisca-se a ser destruída por um ataque atômico. Se o atacante for tão forte que não dê outra alternativa ao batalhão, os grupamentos à base de companhia, deverão ocupar uma combinação de posições (C e D, fig. 6), no interior da zona do batalhão. O abandono das posições depende do sucesso dos contra-ataques acionados pelo escalão superior ou de uma ordem. Uma vez que o atacante entra em combate cerrado com o defensor, este deve procurar manter o contato, porque, desse modo, o inimigo não arriscará a empregar armamento atômico, para não pôr em risco suas próprias forças.

Há uma série de considerações que poderiam ser tecidas em torno da conduta no ataque e na defesa dos grupamentos à base de companhias. A aviação trabalhará intimamente ligada aos grupamentos, para informar sobre o inimigo ou acêrca de nossas tropas. Pequenos helicópteros de reconhecimento-desmontáveis, transportados em reboque de 1/4, poderão ser orgânicos do batalhão, para serem empregados com as companhias isoladas.

O alcance, peso e características dos rádios para comunicações em terra e ligação terra-ar, deverão ser melhorados para garantir o controle e coordenação dos grupamentos isolados e assegurar o desencadeamento dos fogos de apoio.

SUPRIMENTO E EVACUAÇÃO

O suprimento e a evacuação nos grupamentos à base de companhia, poderão ser resolvidos, em parte, pelo emprêgo de helicópteros. Na realidade, entretanto, o grosso do tráfego, entre a companhia e o batalhão, será por terra. Na execução da evacuação e do suprimento por terra, muitas vezes ocorrem encontros com elementos inimigos infiltrados nas vias de comunicações entre a companhia e as fontes de suprimento. Este fato exigirá a organização de pequenos elementos de suprimentos, embarcados em viaturas-transporte de pessoal, blindadas, e suficientemente armados para garantir a chegada de suprimentos à frente, assim como a evacuação dos feridos. Quando os helicópteros forem empregados na evacuação, os feridos serão transportados diretamente para as instalações de saúde que estiverem localizadas o mais longe do inimigo. É possível que as cozinhas e refeições quentes preparadas à retaguarda, constituam um assunto superado, pois elas se tornaram uma sobrecarga à mobilidade dos pequenos grupamentos táticos. Rações similares à atual 10-1, permitirão que as refeições distribuídas sejam aquecidas por frações ou equipes. Pessoal de cozinha fixa, deverá ser posto à disposição dos elementos de suprimento.

Provavelmente, o maior problema que enfrentamos hoje, nessa guerra de pequenas unidades, reside na exigência de flexibilidade de raciocínio em todos os escalões. Ao comandante de pequena unidade deverá ser dada a responsabilidade da missão, os meios necessários para execução e liberdade para executá-la. O investimento da responsabilidade e a delegação da autoridade, deverá ser praticada diâria-

mente. De outro modo nada funcionará quando houver uma ação real — Os comandos de todos os escalões (Regimento, Divisão, Corpo) devem estar convictos de que em uma situação fluida, estarão demasiadamente ocupados com suas tarefas, para se preocuparem com companhias. *A era da guerra dos comandantes de pequenas unidades chegou — Preparemo-nos para ela!*

"FONTE" EMPRESA COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MATÉRIAS-PRIMAS S. A.

Produtos químicos e matérias-primas

Telegramas: "SOURCE" — Caixa Postal 1513

RUA DO CARMO 6-7º ANDAR

TELEFONES 42-8564, 42-5995 E 42-7445

RIO DE JANEIRO

A IMPORTÂNCIA DO MÉTODO E SUA APLICAÇÃO NA INSTRUÇÃO MILITAR

Por HANS RICHTER (Traduzido da revista "Truppenpraxis", n. 1, de 1957, pelo Maj Otto Arlindo Berenhauer).

Em 1802, Scharnhorst, em seu trabalho intitulado "Plano de um estabelecimento de ensino para nobres e jovens oficiais..." já abordara a tese que "o sucesso do ensino dependia tanto do método empregado, como da habilidade do professor e aplicação do aluno". O conhecimento e a importância dos métodos sempre foram focalizados na instrução militar, a partir daquela época, embora geralmente ficassem por conta da habilidade e da intuição dos oficiais e da tradição geral da instrução. Uma preparação científica dos instrutores, nas escolas militares, por exemplo o auxílio de um regulamento correspondente, não foram considerados necessários, ficando esse ramo tão importante da instrução, quase que exclusivamente por conta da prática. Por outro lado, as "Diretrizes Gerais de Instrução para o Exército", de 1955, em seu art. 19, determinam: "A instrução deve empregar métodos evoluídos", indicando no art. 7º: "Desde o início, a instrução deve ser orientada para o pensamento e a ação independente". O regulamento "Métodos de Instrução" (1955) dá, em complemento, uma série de indicações, sendo algumas até com exemplos práticos. No Capítulo C III "Aprender executando" é ventilada a importância desse assunto no sucesso

do ensino, sendo fornecidos os seguintes dados:

"O soldado aprende:

20 % pelo ouvido;

30 % pela vista;

50 % pelo ouvido e vista;

70 % falando com suas próprias palavras;

90 % pela própria ação."

Os valores dados são aproximados, mas apresentam grande repercussão na execução da instrução. Confirma, também, a antiga concepção de que a instrução prática desperta o interesse de um número maior de instruendos, obtendo bons resultados, mesmo com os homens mais atrasados. A investigação científica mostra que a instrução militar, com sua preferência pelo aspecto prático, sempre foi "moderna". Essa afirmativa talvez também estimule a idéia de terminar com a teoria, onde não apresente conveniência. A esse respeito o novo regulamento assim se expressa: "Constitui erro, por exemplo, iniciar uma instrução pela descrição das partes de uma arma, para terminar pelo seu manejo". O art. 53, prossegue: "Metódicamente, talvez seja mais correto deixar os soldados provar o manejo para depois..."

Em uma das companhias de instrução, em janeiro, após o recebimento do armamento, foi experimentado, como primeira hora de instrução, a montagem e desmonta-

gem do fuzil. Os soldados foram distribuídos por mesas, em grupos de sete, ficando os instrutores a percorrer as mesas e, ajudando onde necessário. O resultado obtido, nessa primeira hora, surpreendeu todos os interessados e não houve dúvida que as instruções teóricas subseqüentes seriam assimiladas mais rapidamente. O exemplo pode servir de orientação para o futuro.

A própria maneira de abordar uma instrução não deve ficar por conta dos instruendos. Uma ligeira explicação teórica inicial deve ser considerada uma necessidade e um auxílio para a própria parte prática. A imediata decomposição manual despertará um interesse maior sobre o assunto do que uma longa introdução, que a maior parte dos recrutas não está em condições de acompanhar. Primeiro prática, depois teoria — este princípio o regulamento assinala com a indicação "a conduta em certas situações de combate deve ser inicialmente exlorada com uma série de exemplos, para, no fim, concluir com os princípios e as regras".

No exemplo fornecido sobre a instrução de armamento, já foi delineado um método peculiar, que o

regulamento citado aborda com o título "Trabalho em Grupo". Outro exemplo da prática das novas companhias de instrução, esclarecerá o método. No quadro semanal constava o assunto "Conduta em público" (Comandante de Pelotão) — 0900-0950 horas. O comandante de pelotão sabia que o assunto iria figurar outras vezes no quadro semanal e que os jovens recrutas já tinham um certo conhecimento sobre o assunto, tendo já adquirido certos hábitos de conduta em público — consciente ou inconscientemente. Por isso, desprezou a palestra que o regulamento só prescreve para "quando não houver outro recurso de instrução". Baseado no art. 44 do regulamento (o instrutor deve levar em consideração os conhecimentos e experiências que os soldados trouxeram do lar, da escola e da profissão), decidiu iniciar o assunto pelo trabalho em grupo. Qual foi a preparação feita pelo instrutor?

Pensou nas questões que pudesse formular e que estimulassem o trabalho dos recrutas. Cuidou da clara formulação e da ordem correta das perguntas. No caso apresentado o plano da sessão de instrução foi o seguinte:

Assunto: Conduta em Público (primeira instrução)

Objetivo: Aspecto geral; apêlo à força de vontade, despertar da consciência de responsabilidade perante a comunidade, estímulo ao desejo de auto-educação.

09.000 Breve introdução ao assunto e sua seqüência (não responder perguntas antecipadas).

A — E. Curta explicação do trabalho em grupo, separação dos grupos e distribuição das perguntas (cinco grupos).

0910 Trabalho em grupo.

A) Como é que um jovem deve comportar-se em público? (Regras principais).

B) Qual a conduta em público que é de responsabilidade do soldado?

C) Qual a boa conduta que um soldado espera de um cidadão?

Escrever no quadro-negro.

Distribuir os bilhetes com as perguntas aos grupos.

Nos quatro cantos e no meio da sala.

- D) Qual a má conduta que um cidadão espera de um soldado?
- E) Como é que o público recebe o fato de existirem novamente soldados alemães?

09.25 Relatório do Grupo A.
Relatório do Grupo B.
Palestra complementar:

Escrever as palavras principais no quadro-negro.

Para A (enunciar: delicadeza, modestia, simplicidade, respeito, prestatividade, disciplina; esclarecer com exemplos).

Sublinhar as que já foram escritas.

Para B. Cada pessoa possui suas próprias responsabilidades. Só perante a si mesmo? Não, também perante a comunidade! Para os soldados as mesmas regras dos civis. Nenhuma especial, mas em escala mais intensa.

09.35 Relatório do Grupo C.
Relatório do Grupo D.
Palestra complementar:

Principais palavras no quadro-negro.

Para C: Toda conduta é determinada pela pergunta: Qual a obrigação perante a mim mesmo, aos outros e à comunidade?

Novas palavras de sentido oposto, ao lado das positivas, já escritas.

Para D: Existe alguma crítica autorizada nessa expectativa negativa? Aqui deve ser esclarecido em que tomar mais cuidados. Dar exemplos.

09.45 Relatório do Grupo E.
Palestra complementar:

Durante a exposição escrever as palavras no quadro-negro.

Significação política da boa conduta em público. Responsabilidade cívica. Resumo, visando o objetivo e estímulos à meditação futura. Indicação para o prosseguimento.

O plano esclarece outros pontos da preparação. O instrutor deve estar bem certo sobre o objetivo. Deve verificar logo a ligação entre os objetivos de educação e de instrução. Na instrução de armamento, por exemplo, o objetivo não é só o conhecimento técnico, mas também o despertar da confiança na arma estudada.

Na formulação das perguntas deve ser verificado se o tempo disponível para cada grupo é suficiente e se as perguntas apresentam a mesma dificuldade. Deve haver preocupação no sentido de que o tempo das perguntas seja equivalente para os diversos grupos.

Conseguida essa parte, a divisão dos homens em grupos não apre-

senta dificuldades. Seria diferente, se fôsse decidido formular diversas perguntas difíceis e a divisão em grupo realizada sem critério. Essa possibilidade só mais tarde deve ser encarada. De qualquer forma, o número de perguntas dos grupos e a totalidade dos ensinamentos deve estar em proporção com o efetivo dos grupos. No exemplo acima, três grupos tinham oito homens e dois tinham sete. Para obter uma participação ativa de todos os membros dos grupos, a parte final do art. 82 esclarece que os mesmos devem ter de três a oito homens. Aqui convém lançar mão de determinadas experiências, adquiridas com o tempo. O exemplo fornecido esclarece outra dificuldade na preparação. Com o efetivo de 38 homens no pelotão, houve necessidade de formular cinco perguntas, a fim de não ultrapassar o efetivo prescrito para os grupos. O relatório de cinco grupos, entretanto, numa sessão de instrução de 50 minutos, só pode ser obtido quando o tempo do trabalho em grupo, como no caso apresentado, dure, no máximo, 15 minutos. O problema do tempo influi, novamente, na limitação das perguntas para o trabalho em grupo. Muitos insucessos resultam da inobservância desses preceitos.

O plano mostra ainda outros aspectos interessantes da preparação feita pelo instrutor. Qual o tempo para cada relator? (Deve ser especificado na formulação das perguntas). Qual o tempo que necessita o próprio instrutor para aparar, pela discussão, certas arestas dos relatórios, corrigir erros e pôr os grupos a par dos assuntos formulados aos outros grupos. Aqui o instrutor, por questão de tempo, decidiu não franquear o debate, após cada relatório, mas, sim, realizar uma pequena palestra, abrangendo o assunto de dois grupos, deixando para depois do relatório do Grupo E, fazer um apanhado de todo o assunto, sintetizando ou detalhando, conforme o tempo disponível. Todos esses assuntos variados da preparação conduzem, então, ao plano da sessão de instrução definitiva.

O instrutor deve possuir as principais palavras que possam surgir em cada uma das perguntas. Após o relatório de cada grupo deve estar em condições de realizar um resumo sobre o assunto, dependendo dos relatórios apresentados. Em princípio deve ser aproveitado, ao máximo, o trabalho dos instrutores.

O plano da sessão deve conter também — como esclarecimento — certas indicações técnicas, particularmente quanto a meios auxiliares. O emprêgo adequado desses meios tão importantes é resultado do planejamento e da prática. Os dados fornecidos no início deste artigo mostram claramente a importância do quadro-negro e dos quadros murais.

Uma preparação adequada também influi na execução de uma instrução com trabalho em grupo, sendo aplicável a esse tipo de instrução o seguinte preceito regulamentar: "Uma preparação completa é a chave do êxito da instrução". Seria um engano imaginar que no trabalho em grupo as coisas corresse por si. O instrutor consome, na preparação desse tipo de instrução, o mesmo tempo que levaria para preparar uma boa palestra. A técnica de preparação de uma palestra é bem conhecida. A instrução com trabalho em grupo também repousa em certas regras, que lhe são peculiares. Os erros técnicos podem ser observados com mais facilidade. Ao contrário da palestra, a quem o regulamento impõe "a certeza de que o assunto ministrado foi compreendido e executado por todos os soldados", no trabalho em grupo isso é observado imediatamente. O controle indireto deve ser sempre exercido pelo instrutor, a fim de poder intervir convenientemente, quando necessário.

A possibilidade de emprêgo do trabalho em grupo depende de dois pontos principais: O primeiro é relacionado com o nível intelectual; logicamente ele será de mais fácil execução com recrutas de nível intelectual mais elevado; para os menos elevados, as exposições teó-

ricas possuem pouco valor, embora a prática tenha mostrado que, com paciência e perseverança, as dificuldades podem ser atenuadas.

O segundo ponto diz respeito ao assunto. O método exige — como foi mostrado nos exemplos — experiência própria, conhecimentos, etc., ou a possibilidade de execução, aliada com certa compreensão para o assunto. Os assuntos novos só, excepcionalmente, devem ser abordados no trabalho em grupo. Da mesma forma, não constitui regra poder extrair um assunto novo de outro já explorado, por meio da meditação crítica e aplicação de princípios conhecidos. Tal procedimento, entretanto, pode ser aplicado na instrução de oficiais.

A instrução com trabalho em grupo é especialmente adequada nas recordações. Ouvindo e observando os grupos, é possível obter uma impressão clara sobre seu real adiantamento, embora isso também possa ser alcançado com perguntas individuais. O soldado, entretanto, — com a preocupação de acertar — dispende quase toda sua atenção nessa disposição de espírito, o que no trabalho em grupo não acontece, pois está orientado para a discussão do assunto e na preparação de um bom relatório.

O homem retém 20 por cento ouvindo e 70 por cento no debate pro-

porcionado pelo trabalho em grupo. A preparação de um tema na discussão de um grupo que, pelo seu pequeno número, proporciona a todos oportunidade para falar, mesmo aos mais tímidos e mais atrasados, produz — como a ciência já confirmou — o efeito de diversos fatores complementares de ensino. Ao contrário do ensino mecânico, possui a mais pura ação do ensino ativo. A aprendizagem natural se desenrola como dantes na família — anteriormente às escolas de nossos dias, com esforço no ouvido — no seio da comunidade, no convívio amigável de um pequeno grupo, que se vê diante de uma tarefa e onde cada um exerce sua influência individual. O objetivo da educação, auxiliada pela vontade, passa a ser a autoformação. A atenção, tão necessária à aprendizagem, mas tão pouco encontrada em nossa juventude atual, é despertada desapercebidamente, transformada e dirigida sobre o objetivo da aprendizagem.

Para concluir, vamos considerar mais um empecilho, normalmente focalizado pelos executantes: o trabalho em grupo exige muito tempo. Afirmam que numa palestra pode ser ministrado o dobro do assunto que na instrução em grupo. Será essa a dúvida? Francamente, não!

Examinemos a seguinte tabela:

Tempo	Forma	Assunto	Porcentagem de trabalho	Rendimento	Necessidade de estudo a domicílio
60 min	Palestra	100	20	20	2 : 8
60 min	T em grupo	50	70	35	7 : 8

A pergunta decisiva não é a quantidade de matéria "vomitada" (o clássico "a instrução foi dada"), mas, sim, a constatação da matéria assimilada e retida pela média dos instruendos. O resultado obtido em uma de nossas escolas de formação demonstrou que mesmo sendo o mé-

todo mais lento, no fim, foram ministrados mais assuntos.

Em tais reflexões não é levada em consideração, a conquista imediata dos altos objetivos do ensino. Sobre essa parte da instrução em grupo falaremos em outra ocasião.

DISCIPLINA E DISCIPLINAÇÃO

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO.

Capitão de Infantaria

Se a palavra disciplina sugere aos civis o homem fardado, a palavra disciplinação sugere-nos um homem.

Um homem e sua equipe.

O Capitão.

I — A DISCIPLINA

"Há quatro traços característicos de uma tropa que são índices seguros de êxito ou fracasso de um Chefe: a disciplina, o moral, o espírito de corpo e o grau de eficiência". (Do nosso C-22-10.)

Estes quatro traços resumem a realização do nosso trabalho e a medida d'êles, será a avaliação dos resultados que obtivermos.

Quando falamos em disciplina, por ser um dos fundamentos da nossa organização, desejamos traduzi-la em números, gráficos, de alguma maneira, a fim de podermos verificar seu nível ou comparar a que criamos em nossos homens com outros esforços e outros resultados. Justamente esta preocupação tem nos levado a incidir sobre erros e a sua correta conceituação impõe-se necessariamente.

É assunto que merece cuidado especial, atenção extra-expediente, raciocínio afastado do local de execução com a utilização criteriosa da experiência adquirida.

Mal conceituada ocasionaria a formação de um exército periclitante e desvirtuado.

Não podendo considerá-la como a simples aplicação de punição diante de um erro cometido, não podere-

mos medi-la pela simples contagem de tantas punições.

Sendo utilizada em quase todas as atividades humanas e adquirindo cores locais, a disciplina deve ser estudada no grupo que a considera.

Se investigarmos, inicialmente, qual é a sua necessidade no Exército a fim de escolhermos o conceito que melhor nos convenha, chegaremos a uma só conclusão: deverá ser aquêle estado consciente de obediência a preceitos e ordens capaz de impulsionar um homem ao objetivo que lhe foi proposto, mesmo que não haja fiscalização.

Tudo o que organizarmos e realizarmos na paz visará aquêle propósito.

Muitas vezes é confundida com sinais de respeito, que na verdade a devem exteriorizar, mas que poderão existir sem a sua presença.

Um exército, com as características constitucionais do nosso, sem este estado de consciência, seria um arremêdo.

Disciplina militar é, pois, a manifestação racional e espontânea de acato.

É absurdo imaginarmos outra espécie de disciplina e redundância falarmos em disciplina consciente.

Ou há e então será consciente.

Ou não há e a organização estará em ordem apenas por coação: impossível será a realização do conceito estabelecido e haverá obediência exclusivamente diante da fiscalização.

Desapontados começamos a pregar "disciplina consciente" quando,

na verdade, estamos pregando a única disciplina em face de sua inexistência.

Um grupo que necessita ser disciplinado deverá, principalmente, compreender e aprovar suas próprias ações que, então, tornar-se-ão conscientes, isto é, executadas por compreensão e conseqüente aprovação.

Os meios para atingirmos este objetivo são vários e muitas vezes pessoais, pois, se a disciplina indica o sucesso do Chefe, a disciplina é, em grande parte, a aplicação dos princípios e qualidades de chefia com a exigência de uma técnica especial: a técnica da disciplina.

Esta técnica, usada devidamente, deverá fazer nascer uma consciência cujo limite será o conceito enunciado.

Longe de ser utópico, tal objetivo é perfeitamente realizável desde que haja continuidade no esforço de realizá-lo.

II — A DISCIPLINAÇÃO

Este esforço do disciplinador poderá ser resumido em fazer o disciplinando compreender e aceitar sua situação.

Se o recruta a compreendeu e aceitou-a, a punição de uma falta cometida será igualmente compreendida por ele e por seus companheiros como o resultado de uma necessidade.

Haverá fortalecimento da disciplina.

Se antes de punir não tiver havido o trabalho do disciplinador e o recruta não tiver compreendido e aceitado seus deveres, a punição submete-lo-á por coação.

Haverá enfraquecimento da disciplina por ter havido roubo de consciência e enfraquecimento da vontade.

Uma técnica de disciplinação deverá ser a coordenação das qualidades e possibilidades do disciplinador com os objetivos que o conceito impõe.

Há, entretanto, alguma coisa permanente. Esta essência da técnica,

fundida numa só frase, teria a seguinte forma:

A disciplina sendo um estado de consciência deverá surgir de baixo para cima e nunca ser imposta de cima para baixo.

Tentemos desdobrá-la, porém:

1 — O "Début":

Realmente, o primeiro grande impulso no sentido de obter do recruta um estado mental favorável ao trabalho a que será submetido, será dado pelo mecanismo que o recebe.

O disciplinando não poderá surpreender nada desorganizado.

A unidade ou a subunidade que o recebe deverá demonstrar que está organizada para recebê-lo, que se preocupou com sua chegada e que considera este fato de grande importância.

Embora, às vezes, não tenha capacidade para fazer análises ou julgamentos, submeter-se-á inconscientemente face à organização, dilatando a sua receptividade.

O que fôr dito dentro de um ambiente no qual cada um desempenhe papel definido, regulamentado, onde não haja intermináveis esperas e indesejáveis contramarchas, onde cada elemento integrante seja capaz de esclarecer e não confundir ou confundir-se, será encarado de maneira diferente daquilo que fôr improvisado numa anarquia.

Os disciplinadores deverão considerar, como primeiro passo de sua obra, os trabalhos de preparação e organização da incorporação.

2 — A Orientação:

A disciplinação deve ser uma ação sobre o grupo e o disciplinador nunca poderá orientá-la para casos individuais. Sua preocupação será sempre a coletividade.

Os refratários que desanimam um Capitão não devem determinar mudança de orientação se o resultado estiver satisfatório no grupo; tampouco as facilidades verificadas em um ou dois homens devem determinar o desvio de sua atenção para as reações do conjunto.

3 — As Ordens:

Antes da execução de cada tarefa distribuída, ou cumprimento de cada ordem dada ao grupo, o capitão deve explicar aos recrutas a necessidade ou utilidade do que irão fazer.

Todo homem normal gosta de ser útil e a realização de ações necessárias não despertará rancôres perigosos no início do trabalho de disciplinação. Isto despertará a responsabilidade e a espontaneidade no trabalho, a par de sedimentar a confiança no Chefe.

Recordo-me de uma ordem entre as normas de ação da Escola Preparatória no meu tempo de estudante: "durante o café da manhã os alunos não poderão conversar".

Quantas dificuldades enfrentavam os Tepentes Oficiais de Dia para realizá-la! A inutilidade que ela nos aparentava e a necessidade de trocarmos impressões ao café de segunda-feira, resultava sempre em repreensões e punições.

Anos após, tive oportunidade de servir sob o comando de um dos Oficiais que havia sido Instrutor naquela época e, para minha surpresa, em sua unidade as praças tomavam o café da manhã em silêncio ou quase em silêncio, malgrado os esforços do Oficial de Dia.

Um dia perguntei-lhe a razão daquela determinação e a explicação surgiu-me lógica e cristalina: simplesmente porque um homem conversando toma café mais devagar que um homem calado. ... O rancho lucrava muito com a ordem pois a limpeza começava mais cedo e não havia atrasados para a formatura matinal. ...

Expliquei isto aos homens e diminuiu consideravelmente a luta do Oficial de Dia contra os "conversadores".

4 — A Responsabilidade:

A execução de tarefas de alguma responsabilidade dará ao homem consciência de seu próprio valor e de sua própria utilidade. A escola

da responsabilidade é verdadeiramente milagrosa.

O disciplinador deverá distribuí-la aos homens que se apresentarem mais refratários ao processo de disciplinação e criá-la sempre que houver oportunidade de distribuí-la ao grupo: as demonstrações, as Guardas de Honra, a realização de trabalhos determinados à sua subunidade são oportunidades preciosas para o Capitão. Seus homens deverão, inicialmente, adquirir a noção da responsabilidade do que irão fazer, através de uma preparação psicológica.

5 — A Punição:

Após aplicação de sanção disciplinar por omissão ou ação deficiente de algum homem, o capitão deve explicar ao grupo a utilidade do que deveria ter sido feito e os prejuízos ocasionados pelo erro cometido.

A compreensão do erro é sempre mais fácil para quem não o cometeu. O errado tentará racionalizar sua ação mas se o grupo não o apoiar será absorvido. Em consequência, se este estiver convencido do erro, o punido aceitará a punição.

O problema do capitão é colocar a subunidade contra o transgressor, depois de tê-la colocado contra a transgressão; a punição surgirá como o resultado de uma necessidade geral e não como produto de moral arbitrado por ele. ...

6 — A Coerência:

O exemplo do disciplinador, a seriedade com que trata os assuntos que prega, o interesse que demonstra na realização das próprias tarefas, seu entusiasmo com os objetivos, etc., são forças impulsoras e criadoras de consciência disciplinar. Muitas são as razões psicológicas que colocam o Capitão na situação de um homem observado por seus recrutas e este deve ver coerência entre o que o Chefe determina ou prega e o que o Chefe faz ou pensa.

7 — A Competição :

A competição é interessante porque desperta o interesse do grupo e justifica o esforço, determinando a transformação de ordens em ações voluntárias e entusiasmas.

Deverá haver preocupação com a situação dos desclassificados ou incapazes de competir, sendo-lhes proporcionadas oportunidades.

As competições com esta finalidade deverão ser estudadas e organizadas.

Numa subunidade, o surgimento de flâmulas que representem as frações, com suas cores, sendo bem orientado determinará o estabelecimento do espírito de competição permanente: o primeiro Pelotão a ocupar a área do estacionamento, o primeiro a desocupá-la; o primeiro na Ordem Unida, os melhores na esgrima de baloneta, etc.

8 — A "Alquímia" :

Despertar o desprezo a certos defeitos incompatíveis como: falta de responsabilidade, falta de solidariedade e desonestidade ("desapêto").

O grupo deverá ser considerado como um caldo no qual o disciplinador deseja fazer o desenvolvi-

mento de certas culturas e que prepara (enaltecendo, sugerindo, facilitando) nêle lançando as bactérias correspondentes e cujo desenvolvimento acompanha com carinho.

A utilização pura da punição contra erros que impliquem em falta de mentalização é tentativa absurda de imposição de consciência e impor uma consciência é um paradoxo.

O Capitão deve dar elementos mentais aos seus homens para que estes possam proscrever aquilo que deva ser proscrito.

9 — A Energia :

A energia do disciplinador, demonstrada pela sua inflexibilidade diante do erro cometido, sedimentará a noção de importância das coisas. A falta de energia e a tolerância farão o homem crer na pouca importância de suas ações e, conseqüentemente, de seus erros.

Podemos crer que o principal responsável e o mais comum inimigo da disciplina é a tolerância diante do erro cometido.

De nada adiantará concluirmos junto com os nossos homens a necessidade da pontualidade, se mais tarde tolerarmos o atrasado.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

A ORGANIZAÇÃO DA DIVISÃO NA GUERRA ATÔMICA

Traduzido da Revista "Ejército" pelo Major
DANILO DARCY DE SA DA CUNHA MELLO

Nestes últimos anos, as planícies da Alemanha Ocidental têm sido convulsionadas, de quando em quando, em consequência de manobras atômicas, nas quais têm tomado parte as quatro Divisões do Exército do Reno, que buscam nas terras que se estendem entre o Elba e o Isser, o verdadeiro significado da guerra atômica. Se esta busca não atingiu por completo o seu objetivo, não se deve, de imediato, admitir como resultante de falta de experiências. O esforço dedicado ao estudo da organização da Divisão na era atômica, tem sido muito superior ao realizado em relação a outros problemas militares atuais. Em algum lugar, de um modo ou outro, a resposta surgirá.

Desde que dela dependerá nossa organização nos próximos vinte anos, deve-se dedicar uma especialíssima atenção, principalmente dado ao pouco tempo disponível. Que possa ou não possa eclodir uma guerra na Europa em um futuro próximo, não é o ponto primordial a considerar. A verdade é, que independente da situação política, os exércitos não podem permanecer por tempo indefinido em estado experimental, por várias razões que não vêm ao caso. Basta dizer, que necessitamos conhecer em prazo razoavelmente curto, qual será a forma de combate nas guerra futuras.

Os progressos obtidos neste setor, são altamente interessantes. Considerando que podem ser as bases do futuro, merecem ser estudadas com minúcia, ainda que ninguém possa predizer com exatidão sua evolução. E ainda que admitamos

que as idéias a respeito estejam longe de cristalizar-se, pode-se afirmar, entretanto, que a tendência geral é para a integração e a especialização.

INTEGRAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

Integração, tem como acepção neste artigo, a união dentro da mesma Brigada, de Infantaria e de Carros, aplicada principalmente na divisão experimental de Infantaria organizada, para fins de estudo, em três Brigadas, composta cada uma delas de um Regimento de Carros e três Batalhões de Infantaria. Na organização da Divisão Blindada experimental, que seria constituída provavelmente de quatro Regimentos de Carros e um Batalhão Motorizado, diretamente subordinado ao Comandante da Divisão, também haverá integração, ainda que se prescindia da formação das Brigadas, e os Carros superem a Infantaria na proporção de quatro para um.

As razões em que se apóia esta nova orientação são óbvias. Na era atômica e contra considerável superioridade numérica que é necessário admitir-se no teatro europeu, as operações de grupamentos de Brigada no estilo 1944-45 não se justificarão. Se se as intentasse, não só seriam as tropas insuficientes para cobrir as extensas frentes previsíveis, como também a concentração de unidades com efetivos superiores a Brigada, seria um convite à sua destruição por armas atômicas. Deveremos, portanto, pensar em operações realizadas com pequenos efetivos, a base de grupamentos de combate integrados, compostos de Carros e Infantaria sob o Comando

de um Tenente-Coronel e dotados de apoio de Artilharia e Engenharia suficientes para atuar independentemente, quando os efeitos das armas atômicas tornem impossíveis os sistemas normais de ligação. Para tornar realidade este conceito tático, é que se propugna atualmente pela constituição de Brigadas de Infantaria e Carros.

Especialização é o princípio que orientou a organização das Divisões de Infantaria e Blindadas de acordo com os fins específicos a que se destinam de modo que não seria possível, nem mesmo aproximadamente, que se pretendesse realizar missões similares com esses tipos de Divisões, tão marcadas são as diferenças de suas organizações intrínsecas. A Divisão de Infantaria organizada sob este princípio, seria essencialmente defensiva; bem dotada de Infantaria e Artilharia de Campanha, com uma considerável potência de fogo quando instalada defensivamente, porém lenta de movimentos, com os carros ligados ao ritmo das tropas a pé. A Divisão Blindada, ao contrário, é uma força móvel por excelência. É organizada para os reconhecimentos armados, a proteção de flancos, o contra-ataque blindado, a exploração atômica, etc.

Não tem capacidade para a ocupação e em situação estática encontra-se virtualmente indefesa. Sua Artilharia se limitará provavelmente a um Regimento médio.

O efeito prático destes projetos é submeter o Comando à imposição, que a falta de outro termo, chamaremos de "tática de jogador de golfe". Que, como seus bastões não são de uso universal, se verá obrigado a escolher o mais adequado à jogada. Para as operações defensivas usará o bastão Infantaria; para o golpe rápido, profundo, o Blindado.

Em ambas as Divisões, a característica que logo salta à vista, é a inflexível proporção entre Infantaria e Carros, que é de três para um na DI e de um para quatro na DB, sem que em nenhum caso esta proporção se altere de modo sensível. Não é possível concentrar car-

ros dentro da DI, já que não existem EM previsto para seu Comando. É óbvio que na DB não pode existir mais que um único escalão de apoio de Infantaria, o mínimo necessário para proporcionar aos carros a proteção imediata.

MISSÃO DA DIVISÃO ESPECIALIZADA

Como consequência desta fórmula, de certa rigidez matemática, a missão dos elementos blindados dentro da DI se deduz automaticamente. Na DI os carros serão empregados em apoio imediato às tropas a pé; na defensiva, em posições de espera cobertas pela frente divisória; no ataque, avançando lentamente junto à Infantaria, neutralizando pelo fogo seus objetivos. Na DB a recíproca é verdadeira. Os carros podem operar unicamente em missões de movimento, contra-ataque, exploração e etc. Sendo muito vulnerável quando em situação estática, devido à sua quase total carência de Infantaria de apoio.

Tirando desta ordem de idéias as conclusões lógicas, as características operativas se evidenciam claramente. As DI utilizar-se-ão na limpeza de obstáculos e na conservação do terreno; as DB no contra-ataque e no aproveitamento do êxito. Quando as penetrações nas posições defensivas da Infantaria alcancem um grau tal que não baste o emprego de suas reservas para restaurar a frente, a DB deverá vir em seu socorro. E virá como a unidade de choque, quando se trate de golpear com vigor os objetivos inimigos, ou quando seja preciso tapar uma brecha produzida pela ação atômica sobre a própria força.

Esta é, pois a doutrina tática e parece claro que sua permanência ou substituição depende da capacidade de ambas as Divisões para operar juntas, em equipe. Se uma falha em sua missão específica, a outra torna-se impotente. Se, particularmente, a DB se torna ineficaz para o cumprimento de sua missão, a DI perde rapidamente seu poder e toda a estrutura tática se desmo-

rona. Vejamos até que ponto as prováveis características da guerra nuclear valorizaram esta forma íntima de cooperação.

QUANDO SERÁ EFICAZ A DIVISÃO ESPECIALIZADA

Em primeiro lugar, temos que considerar o imponderável valor da eficácia atômica. As mais recentes opiniões sobre este ponto nos levam a crer que serão profusamente utilizados na guerra moderna projetis atômicos de uma ou outra natureza. Não se trata de empregar um ou dois, simplesmente. Mais ainda, devemos admitir que a técnica de sua produção se simplificará até tal ponto, que todo o processo de produção terá lugar em algumas horas. Sem dúvida, uma DB será capaz de dar um golpe e depois de um razoável lapso de tempo dar outro. Porém, ante a previsão de que os projetis atômicos vão ser empregados por ambos os lados, como se tratasse de atirar tomates em uma campanha eleitoral, o problema assume características diferentes. Ou necessitaríamos dispor de um número de Divisões, que jamais poderíamos manter, ou a maior parte dos golpes atômicos ficariam sem resposta.

Em segundo lugar está a questão de velocidade. Na suposição que se generalize o emprêgo dos meios atômicos, a necessidade de emprêgo da DB em ações de exploração poderá realizar-se a qualquer momento. Nenhum Comando poderá seguramente garantir que vai prever o emprêgo tático das armas atômicas com tempo suficiente para alertar a DB, deslocá-la para sua zona de reunião, que será muito ampla, e tomar o dispositivo de combate antes que os efeitos da explosão hajam passado. A DB não chegaria a tempo nem mesmo em caso de inimigo bastante moroso que fôsse incapaz de dificultar-lhe os movimentos. A velocidade é vital, tanto nas missões de contra-ataque como nas de contra-penetração. Von Melleuthin explicou como na frente Oriental durante a última guerra as frentes foram res-

tabelecidas, algumas vezes, mediante contra-ataques lançados por potentes forças blindadas. Porém ressalta a importância da velocidade; se com ela não contarmos a operação pode redundar em um custoso fracasso. Quem nos pode garantir que sob a ação atômica chegará a tempo a DB?

Finalmente, devemos ter sempre em vista o fator surpresa. Ainda quando a DB realize ambos os papéis com êxito, restariam evidentemente os imprevistos do campo de batalha que não podem se enquadrar em um plano. Podem remanescer núcleos de resistência que na teoria deveriam ter sido pulverizados pelo golpe atômico. A EPS pode ser cortada e os comboios deverão abrir caminho com os seus próprios meios. Por várias razões, a DB poderá permanecer sem a poia por mais tempo do que o calculado. Na expectativa de fazermos frente a estas eventualidades sentimos necessidade de mais Infantaria, já que estas ações são caracteristicamente suas. Porém a concepção tática das DB Especiais não levam em conta estas contingências e quando chegar o momento decisivo, o problema de dispor de mais Infantaria pode tornar-se excessivamente difícil.

DEDUÇÕES

Destas conclusões de caráter geral podem-se obter algumas conclusões a respeito da organização da Divisão da guerra moderna. Em primeiro lugar, qualquer divisão necessita ser capaz com seus próprios recursos de empreender qualquer operação de tipo normal que possa apresentar-se. Consideram-se como tais a ocupação do terreno, tanto em defesa temporária como em defesa normal, a possibilidade para explorar na ofensiva e a sua capacidade de contra-atacar dentro de certos limites no tempo. Seria insensato que uma Divisão se organizasse para cumprir unicamente uma dessas missões e esperasse que o restante fôsse realizado por outros elementos.

Em segundo lugar, seus meios devem ser adaptáveis a situações di-

versas. O simples fato de dispor de DB orgânicas, pouco significa a menos que a sua concentração e emprego em ações de movimento possam levar-se a cabo com rapidez e oportunidade.

A que nos leva isto? Certamente à conclusão de que na era atômica não poderá existir uma diferença básica de Divisão de Infantaria e Blindada, mas que tôdas as Divisões necessitam de Infantaria e Carros em proporções muito similares. Chegamos de fato à *Divisão-Tipo*.

COMPOSIÇÃO DA DIVISÃO-TIPO

As opiniões diferem quanto às exatas proporções de Infantaria e Carros. Porém, sem que isto signifique uma polêmica profissional, pode-se afirmar que a menos que haja uma preponderância de Infantaria, muitas missões acidentais, como patrulha, a defesa noturna de zonas, a colocação e levantamento de minas e muitas outras mais, ficarão sem poder ser executadas, ou tornar-se-ão muito mais custosas do que o seriam para a Infantaria. Como base para estudo e discussão, admitamos que a taxa mais adequada para a proporção seja de dois terços de Infantaria para um terço de Carros.

Qual a significação disto nos Regimentos e Batalhões atuais? Aqui nos deparamos com as limitações que a Grã-Bretanha impõe ao tomar parte da OTAN.

Enquanto perdurarem as divisões da OTAN é muito perigoso para qualquer nação embrenhar-se no campo da imaginação. Para conseguir uma maior integração na OTAN, as organizações devem ser o mais semelhantes possíveis e os métodos e processos padronizados. O problema de agrupar formações internacionais requer que as divisões sejam, ao menos, do mesmo tipo e baseadas na mesma doutrina. Introduzir nesta organização uma Divisão composta somente de seis unidades de combate (incapaz de conservar o terreno), ao mesmo tempo que outra composta de dezesseis (capaz pouco mais), seria complicar

além do possível a estrutura da OTAN. Apesar do atrativo político e financeiro da "Divisão de Bôlso", é muito provável que a mais apropriada organização fôsse a de três Regimentos de Carros e não menos de seis Batalhões de Infantaria.

INTEGRAÇÃO OU NÃO?

Ao considerar se estas unidades devem estar organizadas funcionalmente ou em Brigadas Mistas, os diferentes pontos de vista devem ser analisados cuidadosamente. É fora de dúvida que, nas brigadas mistas, a oportunidade para o Comando de exercer o controle sobre as forças integradas, é maior que em qualquer outra organização. É certo também que, na fase de formação, o pessoal das diversas unidades tem uma maior oportunidade de conhecer-se mutuamente e de identificar-se dentro do mesmo espírito de equipe e, ainda, com os sistemas táticos das outras unidades. Em outras palavras, é uma integração de Infantaria e Carros mais íntima que a que seria possível em uma organização homogênea. Porém, se a doutrina tática está baseada no agrupamento regimental Infantaria-Carros, a integração não foi atingida suficientemente. Deve ser no escalão Tenente-Coronel (Batalhão), que a integração deve ser realizada; realizá-la no escalão-Brigada, ainda que seja algo, não leva tal orientação à sua conclusão lógica. Mais ainda, é possível admitir-se, em parte justificadamente, que a necessidade de que Carros e Infantaria falem a mesma linguagem, não exige a organização permanente em Brigadas, com tôdas as complicações e dificuldades que a ela são inerentes. Porém não nos confundamos com este aspecto.

A cooperação Infantaria-Carros não é coisa nova. Realizou-se com êxito na última guerra, quando as oportunidades de uma instrução conjunta eram menos frequentes que na atualidade. Seus princípios podem ser aprendidos em uma quinzena e em seis semanas obter-se um perfeito espírito de equipe. Em 1943-44 a instrução

conjunta durava umas três semanas. Se no curso daquele período foi possível obter um eficaz agrupamento de combate com um Regimento Blindado Inglês, um Batalhão de Infantaria Gurka, carros americanos e equipamentos de rádio australianos, poucas dificuldades teria para conseguí-lo em nosso Exército ainda nesta era atômica. Este problema não justifica por si, que se considere de difícil realização, esse aspecto da integração.

Quais são as dificuldades na prática? Inicialmente não é razoável esperar que o Comandante da Brigada assuma simultaneamente a responsabilidade pela instrução dos serventes dos carros e da Infantaria. Não se tornaria, por exemplo, fácil julgar o estado da instrução de um motorista ou de um servente de peça de carro, a menos que ele tivesse prévia experiência sobre o assunto. E a não ser que tanto neste como em outros aspectos da instrução, se chegasse a atingir a um nível satisfatório, a fusão da Infantaria e Carros em uma só unidade, apesar de que em si mesma não constituísse um grave problema, tornar-se-ia impossível.

Em segundo lugar, mesmo com toda a boa vontade, é impossível evitar complicações administrativas quando se agrupam permanentemente unidades de armas distintas sob um mesmo Comando e Estado-Maior.

Admite-se isto no escalão divisionário, em cuja unidade existem os órgãos de Comando e serviços necessários para a apropriada coordenação. Porém o Comando da Brigada não é um comando no sentido administrativo como o é o da Divisão. Não possui mais órgãos administrativos que os indispensáveis para o Comando de uma Brigada homogênea, entretanto, tornar-se-ia duvidoso que o Comando de uma Brigada Blindada se exercesse adequadamente sobre o Batalhão Motorizado; não ocorreria o mesmo se situássemos o problema no âmbito da Divisão. O efeito sobre os órgãos de Comando da Brigada de Infantaria com os encargos das forças combatentes, cursos, inspeções...

levá-los-ia, mais cedo ou mais tarde, a maiores e mais complexos efeitos e talvez à confusão administrativa.

Ainda que permaneçam organizadas homogêneas, as forças blindadas podem ser empregadas em apoio da Infantaria sempre que seja preciso, uma vez que conserva sua capacidade para atuar em seu papel específico. Desfigurada sua organização, as forças blindadas ficam reduzidas a anticarro móveis e a artilharia de apoio imediato da Infantaria. Por todas estas razões, parece evidente que a Brigada homogênea, seja Blindada ou de Infantaria, deve constituir a base da organização divisionária em uma guerra moderna. A integração no escalão Brigada não pode proporcionar uma unidade de combate verdadeiramente integrada, e uma tentativa de tal natureza significaria prescindir da única organização capaz de dar flexibilidade tática à ação. É um fogo fátuo realizando evoluções daninhas sobre um terreno difícil e imanejável.

DESDOBRAMENTO DAS BRIGADAS HOMOGÊNEAS

Encontramo-nos, pois, com três Brigadas organizadas funcionalmente, duas de Infantaria e uma de Carros. A forma de agrupá-las pode ser variada de acordo com as necessidades operativas. As vezes, é necessário repartir os blindados em três Brigadas idênticas, composta cada uma por um Regimento de Carros e dois Batalhões de Infantaria. É de esperar-se que mais freqüentemente, pelo menos dois terços de forças blindadas, permanecerão na Brigada Blindada, constituindo uma reserva com a potência necessária para a exploração e o contra-ataque. Igualmente, se podem fazer outras combinações, pois as componentes podem ser combinadas das mais variadas formas. O princípio fica estabelecido de forma que a instrução, a administração e o emprego tático das forças blindadas, quando se acham concentradas, corresponde ao Comando de Brigada, em consequência todos

os Comandantes de Brigada devem estar habilitados, em operações normais, a manejar forças mistas de Infantaria e Carros.

RECONHECIMENTO PROTEÇÃO E ETC.

Quais são as missões secundárias que as unidades de combate devem realizar? Haverá necessidade de realizar reconhecimento, proteção, controle de tráfego, assim como o apoio de Carros para a Infantaria nas missões de grande mobilidade. Como satisfazer estas exigências? Deve existir um Regimento Divisionário de viaturas blindadas, um Batalhão Blindado, ou ambas as coisas, ou acaso estas necessidades podem ser satisfeitas de outra forma?

Antes de tentar responder em detalhes, será conveniente ter em conta dois fatores que podem ser finalmente decisivos. O primeiro deles é o fato de que nas atuais condições de potencial humano e econômico, o país não pode permitir-se manter unidades combatentes a menos que estas sejam efetivamente capazes de combater. Em última instância, seu valor para o contribuinte deve ser aquilutado de acordo com sua capacidade de manter o terreno ou de choque. Sua eficácia no cumprimento de missões secundárias, tais como os reconhecimentos e a proteção, não deve ser obtida às expensas de sua capacidade para lutar, quando seja necessário, num combate. O segundo fator que devemos ter em conta, é que a flexibilidade da Divisão se veria grandemente reduzida se seu Comandante se visse obrigado a lançar mão das unidades orgânicas da Brigada para cumprir as ditas missões. Estas forças devem proceder de alguma outra unidade.

A dedução lógica é clara. Deve existir outra unidade pelo menos (possivelmente mais), procedente de outra tropa que não sejam as Brigadas, e organizada de forma tal, que quando a situação tática o exigir possa combater como uma unidade divisionária. Até que ponto

preencheria este papel o Regimento Blindado? Efetivamente, não constitui parte da Brigada, porém quando for necessário é capaz de combater? Tem a capacidade de combate precisa para garantir a informação em sua missão de reconhecimento?

É preciso admitir que com o seu atual equipamento não pode realizar nem uma nem outra missão. As possibilidades das viaturas atuais, através campos, são inferiores às de um jeep. A unidade não pode manter o terreno nem ainda em circunstâncias críticas, e sua capacidade para o contra-ataque é desprezível. Com os atuais meios pode-se afirmar que o atual Regimento é um anacronismo. Qual é a alternativa? Antes de analisá-la com detalhes é conveniente considerar as características destas missões especiais. O reconhecimento e o flanqueamento exigem capacidade para mover-se rapidamente sobre amplas frentes ou consideráveis profundidades, algumas vezes através campo, com suficiente potência ofensiva para forçar o combate com as resistências iniciais. É condição imprescindível que conte com excelentes comunicações rádio de grande alcance.

Estes requisitos não pressupõem uma unidade especial. Indubitavelmente são missões adequadas à Infantaria e Carros dosados de acordo com as exigências da situação. Por exemplo, em um avanço rápido as forças blindadas devem predominar. Em progressões mais sérias, contra resistências agressivas, a proporção de Infantaria deve ser maior. Análogas considerações podem ser feitas em relação à proteção dos flancos e às retaguardas. O essencial é que os efetivos devem ser compostos de Carros e Infantaria, e esta adequadamente transportada. Parece, pois, que o que se necessita é um Regimento Blindado adicional e outro Batalhão adicional de Infantaria, dotado com viaturas qualquer terreno. Esse Batalhão assim organizado poderia também realizar missões de apoio imediato aos carros em missões de grande mobilidade. Igualmente teria capacidade

para encarregar-se do controle do trânsito da Divisão, para cuja missão é necessário dispor de boas comunicações.

A integração de ambas as unidades suscita alguns problemas. Na maioria das ocasiões se acharão sob o Comando direto da Divisão e logicamente devem ser tratadas como tropas divisionárias. Por outro lado, o Batalhão de Infantaria atuará em geral com a Brigada Blindada sempre que for possível concentrar os elementos blindados para uma missão móvel ou ofensiva e, em certas ocasiões, inclusive o Regimento Blindado se agrupará sob o Comando da Brigada Blindada. Tendo-se em conta as dificuldades de instrução e de administração que cria os Comandos das unidades estarem separados, parece solução mais adequada que ambas as unidades formem parte de uma Brigada Blindada, apesar de que a maior parte das vezes tenham que atuar separadas.

Os Regimentos Blindados deveriam estar organizados da mesma maneira que os Regimentos das Brigadas Blindadas e indubitavelmente haverá ocasiões em que atue como uma unidade blindada eventual. O Batalhão de Infantaria ainda tendo a mesma organização básica que o restante de sua arma (para inclusive prepará-lo e defendê-lo se necessário), deve estar dotado de viaturas próprias de meia-lagarta. A tentação de incluir estas viaturas na coluna divisionária, para dotá-la de flexibilidade, pôsto que em teoria são utilizáveis por qualquer Batalhão de Infantaria, deve ser repelida. O papel da unidade é altamente especializado e não pode ser realizado por outro Batalhão. Esta organização inflexível deve ser aceita já que a possibilidade de dotar de viaturas sobre lagartas todos os Batalhões da Divisão não é possível por razões econômicas. Temos chegado assim a uma Divisão menor e mais ligeira que a Divisão de Infantaria, porém maior e mais flexível que a DB experimental. Seus meios

orgânicos são suficientes para o cumprimento de uma missão de combate normal, e a sua organização permite adotar o dispositivo tático que a situação requeira. Na defensiva, a constituição normal podia ser de duas Brigadas, formada cada uma por três Batalhões de Infantaria e um Regimento de Carros. Os dois Regimentos de Carros restantes e o Batalhão Motorizado poderia agrupar-se sob o Comando do Comandante da Brigada para o contra-ataque e a exploração atômica. Em frentes muito extensas ou quando se queira atuar em grandes profundidades, seria preciso desdobrar a Divisão em três Brigadas idênticas, cada uma com dois Batalhões de Infantaria e até um Regimento de Carros. Em operações de tal tipo, o Regimento de Carros restante e o Batalhão Motorizado constituirão um núcleo de uma potente reserva. A organização é bastante flexível permitindo muitas variações, e o Comando em guerra de tais forças não superaria as possibilidades da Divisão, pôsto que os Comandantes de Brigada estão habilitados para comandar forças mistas de Infantaria e Carros. Únicamente seriam necessários, talvez, dotes administrativos e de comando superiores às necessitadas no passado, uma vez que o combate atômico exigirá o emprêgo de diversas organizações.

ARTILHARIA, ENGENHARIA E SERVIÇOS

A quantidade e a qualidade dos componentes divisionários de Artilharia, Engenharia e Serviços, assim como a organização das comunicações, constituem temas muito interessantes, porém não se encontram dentro dos objetivos deste artigo, que se circunscreve aos dois mais importantes, integração e especialização. Pôsto que a sua organização básica depende do material e emprêgo tático, atualmente e por alguns poucos anos, não pode ser mais que eventual.

CONCLUSÕES

Como resumo e esclarecimentos das conclusões chegadas neste artigo, podemos dizer que :

a) O caráter da guerra nuclear, assim como as naturais limitações impostas pelo fator humano e a economia determinam as tendências das divisões especiais. Toda Divisão deve, dentro de certos limites, de realizar qualquer operação normal com os seus próprios meios orgânicos.

b) A integração permanente dos carros na DI implica em restrições desnecessárias e inadmissíveis, em sua capacidade para realizar sua missão principal. Os carros devem organizar-se homogêneamente e só em caso de necessidade agregar-se às Brigadas de Infantaria.

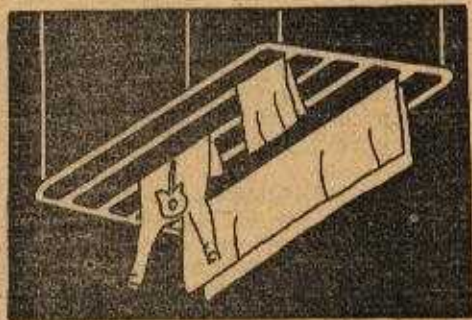
c) A única organização divisória compatível com estes prin-

cípios é a formação de Brigadas homogêneas de Infantaria e Carros. Para dotá-la de flexibilidade e adaptá-la ao tipo da OTAN, a Divisão deve constar basicamente de uma Brigada de Carros e de duas de Infantaria.

d) A capacidade das unidades para o combate não deve ser sacrificada em sua eficácia para a realização de missões secundárias tais como o reconhecimento e a proteção dos flancos na manobra. Estas ações e outras parecidas devem ser levadas a cabo por um Regimento de Carros e um Batalhão de Infantaria adicionais, com viaturas de meia-lagarta ou semelhantes.

e) A técnica da cooperação da Infantaria-Carros não é difícil de adquirir e todos os Comandos de unidades de Infantaria e de Carros devem ser capazes de exercer o Comando de unidades mistas em combate.

IANKI ENXUGADORES DE ROUPA



Patente: 2.927.

RUA BARÃO DE IGUATEMI, 421 — TEL. : 34-7354
(PRÓXIMO DOS FUNDOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO)
(JUNTO DA CERVEJARIA MAURIN, LTDA.)

De suspensão no teto por cordas e roldanas.

O. EXTENSIVEL, construído em ALUMÍNIO, fechado tem 0,85 x 0,60, pode abrir até 1,60 x 0,60

E OS ESMALTADOS A BRANCO, OU CONSTRUÍDOS EM ALUMÍNIO, com varas inteiras e em várias medidas.

N.B.: Todas as peças destes enxugadores podem ser substituídas no local, quando necessário.



O PROBLEMA MINERAL BRASILEIRO

WALDEMAR DE LIMA E SILVA

CONSIDERAÇÕES GERAIS

É fora de dúvida que os surtos industriais têm coincidido com fases críticas de drásticos declínios nas importações. É a indústria que proporciona economia de divisas, fundamental para a nossa balança de pagamentos, como, também, contribui em grande parte, para as exportações. É a indústria que enriquece países novos como a União Sul-Africana, a Austrália e o Canadá.

Foi a indústria que fez dos Estados Unidos, França, Inglaterra, e outros países, grandes potências. É para a indústria que apelam as duas novas grandes nações que estão surgindo — Índia e Paquistão.

Comparando o Brasil com estes dois países, certo é que poderíamos marchar com passo mais acelerado.

Precisamos de mais trabalho, de mais ação, e de menos desperdício de capital e energia. Precisamos de chefes e administradores que visem, antes de tudo, o bem coletivo, e não apenas o bem individual, e que, com o pensamento no destino deste grande país,

ajam com honestidade, decência e honradez.

Sobrecarregado de inúmeras dificuldades do presente, o Brasil está entrando firmemente na fase da grande indústria, e agora mais do que em outra época, terá forçosamente de explorar com mais vigor os seus recursos de toda espécie, as riquezas materiais e energéticas do solo e subsolo, as quais continuam servindo de base ao seu desenvolvimento industrial e continuarão a ser o fundamento da grandeza do Brasil do futuro.

Genêricamente e na presente fase, qualquer exploração intensiva das nossas minas importaria em graves problemas no setor dos transportes rodoviário, ferroviário e portuário.

Além do mais, teria de ser considerado o complexo e oneroso problema de instalações de embarque de minério no porto mais próximo para a imprescindível e necessária movimentação — rápida e a baixo custo.

Muitas jazidas e minas nacionais, localizadas a grandes distâncias de estradas, ferrovias e

portos, e sem energia adequada para movimentação de seus apetrechos, ficam esquecidas e sem poder ser utilizadas, porque tudo concorre para o desânimo e desalento de uma exploração racional.

A economia de algumas nações pouco desenvolvidas, como a maioria das nações Sul-americanas, produtoras principalmente de matérias-primas, de tipo colonial ou semi-colonial, permanece na situação de franca dependência dos países mais adiantados e industrializados, e, assim baseados na sua superioridade, ditam os preços dos produtos daqueles, chegando a provocar em algumas circunstâncias, crises econômicas de forte efeito com inevitáveis repercussões sociais.

Deste modo, nesta inferioridade técnica e industrial, os países de pouco desenvolvimento apelam para determinado sistema econômico, capaz de atender, realmente, às suas condições de empobrecimento, permitindo-lhes com a sua adoção, algum progresso acentuado e a conseqüente elevação do padrão de vida; esse sistema tem por base a industrialização sistemática, integral, organizada e planejada adequadamente.

Na hora presente, incrementado pelo Sr. Presidente da República o movimento da industrialização, justo é verificarmos que a fraqueza da nossa indústria mineira ameaça tornar-se um verdadeiro gargalo do próprio surto industrial.

Precisamos compreender que o desenvolvimento intensivo, em grande escala de mineração tem um duplo papel — para o mercado externo — adquire o efeito do aumento da capacidade de importar — para o mercado interno, adquire o efeito protetor da indústria contra as deficiências oriundas daquela capacidade.

A indústria nacional substitutiva de importação está sendo implantada em grande parte pelos tradicionais fornecedores estrangeiros,

que, na iminência de perda de um grande mercado consumidor, decidiram investir em território nacional.

O aspecto favorável desse tipo de investimento, a par do carregamento de capital estrangeiro, e a importação do "know how" e a fabricação em alto nível de produtividade.

Como renda nacional, a nossa atividade mineira ainda é representada por insignificante parcela.

No conjunto da nossa atividade econômica, a mineração na fase atual quase nada representa, examinada, quer em contraste com países de produção primária, quer com países industrializados.

Tomemos o ano base — 1939 — a indústria manufatureira expandiu-se de quase 200% e a mineração apenas 40%.

As únicas expansões apreciáveis foram as de minério de ferro e de manganês que já estão dando margem a sensível aumento das nossas exportações de minérios de ferro e de manganês, as quais devem ter registrado expressivos totais no ano de 1956.

Assim é que se espera uma receita avaliada em cerca de 35,5 milhões de dólares, produzida pelos embarques de hematita, sendo de se notar que no ano anterior esse total não foi além de 30 milhões.

A exportação de manganês deverá ter aumentado de aproximadamente 2,6 milhões de dólares, passando de 5,4 milhões em 1955 a 8 milhões em 1956.

É interessante observar que somos grandes comilões do subsolo alheio, e gritamos quando o estrangeiro deseja também esburacar o nosso, mas compreendemos perfeitamente que outras nações esburaquem seu subsolo para o nosso abastecimento.

É óbvio que certas resistências básicas devem ser jogadas por terra, pois estas entravam a nossa cooperação estrangeira. O que nos compete é promover, primordial-

mente, o fomento das exportações, produzindo o suficiente para exportarmos cada vez mais, para deixarmos de viver como até agora, sujeitos a todos os caprichos das Bolsas e dos especuladores estrangeiros.

Com os obstáculos existentes, não é fácil a criação no nosso país de uma consciência mineira esclarecida quanto aos efeitos de mineração como fonte de divisas e base da industrialização interna — somente com essa mudança o panorama mineiro passa ser suscetível de soerguimento menos lento.

É ponto pacífico que a mineração em escala industrial, é, em regra, uma atividade de elevado risco de capital, e, também, de remuneração muito aleatória.

Nosso povo ainda não adquiriu essa capacidade de tentar e arriscar em empreendimentos pioneiros e difíceis. Para penetrar na mineração, é preciso possuir espírito de iniciativa, espírito pioneiro, audácia de empreender e de arriscar.

OBSTACULOS QUE ENTRAVAM O SURTO MINERAL:

Muitos são os obstáculos que entravam o desenvolvimento da indústria mineira no Brasil, e podemos citar os seguintes:

a) Escassez de geólogos e profissionais de mineração:

O nosso país possui grande potencial mineiro e vastíssimo território ainda inexplorado.

No triênio 1950 — 1953, nos Estados Unidos, foram graduados 4.885 geólogos.

Agora, no Brasil está se cogitando na realização imediata de cursos de geólogos, e somente daqui há 5 anos teremos os primeiros graduados.

b) Posição monopolística no mercado de matérias-primas:

Não é possível continuarmos assim, pois devemos reconhecer que estamos ainda em fase primária de produção.

Evidentemente, não podemos ainda dispor da gama de conhecimentos tecnológicos e da infraestrutura industrial, fatores básicos para a transformação de muitos dos nossos minérios, sem falarmos nos relacionados com a energia nuclear.

Há homens das empresas estrangeiras que estão dispostos, inclusive, a custear a construção de estradas de ferro necessárias ao escoamento da produção mineira, visto que o principal entrave ao incremento da exportação de minérios é a falta de transporte.

Estas propostas devem ser consideradas pelas autoridades competentes.

Temos o caso do manganês do Amapá, para cuja solução naquela época houve entendimentos satisfatórios com os investidores norte-americanos.

É sabido que a jazida do Amapá foi arrendada por concorrência e mediante o pagamento de "royalties" por ton, vendida — 5% para as primeiras 500.000 ton, — 10% para o excedente, a ICOMI.

Não podendo obter recursos internos para iniciativa de tão alto vulto, aquela Cia. entrou em entendimentos com a Bethlehem Steel Co, ficando esta com 49% das ações. Essa colaboração assegurou um empréstimo de Washington de US\$ 67,5 milhões, o que permitiu cobrir não só as importações mas também as despesas em moeda nacional.

A única garantia que o Export and Import Bank tem, é a amortização do empréstimo com a exportação do manganês, na proporção de 15 dólares por tonelada exportada. Em 12 anos esse empréstimo deve estar amortizado, e então as divisas ficarão na quase totalidade para o Brasil.

Precisamos não esquecer que existe no negócio do manganês do Amapá um intermediário, e que este evidentemente terá seus lucros. Muito mais interessante para o Brasil seria a transação feita diretamente com a Bethlehem Steel Co. Na presente situação

à nosso ver, talvez fôsse um alto negócio para o Brasil, tendo em vista a preço do manganês no mercado internacional.

Os legítimos interesses do produtor primário são respeitados, quando se reserva uma parcela substancial dos benefícios da atividade mineira.

No caso dos dois minérios básicos — ferro e manganês — as limitações do mercado interno não comportam determinado esforço de investimentos; só mesmo na exportação. Salienta-se no caso, o problema da exiguidade de capitais de risco capazes de enfrentar a aventura da prospecção, e além do mais, a larga espera da gestação do investimento, e as diminutas dimensões do mercado interno.

O que se observa, é que nos países de pouco desenvolvimento, a atividade mineira sob o ponto de vista industrial, está em oposição com a garimpagem; quase sempre, aquela, deve seu desenvolvimento a investimentos de capital estrangeiro e tendo em vista o mercado externo.

Resumindo, podemos dizer, que a atividade mineira pressupõe, ou uma vasta atividade de exportação ou um mercado interno em condições de consumir a produção em escala industrial. Ora, este mercado existindo, a produção mineral tende para ele, e a ele se liga predominantemente; isto não acontece abruptamente, mas sim à medida que o país vai atingindo maior densidade de capital e ampliando o seu mercado interno.

Sem interferência de qualquer espécie, este fato acontece.

Precisamos fazer parte de um nacionalismo que adote como critério da verdade a utilidade prática, objetiva, entrelaçando o que é verdadeiro com o útil, e a meta a alcançar neste nacionalismo pragmático, é o de explorar a capacidade de barganha do país que exporta, considerando-se a elevação das rendas incorporadas à economia nacional, valorizando o produto exportado com o emprego

da mão-de-obra indígena, através da elaboração industrial.

Devemos possibilitar a exportação, a qual seria feita em bases realmente proveitosas para o país sem a interferência de considerações outras que não as do nosso interesse. Por que não vendermos a quem nos quer comprar nas melhores condições. O minério deve ter o seu poder de compra utilizado de modo vantajoso para a nossa economia.

c) Transporte:

Devemos dar a mão ao produtor no que se refere a transporte e carregamento, e é indiscutível que o aumento da produção se fará sentir e o aumento da exportação sem dúvida alguma surgirá.

O transporte dos minérios, como já citado anteriormente, de maneira mais econômica possível, ainda constitui a principal dificuldade de qualquer programa de expansão do setor. Por aí é que deve ser atacado o problema.

Possui o Brasil a extensão de 37,3 mil quilômetros de rede ferroviária em tráfego, servida pelas 58 Ciss. de Estrada de ferro — existentes. A maioria dessas ferrovias, em regime deficitário, luta com a falta de material rodante, e embora suas tarifas sejam relativamente elevadas, são inadequadas e carecem de uma revisão capaz de reajustá-las à realidade da situação.

De um modo geral, as unidades que compõem o sistema ferroviário nacional, prestam serviços deficientes e estão aquém das necessidades vitais da região a que servem.

Há, atualmente, verdadeira rivalidade entre os dois mais famosos Vales de minério de ferro — O Vale do Rio Doce e o Vale do Paraopeba. Enquanto que naquele o governo se dispôs a fazer mineração por conta própria, como é o caso da Cia. Vale do Rio Doce, no outro Vale, o do Paraopeba, os mineradores lutam tremendamente com a falta de meios de transporte, tendo de contar com

a EF Central do Brasil e com o sobrecarregado Cais do Rio de Janeiro. Assim, as indústrias de mineração, que são no caso entidades privadas, têm encontrado toda a série de obstáculos e dificuldades.

Não adianta melhorar o porto do Rio de Janeiro, se mantiver em péssimo estado o transporte ferroviário a ele destinado.

A Cia. Vale do Rio Doce não continuando com o monopólio do transporte, bem que a sua estrada de ferro poderia atingir Belo Horizonte.

Há muitos planos e idéias a respeito da ampliação dos nossos transportes para a exportação intensiva de minérios de ferro. Assim:

a) Ampliação da EF Vale do Rio Doce para exportar até 10 milhões de ton, de minério de ferro.

b) Aparelhamento do Porto de Angra dos Reis.

c) Aparelhamento do Porto de Itacarussá.

Parece que um dos obstáculos é o Polígono de Tiro da Marambaia, situado nas suas proximidades.

d) Construção do ramal — Andrelândia — João Ribeiro.

A EF Oeste de Minas teria de ser remodelada, para suportar o tráfego pesado.

e) Construção do ramal Japeri — Itacarussá.

f) Eletrificação.

Sem transportes, a mineração no Brasil não pode progredir e com transportes caros e antieconômicos, iríamos sacrificar indefinidamente a nossa economia.

d) Inexistência prática do crédito à mineração:

Torna-se demasiado oneroso para os exportadores privados, o lançamento de qualquer esforço mineiro de vulto, dirigido exclusivamente para o mercado interno.

A mineração exige em prospecção alguns milhares ou milhões

de cruzeiros, e não estamos preparados para isso.

Desde a concorrência, a ICOMI gastou 3 milhões de dólares para fazer a prospecção da jazida do Amapá, sem qualquer ajuda financeira do governo.

A base que deve servir de financiamento deve ser a retenção de uma certa porcentagem para a amortização do empréstimo concedido.

Isto pode ajudar a resolver grandes dificuldades com o auxílio de financiamentos estrangeiros; uma parte do equipamento ou do empréstimo seria amortizada com a retenção de uma cota certa do preço do material vendido.

O crédito para a mineração poderia também ser feito através de um banco de mineração ou de um departamento especializado dos bancos já existentes, ou solucionado de modo satisfatório pelo futuro Ministério de Minas e Energia.

e) Regime dominial — acessão.

O regime dominial desvinculando o subsolo da propriedade superficial, acarretou apreciável surto mineiro. Posteriormente, com a modificação do parágrafo 1º do art. 119, conferiu, expressamente, ao proprietário do solo, preferência para a exploração das jazidas encontradas no subsolo respectivo. Embora o direito assegurado pela Constituição de 1946, ao proprietário do solo, se limite à preferência para a exploração das jazidas contidas no subsolo respectivo, se feita por terceiro, tal dispositivo pode classificar-se como contrário à nacionalização da indústria mineira. Assim, além de fatores de ordem técnica e econômica, abre uma parte ao monopólio das riquezas do subsolo, pela aquisição de extensas áreas presumivelmente ricas.

O Regime misto daí resultante representou verdadeiro retrocesso na nossa legislação mineira, acarretando rápido decréscimo das autorizações de pesquisa e lavra, as quais de 1.273 e 107 em 1943,

baixaram em 1952 para 397 e 64 respectivamente.

A nosso ver, a Constituição de 1946 estabeleceu um sistema misto prejudicial, o que nos leva a acreditar na necessidade de um reestudo e uma reforma constitucional, provavelmente, para que se adote um regime definitivo, modificando a preferência dada ao proprietário do solo.

Além do mais, deve haver maior elasticidade da atual aplicação de dispositivos do C. de Minas, atualmente inadequados em relação a vários minérios.

Resumindo, revisão e atualização do C. de Minas.

f) Criação do Ministério de Minas e Energia.

A criação do Ministério de Minas e Energia representa o pensamento de todos aqueles que estudam honesta e racionalmente o problema minero-metalúrgico no Brasil.

O Problema do Ministério de Minas e Energia foi bem focalizado pelos ex-ministros Juarez Távora e Munhoz da Rocha.

O DNPM criado para cuidar do subsolo e das quedas d'água nacionalizados, através dos dispositivos dos Códigos de Minas e de Águas já é o embrião deste novo Ministério.

Este Ministério, com a sua força política poderia amparar adequadamente as minerações e as fontes de energia. Não resta dúvida que o DNPM vem enfeixando todos os problemas relativos às minas e energia, e já está maduro para se tornar um Ministério.

g) Departamento Nacional de Produção.

Tornar este Departamento eficiente, dando-lhe os elementos indispensáveis, para proceder aos mais simples serviços, assim como engenheiros para fiscalizar e controlar regiões imensas e longínquas.

Facilitar os pedidos de pesquisas, simplificando a legislação mineira para melhor adaptá-la aos casos reais.

Dotar o DNPM de técnicos em quantidade e qualidade capazes de aplicar a lei em benefício da mineração.

A parte fiscal do Departamento é muito deficiente em consequência de muito exigir e pagar muito pouco.

Deste modo, o C. de Minas é constantemente burlado. Com fiscalização eficiente, muitos "donos de minérios" teriam de largar as concessões de pesquisas e lavras, passando-as a outros, desejosos de produzir.

Há na presente situação, industriais e engenheiros que querem fazer a metalurgia primária de alguns metais não ferrosos, como o zinco e o níquel, de produção nacional nula, mas que o principal obstáculo é a obtenção do minério em mãos de certos privilegiados, que nada fazem, nem deixam os outros fazer.

h) Descentralização do DNPM.

Esta descentralização é importante, tendo em vista a criação de Departamentos Estaduais de Produção Mineral, visando a aplicação do C. de Minas e sua fiscalização, sob a orientação do Departamento Federal.

Achamos que, assim como temos um Departamento Federal de Estradas de Rodagem, e seus Departamentos Estaduais, poderíamos fazer a mesma coisa no que diz respeito à mineração. O órgão Federal coordenaria a política geral do país, dando as normas gerais e haveria os órgãos estaduais que completariam e aplicariam essa política; o regime é da lei Federal. Evidentemente, nem todos os Estados seriam capazes de organizar um Departamento para secundar o Departamento Nacional, mas isto seria facilmente solucionado por estudos sobre o assunto.

Somos muito otimistas no setor da nossa mineração. Acreditamos firmemente na capacidade do nosso povo, nas imensas possibilidades do nosso solo e subsolo e no futuro deste grande país.

Sabemos que o problema é complexo, mas acreditamos que com a aplicação das medidas expostas, com planejamentos eficientes, com muito trabalho e honestidade nas ações, objetivando a intensificação da mineração, estaremos no bom caminho para o alcance do soer-

guimento da nossa indústria mineral.

Possuímos condições para tornar-nos fortes fornecedores de materiais básicos, sem prejuízo de nosso próprio abastecimento e com benefícios inegáveis para a industrialização do país.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

O PETRÓLEO NA BOLÍVIA

Fonte: WORLD PETROLEUM REPORT

A indústria petrolífera da Bolívia até recentemente estava virtualmente sob monopólio estatal através de duas entidades governamentais. A "Distribuidora de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos", que controlava a distribuição, comercialização e transporte do petróleo e a "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos", que tem a seu encargo a prospecção e produção.

Há alguns anos, todavia, a Gulf Oil Corp. conseguiu penetrar naquele setor da Bolívia, após o afastamento desde 1938 de companhias estrangeiras pela expropriação dos interesses da Standard Oil Co. (N. J.). A Gulf ajustou com a YPFB uma fórmula para prospectar e explorar 3.750 mil acres do solo reservado para a entidade boliviana de petróleo. Assim, durante os próximos quatro anos a Gulf poderá selecionar 1.125 mil acres para a exploração, dentro de um prazo de 40 anos. Esta companhia comprometeu-se a pagar ao Governo boliviano um "royalty" de 11% pelo petróleo extraído, além de uma taxa paga adiantadamente pelo direito à prospecção. O ajuste obriga também à companhia Gulf de ajudar no financiamento das construções de oleodutos, além de ficar sujeita ao tributo de 30% sobre os lucros líquidos, pagável em petróleo ou divisas estrangeiras. Três outras companhias americanas participam com cerca de 20% nos interesses desse empreendimento, a Falcon Seaboard Drilling Co., a Barry & Reiner Inc. e a William Bros. (construtores de oleodutos).

O resultado de prospecção mais satisfatório registrado após essas

novas medidas, foi a recente descoberta de um novo lençol produtor de formação "devoniana" em Cariri, conhecido na Bolívia como o Santa Anita. Este novo campo deu grande impulso à produção desde 1954, elevando-se em 182% relativamente a 1953, ressaltando-se que só um poço chegou a produzir 1.190 b/d. No ano de 1955, a YPFB obteve sucesso também em duas perfurações pioneiras. No arraial de Sararenda, a perfuração de Guairuru n. 6, obteve a pouca profundidade 900 b/d., e na região sul de Bermejo, o poço conhecido como Toro n. 1, produziu de início 380 b/d. de óleo cru e cerca de 1.350 mcf. de gás.

A companhia concessionária Mc Carthy conseguiu por seu lado algum êxito nas 4 perfurações a que procedeu na região de Los Monos, cujos poços vêm produzindo cerca de 200 b/d. cada um, a uma profundidade que varia entre 2.000 pés e 3.200 pés. Atualmente, aquela empresa americana do norte tem em vista a prospecção na região vizinha denominada Água Salada.

Em novembro do ano passado, a Shell Prospecting Co. Ltd. recebeu permissão para prospecções em diversas áreas, em Santa Cruz, La Paz, Beni, Chuquisaca e Tarija, situadas algumas em zonas reservadas às companhias privadas e outras nas da YPFB.

A Comissão Mista Brasil-Bolívia, que estuda os problemas ligados à concessão ao Brasil de áreas petrolíferas, está procurando resolver no momento as questões atinentes à zona reservada à exploração pela Comissão Mista. O atual Presidente da Bolívia sugeriu recentemente ao Governo Brasileiro que este garan-

tisse aos trabalhos maior desenvolvimento ou então renunciasse aos direitos da concessão. A propósito, encontra-se no momento uma delegação de funcionários brasileiros em La Paz, negociando com o Governo boliviano.

PRODUÇÃO

A produção comercializada na Bolívia iniciou em 1931, quando a subsidiária da Standard Oil Co. (New Jersey) instalou-se no campo de Camiri, no sudoeste do país. Mais tarde, já sobre o controle dos Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, continuou a fornecer a maior parte do petróleo, alcançando um máximo de 678 mil barris em 1949. Até 1953, a produção manteve-se em nível inferior, quando a YPFB obteve melhores rendimentos com poços de maior profundidade. Assim, em 1954 a produção foi de 4.643 mil barris diários, e em 1955 de 7 mil b/d. Em 1955, 73% da produção de petróleo eram originados do campo de Camiri. Há ainda três outros campos: Guairuy, Sarandita e Bermejo.

Como a Bolívia não tem portos de mar, existem planos para a construção de oleodutos que transportem o petróleo aos países vizinhos para a sua venda ali. Já está terminado o oleoduto do Campo Camiri até Yacuiba, na Argentina, que tem capacidade de 30 mil b/d. Outro de Cochabamba a La Paz, terá um ramal que irá até o Chile. Com o Paraguai foi ajustado que um outro oleoduto iria terminar nas margens do rio daquele nome, em certo ponto do território paraguaio, para o fornecimento de mil barris diários e com possibilidade de elevação desse fornecimento para 5 mil barris diários. O ajuste com o Paraguai consigna que o petróleo deverá ser pago em dólares a preços do mercado, com direito à exportação.

REFINO

O aumento de produção do campo de Camiri em 1955 permitiu que as refinarias aumentassem as operações para 5.829 b/d. Os produtos

obtidos registraram no ano as seguintes cifras: gasolina 915.272 barris; óleo diesel 229.519 barris; óleo residual 747.229 barris; querosene 145.832 barris; gasolina de aviação 1.427 barris. Mesmo assim, tal aumento não atinge a capacidade de refino instalada na Bolívia, pois existem 4 refinarias que podem processar 12.340 b/d, todas elas pertencentes ao YPFB. A maior é a Cochabamba, com uma capacidade de 5.850 b/d. A de Sucre tem capacidade para 4.630 b/d. Estas duas refinarias estão ligadas por oleodutos ao campo produtor de Camiri. As duas restantes são: a Samandita (41 b/d) e de Camiri (1.450 b/d). Não há entretanto "cracking" catalítico instalado em nenhuma delas.

COMERCIALIZAÇÃO

O consumo doméstico de produtos petrolíferos na Bolívia, em 1955, totalizou 4.482 b/d, ou seja, 1.635.809 barris no ano. A gasolina totalizou 536.967 barris; o óleo diesel 214.658 barris; querosene 148.028 barris; gasolina de aviação 97.663 barris; óleo fuel 633.753 barris, benzina 643 barris; treben-tina 5 barris; óleo lubrificante de aviação 2.034 barris; solventes 57 barris; e nafta um barril.

As importações, em 1955, totalizaram 62.064 barris constituídas totalmente de gasolina de aviação. Em 1953, as exportações eram bastante pequenas, 83 b/d; mas aumentaram sensivelmente com a instalação do oleoduto para a Argentina, e será ainda maior quando o do Chile estiver funcionando. Em 1955, o valor da exportação foi de 2,13 milhões de dólares, ao passo que em 1956 totalizaram 6 milhões, referentes neste ano a 476.190 barris de petróleo bruto, 143.598 barris de produtos petrolíferos (incluindo gasolina, querosene, óleo fuel e óleo diesel).

LEGISLAÇÃO PETROLÍFERA

Em 26 de outubro de 1955, foi promulgada uma nova lei, cujos principais objetivos estão assim resumidos. São proibidas as conces-

sões nas proximidades (150 km), das fronteiras, assim como concessões a companhias controladas por Governos estrangeiros ou por pessoas que fazem parte do Governo boliviano. O território boliviano foi dividido em três zonas, nas quais poderão ser permitidas concessões, excluindo as áreas sob contrato com o Brasil e as concessões da YPFB.

Prospecção — A fase inicial de exploração, consistindo em operações de reconhecimento, pesquisas geológicas, poderão ser levadas a efeito com uma permissão preliminar que não dá direito de prioridade e não especifica a área. Todas as operações, excluindo a de perfuração, podem ser feitas então dentro do prazo de um ano com possíveis prorrogações.

A segunda fase de exploração inclui a perfuração. Estas podem ser levadas a efeito pelos possuidores de concessões, cuja duração é de 4 anos nas zonas I e II e de 6 anos na zona III, com prorrogações possíveis somente para dois anos nas zonas II e III. A área de exploração concedida não pode ultrapassar 150 mil hectares na zona I; 400 mil hectares na zona II e 750 mil na zona III. Nenhuma companhia poderá ter mais de 500 mil, 1.500 mil e 3.000 mil hectares respectivamente, nas zonas I, II e III.

Os tributos anuais por hectares na fase inicial de prospecção são de 5 cents de dólar. Esta taxa na fase de perfuração aumenta de 5 cents e 3 cents respectivamente na zona II e III. Em áreas superiores a 300 mil hectares, a taxa eleva-se 75 cents por hectare em qualquer das três zonas. O mínimo de investimento obrigatório é de 80 cents de dólar por hectare na zona I, 50 cents na zona II e 20 cents na zona III. Também é necessário um depósito de garantia de 20, 10 e 5 cents por hectare, respectivamente, nas zonas I, II e III.

Exploração de poços — Esta fase deve estar assegurada por concessão especial, que terá duração de 40 anos, sendo omissa no que diz

respeito à prorrogação de prazo. As áreas máximas permitidas na zona I é de 75 mil hectares e ainda 500 mil hectares totais em todas as zonas para um mesmo possuidor de concessões. Na zona II, cada área não deverá ser superior a 200 mil, com 1.500 mil hectares, no máximo, para uma só empresa no conjunto das áreas; na zona III cada área é de 375 mil hectares e de 3 milhões no global para cada empresa.

No que se refere à perfuração, há uma obrigação de furar 5 mil metros para cada cem mil hectares e um ou mais poços durante os primeiros sete anos da concessão. Durante os oito anos subsequentes, as obrigações consistem em furar 10 mil metros de poços para cada 20 mil hectares de concessão. Isto não inclui poços estratigráficos. Para cada metro não furado desta obrigação pagar-se-á multa de 20 dólares nos primeiros sete anos, e de 30 dólares nos 8 anos subsequentes. O concessionário pode renunciar aos seus direitos, no todo ou em parte, em qualquer época.

Uma taxa inicial de 40 cents deve ser paga por hectare na zona I; 30 cents na zona II e 20 cents na zona III. Uma taxa adicional por ano e por hectare será paga em moeda americana durante a exploração. Dessa taxa adicional, se forem pagos royalties, será deduzido um mínimo anual de 15 cents por hectare na zona I, 10 cents na II e 8 cents na III.

Um royalty de 11% será pago em petróleo ou em moeda corrente. Nas zonas II e III tal royalty pode ser reduzido a 7,5% por mais de 15 anos.

O concessionário está sujeito a um imposto de renda fixo de 30% de seus lucros líquidos auferidos na Bolívia. Qualquer montante considerado como lucro extraordinário, após a taxa de 30%, recairá na taxa de 50%. Entretanto os tributos não ultrapassarão, em qualquer hipótese, de 50% do lucro líquido, e o concessionário não está sujeito aos impostos gerais do país. Todos os impostos serão pagos em dólares americanos. De-

ve-se frisar, ainda, que o concessionário de pesquisas está isento de taxas aduaneiras para importação de equipamentos, assim como de taxas de exportação do petróleo ou produtos, e poderá reter suas receitas provenientes dessas operações no exterior. O capital, como também os lucros, podem entrar e sair livremente do país ao câmbio mais favorável existente.

Refino e transporte — Os detentores de concessões de prospecção e exploração têm o direito de aplicar e receber, sujeito à aprovação do Governo, concessão de refino e transporte do petróleo, enquanto vigorar a concessão de exploração. Tais concessões poderão ser dadas diretamente com prazo de 40 anos. Estes, entretanto, estarão sujeitos aos tributos gerais.

CONCLUSÃO

A Bolívia, que no passado apresentava instabilidade política e fatores de desequilíbrio social, mostra no presente um clima político interno mais propício. A administração governamental, por outro lado, tem expressado atitude favorável ao investimento privado alienígena, como ficou, aliás, demonstrado na nova legislação do petróleo e nas recentes declarações de seus líderes.

Um dos aspectos ainda desfavorável parece constituir a célere depreciação de sua moeda, se bem que os problemas de câmbio estão eliminados para as firmas inversoras pela fórmula adotada em sua legislação petrolífera.

AOS GUAICURUS DEVE O BRASIL O SUL DE MATO GROSSO

General SILVEIRA DE MELLO

Quando Luís de Albuquerque recebeu as informações da fundação do Presídio de Coimbra, concluiu desde logo o arguto capitão-general que essa praça de guerra não fôra erguida em Fecho-dos-Morros, a que se destinava, e sim 300 km rio acima num sítio semelhante. Esse erro ou equívoco, no entanto, redundou em acerto, pois se o presídio ficasse em Fecho, não se teria agüentado ali, por falta de apoio e de recursos. Ou seria destruído pelos castelhanos ou não o deixariam vingar os guaicururus. Qualquer dessas hipóteses teria propiciado aos castelhanos de Assunção subirem o rio e ocuparem, pouco a pouco, a região meridional do Mato Grosso, onde haviam florescido noutros tempos as missões do Itatin e a velha Xerez de Rui Diaz de Guzmán. De tal forma é que teriam procedido os castelhanos, seja precedendo ali os portugueses, seja afastando nova tentativa de estes tomarem posição no médio-Paraguai, abaixo de Miranda.

Fracassada, pois, que fôsse a ocupação de Fecho pelos portugueses, como fatalmente teria fracassado, Luís de Albuquerque tão cedo não insistiria noutra fundação ao sul de Mato Grosso, a tais distâncias de Cuiabá. É bem possível então que os negociadores espanhóis do novo tratado de limites, que foi o de 1777, houvessem conseguido impor o Monici (Ivinheima) pelo Igurey e o Mbotetê (Miranda) pelo Corrientes (Apa).

Vejamos, no entretanto, como se processou o negócio da preferência

dos guaicururus pelos portugueses e brasileiros e o destino que, em consequência, coube ao magnífico território sul-mato-grossense.

Os guaicururus, depois que se desaviaram com os palaguás, passaram a senhorear, sem competidores, a baixada e os campos do sul de Mato Grosso. A esse tempo ainda mantinham relações com os castelhanos, entendiam-lhes o idioma e eram visitados pelos missionários de Assunção. Com os portugueses, ao contrário, conservavam a velha inimizade e com eles não tinham comércio algum, nem lhes davam quartel quando os pegavam a jeito. São assaz conhecidos os morticínios infligidos por esses terríveis índios à expedição de Antônio João de Medeiros em 1740, à guarnição de Coimbra em 1778, e os assaltos que perpetraram contra vidas e bens de paulistas e cuiabanos nas águas do grande rio.

Chegou, porém, um momento em que os guaicururus mudaram de atitude. Verificando que já nenhum proveito colhiam de suas indisposições com os portugueses, aproximaram-se cautelosamente do Presídio de Coimbra e chegaram à fala com a guarnição. Persuadidos nesse primeiro entendimento que os propósitos das autoridades portuguesas eram de conciliação e de paz, concertaram com elas em 1791 um pacto de perpétua amizade. Foi mais que simples convênio de amizade, foi também um pacto de aliança e vassalagem, pois que se traduziu, de parte dos guaicururus, em sujeição à corte portuguesa, e, de parte desta, em aceitação da-

queles por seus verdadeiros súditos e protegidos.

Este pacto foi da mais alta importância para a asseguuração do domínio português no sul de Mato Grosso (1) e garantiu aos guaicurus sua permanência ali até hoje, em terras próprias, como legítimos brasileiros.

Recordemos, pois, agora, sucintamente, à luz da História, quão proveitosa e decisiva foi para o Brasil esta aliança e como os guaicurus se mantiveram fiéis a ela em todo tempo, integrando-se à nacionalidade brasileira e levando seu extremismo ao ponto de voltarem-se contra castelhanos e paraguaios, toda vez que entre estes e nossas guarnições de fronteira surgia qualquer desinteligência.

A indisposição dos guaicurus contra os castelhanos, como narra Francisco Rodrigues do Prado, começou em 1768, pelo fato de os paiaгуás, tendo-se desavindo e separado daqueles índios, haverem concertado aliança com as autoridades de Assunção. Os paiaгуás, por seu lado, aliando-se aos castelhanos, tornaram-se mais ferrenhos ainda contra os portugueses, de quem, aliás, já eram inimigos rancorosos. Todavia, como os paiaгуás a esse tempo eram numericamente inferiores aos guaicurus, retiraram-se para a margem direita do rio, fronteira à Assunção, transformaram-se ali em pacatos aldeões e nunca mais se aventuraram, sózinhos, a hostilizar nem a guaicurus nem a portugueses e brasileiros. O mais que fizeram foi acompanhar as expedições de Lázaro de Ribera

e Bárrios até o Forte de Coimbra, como canoeros e serviçais.

Os paraguaios, desde Félix de Azara, protestavam, embora sem fundamento, mas com pertinácia, que as fronteiras do Paraguai iam até a linha Ivinheima-Rio Branco, ou, no mínimo, até a do Iguatemi-Rio Branco. Portugal e o Brasil tinham, no entanto, mais fortes razões para sustentar que lhes cabia de direito toda a região meridional mato-grossense.

O que era verdade, porém, é que, entre um e outro contestante, vivia naquela zona a nação guaicuru, única senhora desses pagos.

Numerosos eram estes silvícolas. Suas aldeias de inverno estavam situadas, pela maior parte, entre o trecho sul do Nabileque e a serra de Bodoquena. O porto de que se serviam ficava à altura de Barranco Branco, uns 50 km ao norte de Fecho-dos-Morros. Dessarte, as comunicações do presidio português, na hipótese de haver ficado este em Fecho, ver-se-iam à mercê dos golpes daqueles exímios canoeros gentílicos.

Em tais condições, para forçar os portugueses a baterem em retirada, não era mister que os castelhanos os atacassem nem que os guaicurus investissem contra o presidio, bastava que estes índios lhes impedissem a chegada das canoas de mantimentos ou as hostilizassem de continuo, como fizeram noutros tempos com as menções.

Assim considerando, os portugueses não se poderiam agüentar em Fecho (2). Os castelhanos, sim, se não fôsses moleirões naqueles tem-

(1) Luis de Albuquerque teve a visão segura da conveniência dessa aliança quando prescreveu a Marcelino Camponês, comandante do Presidio de Coimbra, que envidasse todos os meios de conquistar a amizade dos guaicurus. A esse respeito, assim se expressa aquele eminente capitão-general ao ministro do reino em 1776, ao encaminhar-lhe o relatório da expedição do Capitão Miguel José Rodrigues a Fecho-dos-Morros: "Em consequência de instruções minhas, com relação à valorosa nação dos índios guaicurus ou cavaleiros, resultaram uns princípios de comércio, que, sendo possível aperfeiçoar-se, bem se vê que éle poderia vir a ser ainda de maior utilidade, ao fim principalmente de conservar e mesmo estender os adjacentes territórios que pertencem ao real domínio português..."

(2) Fecho-dos-Morros foi para os portugueses, como foi depois para os brasileiros, perpétuo objetivo de ocupação. Não vingou, porém, essa aspiração nem com d. Luis Antônio por volta de 1773, nem com Luis de Albuquerque em 1775, nem no Segundo Império, em 1850, nem mais tarde em várias tentativas, quando já não mais havia obstáculos de ordem política ou diplomática.

pos, poderiam ocupar aquele ponto sem maiores dificuldades, porque já estavam estabelecidos em Concepción, 330 km de Fecho, ao passo que Cuiabá ficava a 1.300. Para essa ocupação e outras mais, como a de Olimpo, na margem direita do rio, os castelhanos poderiam valer-se ou dos paiaçuás, seus protegidos, que haviam descido para o Sul, ou dos guaicurús, com quem ainda mantinham relações. Assim escorados, os castelhanos não precisariam engajar forças para ocupar o sul de Mato Grosso. Bastava-lhes concertarem-se com os guaicurús, que conservavam velha ojeriza aos portugueses, fornecer-lhes aguardente, bugangas e uns poucos artigos de que careciam, e soltá-los como matilhas de caça por aqueles campos e baixadas.

O que não fizeram os castelhanos, por displicentes, nem depois deles os paraguaios, realizaram-no tenazmente portugueses e brasileiros, aliando-se aos guaicurús, mas sem atacá-los contra aqueles, e sim chamando-os ao seu convívio e oferecendo-lhes amizade e proteção.

Ora, estabelecidos definitivamente os portugueses em Coimbra em 1775 e celebrada a aliança deles com os guaicurús em 1791, a situação do sul de Mato Grosso mudou radicalmente de aspecto político. Esse território, disputado de parte a parte por castelhanos e portugueses, seria fatalmente daquele que ganhasse a amizade dos guaicurús (3). Estes índios eram de fato os senhores daquelas terras. As outras tribos, que ali viviam, prestavam-lhes vassalagem. Nestas condições, o sul de Mato Grosso constituía-se obstáculo à expansão castelhana para o norte do Apa, mas apresentava-se como campo aberto ao domínio português até aquele rio. Ora bem, os guaicurús, sentindo-se protegidos pela guarnição de Coimbra e observando que,

entre portugueses e castelhanos, reinava contínua desinteligência pela posse daqueles territórios, passaram a invadir as estâncias ao sul do Apa e a carregar para suas terras no Bodoquena e no Miranda o gado e as utilidades que saqueavam aos castelhanos.

Foi, portanto, para reaver os gados roubados e escarmentar os guaicurús, que os castelhanos organizaram duas expedições punitivas contra eles em 1796-97. Estas expedições, sob o comando do Coronel José Espinola, invadiram o sul de Mato Grosso em vários pontos, arrebataram-lhes milhares de equinos e bovinos roubados e os perseguiram até Camapuã.

Em consequência dessas incursões em pleno território português, o Capitão-General Miranda Montenegro apressou-se em determinar a criação de um presidio no antigo Mbotetê, que tomou o nome daquele grande chefe, no sentido de inspirar respeito aos castelhanos. Por outro lado, os guaicurús, que já não viam com bons olhos os castelhanos, porque estes se haviam aliado aos paiaçuás, seus inimigos, chegaram-se mais ainda aos portugueses, e contraíram, daí por diante, perpétua animosidade contra castelhanos e paraguaios. Embora individualmente se acercassem ainda dos castelhanos em Concepción e Olimpo, para fins de escambo, os seus caciques já se esquivavam de tratar com eles e não perdiam vaza de armar-lhes botes ou saltearem-lhes as estâncias, quando se lhes oferecia uma brecha. Em revide, os castelhanos, e os paraguaios depois, não mais se fiaram deles e lhes davam pesado trôco, quando os surpreendiam nas excursões predatórias. Cita-se neste particular a degola de 11 caciques, inclusive o famoso Capitão Queima, e uns 300 índios aprisionados pelos castelha-

(3) O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, ao transitar pelo sul de Mato Grosso em 1791, em viagem de estudos, entreteve-se com caciques guaicurús no Forte de Coimbra e manifestou a impressão que essa nação de índios, pela aliança que contraíra com os portugueses, constituía um seguro antemural na fronteira sul da Capitania. Catálogo de Mus. desse autor, pág. 21, na Biblioteca Nacional.

nos na primeira incursão que fizeram contra eles em 1796.

Os guaicurús, está claro, não podiam esquecer estas terríveis sangrias praticadas nas suas fileiras. E foi por esse tempo que recrudesceu a animosidade recíproca entre guaicurús e castelhanos. Essa mútua indisposição acirrou-se ainda mais daí em diante com novas hostilidades e represálias de parte a parte. Esse estado de coisas passou dos castelhanos para os paraguaios, e permaneceu vivo entre os índios, porque, para estes, mudavam apenas os tempos mas não a procedência das pessoas.

Em contraposição, a fidelidade e amizade dos guaicurús, para com os portugueses e brasileiros, foram constantes e delas deram os índios magníficos testemunhos. Em 1801, por exemplo, o Forte de Coimbra não chegou a ser surpreendido porque um guaicurú, o índio Nixinica (é bom que se guarde o nome deste índio), largou-se, a toda pressa, do Paraguai-inferior, onde se encontrava, para dar aviso ao Coronel Ricardo Franco, de que a frota de Lázaro de Ribera subia o rio à altura de Concepción. Foi por motivo desse aviso que Ricardo Franco enviou na mesma ocasião, rio abaixo, por canoas, uma turma de fiéis bombeiros guaicurús para observarem os passos da frota castelhana, do que resultou a certeza de que ela marchava contra o Forte.

Meses depois do revés de Lázaro de Ribera contra o Forte de Coimbra, é um numeroso contingente guaicurú que acompanha Francisco Rodrigues do Prado, comandante do Presídio de Miranda, na arremetida que este valoroso tenente realizou contra o fortim de S. José do Apa, em janeiro de 1802. Embora não tomassem parte direta no ataque, por lhes faltar armas de fogo, foram eles, os guaicurús, que perseguiram os castelhanos escapes do fortim e que vasculharam os arredores na captura de gado e cavalos deixados por aqueles.

Neste ponto vou abrir um parêntese para defender os guaicurús da pécha de pusilânimes que lhes atri-

buiu Rodrigues do Prado, sem embargo de ser ele amigo destes índios. Não posso concordar com os dizeres de Rodrigues do Prado e de outros autores que endossaram o parecer daquele. Para Rodrigues do Prado, que privou de perto com os guaicurús, estes índios não tinham o valor que se lhes dava. Uma centena de guaicurús, dizia esse tenente, não fazem cara a quatro homens armados. Na verdade, o índio, qualquer índio, temia ao extremo as armas de fogo. As suas armas eram, de todo, muito inferiores. Eles tinham a experiência dessa inferioridade, mas, ainda assim, recorde-se que, de começo, paiguás e guaicurús enfrentaram com destemor as monções fortemente armadas.

É necessário compreender que o índio, no geral, sabendo da superioridade de armas dos brancos, só podia lutar contra eles com a tática de que fazia uso contra as feras: a astúcia, a surpresa, o ardis, a negaça. Fora desse modo de combater, como poderia tirar vantagem contra homens e feras providos de maior força ou de armas esmagadoras?

Os guaicurús eram intrépidos a seu modo. Iam por vezes à temeridade, quando seus processos de combate podiam ser utilizados a fundo nas suas arremetidas, ou nos seus golpes inopinados. Riam-se esses índios, em palestras com os oficiais do Forte de Coimbra, do modo por que os portugueses e brasileiros se atiravam à luta, frente à frente, e sem medir possibilidades de êxito. Eles, não. Só se engajavam na certa, e, por isso, espreitavam com paciência a melhor oportunidade, como procediam na caça, para não errarem o golpe e frustrarem o revide do adversário. Enquanto não lograssem essa condição favorável, ficavam na encolha ou dissimulavam com o inimigo. Aliás, é o que afirma, com seu próprio conhecimento, o Coronel Ricardo Franco: "Os guaicurús não empreendem uma só ação guerreira, em que julguem possa ter perigo de vida um só de seus indi-

vídus" (4). Southey, por seu lado, bem informado no assunto, acrescenta: "Os índios eram mais solícitos em evitar a morte, do que ciosos da vitória" (5).

Como se pode negar valor combativo aos guaicurus, sabendo-se que eles haviam subjugado todas as demais tribos do médio-Paraguai, de uma e outra margem do rio, e eram por elas respeitados e temidos? Pode-se negar intrepidez aos guaicurus, vendo-os trazerem acuada de perto a guarnição do Presídio de Coimbra nos seus doze primeiros anos de existência, a ponto de pensarem as autoridades da Capitania em transferir dali aquela praça de guerra para outro sítio mais ao norte? Pode negar-se destemor ao guerreiro guaicuru, quando ele, nesse tempo, em noites escuras, esgueirava-se até a estacada de Coimbra para lançar as sentinelas postadas nas guaritas?

Tremiam, é verdade, pensando na morte, ao calrem prisioneiros, visto que, a frio, todos no geral se arreceavam de acabar, manietados, às mãos do inimigo. Os guaicurus, em particular, declaravam ter maior apêgo à existência do que os brancos, porque estes, sendo cristãos, tinham o céu por herança, ao passo que a eles, descendentes do cacará, era reservado o inferno (6). Tinham, por isso, a máxima estimulação à vida e não ousavam arriscá-la a qualquer preço, a fim de que mais dilatados lhes corresse os anos (7). A pusilanimidade do guaicuru, pois, era mais aparente que real. Não era mais que sutileza ou razão de conveniência em face da superioridade de armas dos adversários.

Observe-se, porém, a transformação desses guerreiros silvícolas depois de 1810, quando se viram ar-

mados de espingardas. Vimo-los, no artigo anterior, enfrentarem as forças paraguaias em campo raso e vimo-los pôr em cerco o Forte Olimpo em 1812 e ocupá-lo. Eram estes, nada obstante, os mesmos guaicurus que conviveram com Rodrigues do Prado. E-los, no entanto, que se apresentam de modo diferente. Já não menejam somente suas armas tradicionais, o porrete e a lança, mas também o fuzil. Muda-se dessarte a tática do guaicuru com a mudança das armas. É este precisamente o caráter da tática. Enquanto as regras da estratégia são perenes, a tática modifica-se e evolui com o progresso dos meios de combate.

Onde estava, pois, a pusilanimidade do guaicuru? Estava na inferioridade das armas, vale dizer, na tática por eles conhecida, que não mudava. A esse propósito, mostram-se evidentes os seguintes conceitos nascidos do aperfeiçoamento dos engenhos de guerra: não lutam homens contra materiais, nem armas inferiores se medem com armas que as superam. Estes postulados, embora não estivessem na cachola dos guaicurus, eram por eles rigorosamente praticados.

Se a luta fôsse de homem contra homem, e não de material contra material, ver-se-ia que os guaicurus nunca recusariam a luta, porque os processos de combate, a tática portanto, seriam de igual para igual. Talvez neste caso quem fugisse à luta seria o civilizado.

Eis por que, razoavelmente, com armas rudimentares, só ousavam enfrentar os brancos quando podiam superá-los dez vezes em número, ou usar hábilmente contra eles da astúcia, da surpresa e do artil, para poderem ferir a jeito sem expor-se aos golpes (8).

(4) Coronel Ricardo Franco, "Parecer sobre os índios". Rev. I. H., XIII, 368.

(5) Roberto Southey, "História do Brasil", VI, 522.

(6) Francisco Rodrigues do Prado, "Os Índios Cavaleiros", Rev. I. H., I.

(7) Coronel Ricardo Franco, ob. cit., 370.

(8) Eis o que diz o Capitão José Craveiro de Sá, comandante do Forte de Coimbra, a respeito dos guaicurus: "Na circunferência desta fortaleza habitam mais de vinte nações de bárbaros, que vivem de corso, e principalmente os guaicurus, e como têm uma vida errante e não têm domicílio certo não carregam provimento de boca, pela fertilidade que oferecem estes campos de frutos silvestres, caça, e animais anfíbios de que se nutrem, e, por conseguinte, são quase

Retornemos ao fio do assunto. Quando se processou a independência paraguaia em 1811, os guaicurús perceberam que algo de anormal se operava naquela nação: agitação interna, movimento de forças para o Sul, evasão de pessoas, prisão de outras, deslocação de contingentes das guarnições de Olimpo, S. José do Apa e Concepción para Assunção. Aquêles índios espiavam tudo. Verificando que se debilitavam aquelas guarnições, voltaram a atacar-lhes as fazendas, arrebanhando-lhes os gados que vinham explorar em suas aldeias ou vendê-los, como coisa sua, em Albuquerque e Miranda.

Na fase mais aguda da revolução paraguaia e nos primeiros anos do governo de Frância, entre 1812 e 1822, tornaram-se mais frequentes e temerosas as incursões e pilhagens dos guaicurús às estâncias paraguaias ao sul do Apa. Já não se limitavam a atacar as estâncias. A tal ponto foi a audácia desses índios, que deixaram de temer as tropas paraguaias e chegaram a enfrentá-las. E não ficou nisso, como vimos no artigo anterior; levaram a sua audácia à investida e tomada do Forte Olimpo em 1812, no qual se teriam mantido se o Coronel Antônio José Rodrigues, comandante da fronteira sul, não houvesse intervindo, para, por sua vez, ocupar o forte e restitui-lo depois, pacificamente, aos paraguaios (9).

Com estas proezas os guaicurús ficaram ainda mais destemerosos. Em 1813, fizeram frente ao Coro-

nel Gamarra, comandante de Concepción, que saíra a persegui-los. No recontro que houve, os índios, armados de fuzis, prepararam um cerco ao chefe paraguaio e o envolveram de tal modo que ele teve de pedir clemência e paz para não se ver totalmente destruído.

Os guaicurús, a esse tempo, providos já de armas de fogo, passaram a usar da tática dos civilizados. E os excediam em celeridade. No dizer do Coronel Antônio José Rodrigues, em seu ofício 10-III-1813, aquêles índios "fazem uma cavalaria tão ligeira e instruída no país em que fazem a guerra, que não há rio por maior que seja, nem obstáculo que lhes embarace a rapidez das suas operações" (10).

Em 1816 o terrível cacique Muchacho entrou pelo sul do Apa e, depois de várias tropelias, assaltou o povoado de Tebegó (Tevegô ou Tebibô), hoje Salvador, à margem esquerda do Paraguai. A pressão exercida pelos guaicurús contra os paraguaios nesse tempo foi a tal ponto que o governo de Assunção chegou a aconselhar aos *ganaderos* do sul do Apa que se mudassem para o sul do Ipané.

Em ofício de 20-III-1819, procedente de Coimbra, informa o Capitão Craveiro de Sá ao governador da Capitania que durante o longo tempo em que vinha servindo naquela fronteira, ora comandando aquêles Forte, ora o de Miranda, conservou boas relações e recíproca correspondência com os colegas paraguaios. Essa correspondência, to-

incoquistáveis. Convém, pois, tê-los da nossa parte, e muito principalmente em tempo de guerra; e é tão conhecida esta vantagem, que, tendo assolado as estâncias espanholas, estes têm saído a campo com forças superiores de 500 homens, e mais, e até agora não têm tirado a menor vantagem; porque os tais bárbaros brigam sem método, e quando se vêem atacados montam nos cavalos em pélo, nus, não servindo de obstáculo para fugirem, rios, pântanos, morros, matos, etc." (Ofício daquele oficial, de 20-3-1819, no Arquivo Histórico de Cuiabá).

(9) Cecílio Baez diz em sua "História Colonial", pág. 138, que o Forte Borbon, "ocupado por los brasileños em 1812, fué recuperado a viva fuerza por los paraguayos...". O apreciado historiador, todavia, à vista dos documentos originais existentes no "Arquivo Histórico" de Cuiabá e no "Arquivo de Mss." da Biblioteca Nacional, que expôs no artigo anterior, veria que laborara em erro.

(10) Já em 1803, o Coronel Ricardo Franco ("Parecer sobre os índios"), não obstante infenso aos guaicurús, considera indispensável a amizade desses índios, para obstar que os castelhanos os atraíssem para seu lado, visto que, se tal conseguissem, poderiam avançar sem impedimento a sua ocupação para o Norte e só não o faziam pelo temor que lhes inspiravam os guaicurús, "que tantas fazendas lhes têm estragado ao sul do Apa".

davia, "se tem enfraquecido depois que os Índios bárbaros (guaicurus) principiaram a fazer hostilidades no vasto território da Província d'Assunção, por cujo motivo não tem vindo aqui Castelhanos a mais de 5 anos nem tampouco a Miranda, não se animando a passar o sertão por causa dos ditos bárbaros".

Vê-se por aí que os guaicurus estavam certos que nem aos espanhóis, noutros tempos, nem aos paraguaios, seus sucessores, cabiam as terras ao norte do Apa, e, por

à amizade paraguaia e afastá-los dos brasileiros. Todavia, acrescenta o Major Teotônio, os oficiais paraguaios não tiveram jeito nem prendas, nem comida e utilidades suficientes, para conquistar os corações dos índios, e, estes, não se fiando daqueles, procediam como peixes ariscos, beliscando a isca e dando o fora.

Passada essa fase de turbulência dos guaicurus contra os paraguaios, França entrou em relações diretas com o Império em 1825. Cor-



Carga de cavalaria dos guaicurus, segundo Debret

consequente, os fustigavam com frequência para que se conservassem afastados e temerosos.

Os paraguaios, no entanto, como outrora os castelhanos, passaram-se várias vezes da animosidade ao agrado para com os guaicurus, na esperança de ganhá-los à sua causa. Em ofício de 10-VII-822, o Major Miguel Teotônio, comandante-geral da fronteira, informa a esse respeito que o comandante de Bourbon teve ordem de realizar uma política de congraçamento com os guaicurus, no sentido de atraí-los

res da Câmara foi enviado a Assunção por cônsul do Brasil. Essas relações preliminares, porém, interromperam-se três anos depois, porque os incorrigíveis guaicurus, chamados *mbaias* (bárbaros) pelos paraguaios, voltaram a pilhar-lhes os estabelecimentos, dando motivo a que o ditador acusasse as autoridades mato-grossenses de fornecerem armas aos índios e incitá-los a depredarem a região norte do Ipané, que os portugueses e, depois, os brasileiros pretendiam ocupar (11).

(11) Capdeville, "História del Paraguay", pág. 350.

No governo de Carlos López, de 1840 a 1862, voltaram ainda os guaicurús, embora com menos frequência, a assaltar as estâncias paraguaias. Foi então que o novo ditador deliberou cobrir a fronteira do Apa por uma série de fortins, alinhados ao curso desse rio, desde a sua foz até as cabeceiras do Estrela, seu principal formador (12).

Em 1850, o governo mato-grossense, autorizado pelo Ministro da Guerra, mandou ocupar Fecho-dos-Morros. O comandante da fronteira, Capitão José Joaquim de Carvalho, colocou ali um destacamento ao mando de um tenente, não à margem esquerda onde lhe foi mandado, mas na própria Ilha de Fecho. Carlos López, sabendo do caso, sem que dele fosse avisado oficialmente, mandou equipar uma frota para desalojar os ocupantes brasileiros. Bellegarde, nosso Encarregado de Negócios em Assunção, ciente da ocorrência, interveio com presteza e conseguiu que o ditador sustasse a partida da expedição, obrigando-se a persuadir as autoridades mato-grossenses a abandonar aquela posição. Assim procedeu Bellegarde e o fez lealmente, mas o presidente da Província limitou-se a mandar que o destacamento passasse da ilha para a margem fronteira, a leste. Ora, não era esta simples mudança que exigira López e a que se comprometera Bellegarde, de sorte que, vendo o ditador que se frustrara o prometido, mandou avançar a expedição e esta, com esmagadora superioridade de meios, atacou o destacamento brasileiro e destruiu-o, obrigando-o a desocupar aquele posto e a bater em retirada.

O Capitão Carvalho, entretanto, por não se conformar com o revés do destacamento, incitou particularmente os cadiués a tomarem a desforra daquela agressão, bem como o revidou a uma incursão que fizeram os paraguaios no distrito de

Dourados. Aquêles índios, que topavam com prazer tôdas as empreitadas desse gênero, e reforçados ainda por elementos do destacamento batido em Fecho, atacaram e tomaram o Forte Olimpo, e ali se mantiveram durante quatro meses, ao cabo dos quais o governo imperial, alheio a tais represálias, mandou ordem para que se restituisse o forte às autoridades paraguaias. Por outro lado, um contingente de cavaleiros cadiués, enviado para a região de Dourados, em perseguição à força paraguaia, que por ali andara cometendo tropelias, alcançaram um trôço dos invasores na passagem do Apa, arrancaram deles grande porção de gado que haviam arrebanhado dos colonos brasileiros, e os afugentaram.

"Atualmente, informa o Capitão Carvalho, em ofício de 27-XII-850, acha-se grande parte da força do Capitão Lapagate (guaicuru) guarnecendo o Forte Olimpo e fazendo cruzar suas rondas até Fecho-dos-Morros, com o fim de avisar-nos de qualquer movimento dos paraguaios sobre esta fronteira, e assim continua este Forte a coberto de qualquer surpresa, sem que para isso seja necessário distribuir-se força de sua guarnição" (13).

Joaquim Ferreira Moutinho, contemporâneo, em Cuiabá, daqueles acontecimentos, assim aprecia a prestimosa colaboração dos guaicurús: "Estes fatos deram lugar a que o governo descansasse e os cuiabanos se julgassem garantidos, por acreditarem que os guaicurús, sós, poderiam repelir qualquer ataque do Paraguai" (14).

Estas represálias acirraram o ódio dos paraguaios contra os guaicurús e as indisposições destes contra aquêles. Tiraram daí os guaicurús mais uma prova de que podiam contar com o apoio e a ajuda das guarnições brasileiras, pois era o

(12) General Mello Rego, "O Forte de Coimbra", Rev. I. H. tomo 57, 2ª Parte, pág. 190.

(13) V. "Arquivo Histórico" de Cuiabá.

(14) "Notícia sobre a Província de Mato Grosso".



Imponente sentinela guaicuru vigia, na barranca do rio Paraguai,
pela segurança da tribo, acampada nas proximidades

próprio Capitão Carvalho, comandante-geral da fronteira, embora de sua conta, quem os incitava a hostilizar os paraguaios.

Uma ou outra vez voltaram os guaicurús a invadir o território paraguaio. Em 1855, uma leva de braquiêus, chefiada pelo Cacique Caminimo, fez uma incursão pelo sul do Apa. De regresso, com uma ponta de gado arrebanhado, vendo-se perseguida por uma tropa paraguaia ao transpor o rio, fez frente a essa força, e, da luta travada, resultou a morte do cacique e de um índio e a perda de cinco soldados paraguaios (15).

Viajantes e excursionistas que perambularam o sul de Mato Grosso 10 a 20 anos antes da invasão paraguaia de 1864, entreteram-se ali com vários ramos dos guaicurús, uns chegados às guarnições de Coimbra, Miranda e Albuquerque, outros, acampados à margem esquerda do grande rio, estes a pastorear suas manadas de bovinos e solípedes. Entre esses, Joaquim Ferreira Moutinho traça o perfil de uma sentinela guaieuru que ele viu em 1860, do próprio paquete em que viajava Paraguai abaixo, postada à margem esquerda do rio, em atitude marcial, resguardando por ativa vigilância o acampamento da tribo estacionada ali perto. "Avistamos na margem esquerda do Paraguai um guaieuru armado de lança montando guarda ao acampamento que se achava na segunda volta do rio. Nada mais majestoso que o porte altivo desse índio, de pisar firme, completamente nu, encobertas as partes que o pudor manda esconder com uma estreita tanga bordada de contas, percorrendo a barranca em larga extensão" (16).

Nessa fase de nossa história, enquanto os mansos guanás, com seus vários ramos estabelecidos em Albuquerque e Miranda, cooperaram pacificamente nas indústrias rurais e no caldeamento racial com a

nossa gente, o guaieuru, independente, belicoso e dinâmico, defensor e resguarda os pagos de seus maiores, de tal arte que torna efetiva e firme a incorporação do sul do Mato Grosso ao patrimônio territorial brasileiro.

Depois da guerra de 64-70, quando o Tratado de Limites de 1872 encerrou os nossos dissídios territoriais com a república vizinha, e quando o Brasil já havia pôsto em ordem com a Bolívia as suas raías ocidentais, a esse tempo, tratou o nosso governo de povoar as terras meridionais de Mato Grosso que haviam sido contestadas pelo Paraguai. Estava terminada a missão dos guaicurús. Haviam cumprido o seu papel histórico de guardas vigilantes de nossas fronteiras. Também as guarnições de Coimbra, Príncipe da Beira, Tabatinga, Cucuí e alhures haviam encerrado as suas missões históricas.

Que mais queriam os guaicurús? Eram súditos brasileiros. O que haviam aspirado era o reconhecimento do solo dos seus antepassados como território do Brasil. Agora podiam estar satisfeitos e felizes. Nada mais de hostilidades ou correrias, nem contra paraguaios nem contra as tribos que lhes prestaram vassalagem. Estava garantido o domínio do Brasil ao sul de Mato Grosso e a eles estava assegurado um rincão a contento nos seus velhos pagos. Tinham-se por satisfeitos e seguros. No final das contas, coubera a eles o principal papel na vitória da incorporação ao Brasil do sul de Mato Grosso. De fato, se ali não estivessem eles, vigilantes, de lança ao pé do ginete e o ginete pela rédea, ou floreando as armas em tremendas escaramuças, por certo, os seus rincões nativos e os campos e ervaais do antigo Itatin, tão cobiçados por castelhanos e paraguaios, teriam passado fatalmente para o domínio destes.

Dom Pedro II estava tão certo da influência dos intrépidos Índios Ca-

(15) "Ofício do Capitão Antônio Peixoto de Azevedo, de 14-II-855, no "Arquivo Histórico de Cuiabá".

* (16) Ob. cit., pág. 127.

valeiros na incorporação do sul de Mato Grosso, que, aos governadores enviados para essa Província, recomendava, com particular interesse aquêles índios amigos. Ao General Mello Rêgo, quando este regressava de Cuiabá, depois de cumprido seu período de governo.

"não se esqueceu o velho monarca, entre outras coisas, de perguntar-lhe: — Como vão os meus amigos Guaicurus? Que notícias me dá deles? — Poucos restam e vivem dispersos; têm a mesma sorte de todos os outros índios de Mato Grosso, respondeu o ex-presidente da Província. — Pois eles muito me merecem, e, ao menos, por gratidão (por gratidão!), não deveríamos deixá-los chegar a esse estado, replicou o monarca."

Os velhos pagos guaicurus, seus campos e antigas aldeias, situados entre a serra de Bodoquena e o baixo-Nabileque, esse antigo rincão lhes foi respeitado e reservado pelos nossos poderes públicos. Lá estão os seus descendentes nos seus campos tradicionais. Passaram a gozar ali de escolas e assistência do Serviço de Proteção aos Índios. Seus filhos servem, como voluntários, nas unidades de cavalaria de Ponta Porã e Bela Vista. Depois de reservistas, empregam-se, no ofício de camaradas, nas estâncias da redondeza. Não tardará muito, estarão os derradeiros guaicurus — últimos abencerages — totalmente identificados com a nossa gente.

Cumpra, todavia, não se esqueça a dívida de gratidão que o Brasil e os brasileiros contraíram com a nação guaicuru. E antes mesmo que desapareça o último representante dos valorosos Índios Cavaleiros, é justo — é de rigorosa justiça — que se erija um monumento comemorativo do muito que eles fizeram, com pertinácia e valor, para o resguardo do rico território

sul-mato-grossense. Francisco Rodrigues do Prado deixou escrita em 1795 a epopeia desses índios amigos (17). Dom Pedro II, falando pelo Brasil, disse aquelas palavras de reconhecimento: — *Eles muito me merecem*. Resta, pois, que se consubstanciem, num monumento coudigno, estas manifestações de apreço e gratidão.

Onde deveria ficar este monumento? Um grande monumento, tal como dos heróis de Laguna e Dourados, ficaria bem na capital brasileira, pois que aí estaria nas melhores condições de ser contemplado pela maioria de nossa gente. Cabe, contudo, por igual, ao sul de Mato Grosso, teatro da vida e das façanhas desses índios valorosos, outro monumento comemorativo. Seja embora mais simples, recorde para sempre, ali, a imponência, a altaneria, a fidelidade aos pagos nativos desses formidáveis guardiões da região meridional de Mato Grosso.

Onde se levantaria este segundo monumento? Ao certo à beira do rio Paraguai, ao pé do Forte de Coimbra, pois foi ali que os aguerridos guaicurus celebraram a paz e aliança com portugueses e brasileiros; ali é que se chegavam e acampavam com freqüência; ali estiveram unidos à guarnição do Forte nos dois ataques sustentados bravamente contra castelhanos e paraguaios, em 1801 e 1864.

Se outra concepção melhor não houver, a meu ver, qualquer monumento aos guaicurus deverá trazer ao alto a estátua figurativa da sentinela que Moutinho viu na barranca do rio Paraguai, em 1860, conforme narra ele no seu livro.

Nas faces do pedestal hão figurar, em alto relevo, os seguintes motivos:

a) o desenho de Debret — *Os Índios Cavaleiros* — inspirado em Southey (18);

b) os dizeres de Dom Pedro II — *Os Meus Amigos*

(17) Rev. I. H., tomo I, "História dos Índios Cavaleiros".

(18) Roberto Southey, "História do Brasil", VI, 385.

Guaicurus... muito me merecem (19);

c) *idem*, do Coronel Ricardo Franco — *Amizade com os Guaicurus... devemos conservar com empenho* (20);

d) *Idem* do General Melo Rêgo — *Se o sul de Mato Grosso, do Aquidauana ao Apa... é hoje brasileiro, devemos-lo aos Guaicurus* (21).

(19) General Mello Rêgo, "O Forte de Coimbra", Rev. I. H., LXVII, 2ª Parte, pág. 184.

(20) Coronel Ricardo Franco, "Parecer sobre os Índios", ob. cit., pág. 393.

(21) General Mello Rêgo, ob. cit., pág. 181.

DEMANDA DE ENERGIA NO BRASIL

(PERSPECTIVAS PARA 1965)

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em recente estudo intitulado "A Energia na América Latina" adianta que o consumo de energia total por unidade do produto nacional bruto vem declinando no Brasil — 2% durante o período de 1940-55 — mas este decréscimo corresponde exatamente a um período de forte aumento do produto *per capita*. Todavia, em comparação com outros países, o consumo líquido *per capita* de energia não tem sido baixo no Brasil.

Em face disso, e tendo-se em conta a influência da indústria pesada, partiu-se da hipótese de que o consumo unitário (por unidade de produto) permaneça constante até 1965. O consumo unitário de 57 toneladas de petróleo por 1 milhão de cruzeiros de 1950, adotado pela CEPAL para o cálculo é apenas superior ao consumo real de 1954, e corresponde à reta da tendência histórica nos últimos dez anos.

Aplicando-se este coeficiente ao produto bruto de 529.600 bilhões de cruzeiros de 1950, verificar-se-ia que em 1965 o consumo líquido de energia deveria girar em torno de 30,19 milhões de toneladas em termos de petróleo. Isto é o que mostra o quadro à página 63. Entretanto, a projeção na base da tendência histórica do consumo líquido total, acusaria na ocasião, somente 28,8 milhões de toneladas em termos de petróleo.

ELETRICIDADE

No plano internacional do consumo de eletricidade o Brasil ocupa

uma posição elevada. O consumo por unidade de produção foi também relativamente alto (185 kWh por mil dólares em 1954). O consumo de eletricidade por pessoa ocupada na indústria (1.558 kWh) é superior ao da Argentina e Chile.

Segundo a CEPAL, parece excessivo supor que o Brasil mantenha o seu ritmo de crescimento histórico da produção de eletricidade, o que proporcionaria um nível de eletrificação superior a de quase todos os países do mundo, semelhante ao da Áustria e Finlândia e aproximado do da Noruega. A produção total para 1965 foi estimada em 30 bilhões de kWh, o que significa um crescimento de 156,8% sobre 1954, e 404 kWh por habitante. Entretanto, essa estimativa parece exagerada. De acordo com os cálculos elaborados, tomando-se por base dados mais realistas, o Brasil estaria em 1965 com um índice de 130% em relação ao período 1949/51. Dessa forma, o coeficiente de eletrificação que em 1954 foi de 0,605, passaria para 0,906 em 1965.

A produção de eletricidade adotada para 1965 constitui pois um bom crescimento dentro das necessidades e possibilidades de eletrificação no Brasil. Para determinar a proporção do consumo total de eletricidade em 1965, face às dificuldades existentes por ocasião da realização das estimativas, tomou-se por base as cifras do plano nacional de eletrificação. Nesse plano, acredita-se que cerca de 83% da energia produzida provém de força hidráulica. Assim, a produção prevista nos cálculos elaborados pela CEPAL foi distribuída em 85% para

as centrais hidrelétricas, ou seja, 25,5 bilhões de kWh. As usinas termelétricas participariam com 4,5 bilhões. Dessa forma, os 30 bilhões de kWh previsto para a produção de 1965 seriam integralizados. Em termos de petróleo, o consumo bruto de energia elétrica está previsto para 1965 num montante de 20,2 milhões de toneladas, para um consumo líquido estimado em aproximadamente 2,1 milhões de toneladas. Isso evidencia que o consumo líquido de energia elétrica representa apenas 10% da energia bruta consumida no seu processo.

COMBUSTÍVEIS VEGETAIS

Com relação ao consumo de combustíveis vegetais, admitiu aquele órgão das Nações Unidas que o consumo de bagaço de cana deve manter-se nos níveis de sua tendência histórica do período de 1939-54.

O carvão vegetal para indústria siderúrgica aumentará de 100%, mas o consumo de lenha cairá de 20%. Com isso, em 1965, chegar-se-ia a um consumo total líquido de combustíveis vegetais de 9,1 milhões de toneladas em termos de petróleo, o que significa um consumo ligeiramente superior ao de 1954. Essas cifras mostram modificações na tendência histórica, levemente declinante, para uma branda elevação.

A CEPAL estimou que o consumo de carvão em 1965 atingiria 4,2 milhões de toneladas, ou seja, 2,43 milhões de toneladas em termos de petróleo. As perspectivas futuras da produção de carvão são mais ou menos mensuráveis, pois existe um plano de caráter oficial, já em execução, para desenvolver a produção nas regiões carboníferas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Embora grande parte desses depósitos, do ponto de vista da qualidade, não tenham grande valor, são consideravelmente vultosos e bem localizados. Espera-se que dentro de quatro anos se chegue a uma produção de 2,5 milhões de toneladas, o que significa duplicar o volume extraído atualmente. Tendo em vista a hipótese estabelecida

pela CEPAL, admite-se que em 1965, a produção nacional seja de 3,4 milhões de toneladas de carvão levado, fornecendo em média 5.700 calorias por kg. O consumo total em 1965 seria de acordo com aquelas previsões abastecido por essa produção nacional e uma importação de 1,37 milhões de toneladas de carvão de 7.200 calorias.

PETRÓLEO

O consumo líquido total de derivados de petróleo e gás natural foi estimado para 1965 pelos técnicos da CEPAL, em 18,34 milhões de toneladas em termos de petróleo. O consumo de gasolina aumentou fortemente no pós guerra, representando nos anos de 1953-54, respectivamente, 11,9% e 11,6% do consumo bruto total de energia. É evidente que o Brasil não poderá prosseguir aumentando o consumo de gasolina com taxas tão elevadas. Por isso, para se ter uma posição mais lógica, a CEPAL anotou que em 1965 o consumo de gasolina seria somente 13% do da energia total consumida.

Quanto ao querosene e produtos similares, admitiu a CEPAL que em 1965 o consumo desses produtos atingirá o dobro do de 1954, o que também implica numa redução da taxa de crescimento histórico dos últimos anos. Por outro lado, o consumo de derivados pesados e gás natural resulta três vezes superior às de 1954, conforme as previsões daqueles técnicos para 1965.

As conjecturas feitas sobre a produção nacional do petróleo repousam ainda em muitas incertezas, uma vez que as reservas provadas e a exploração atual são reduzidas, face às possibilidades e necessidades futuras. A CEPAL acredita numa meta de produção nacional para 1965 da ordem de 11,7 milhões de toneladas de petróleo cru.

As importações de combustíveis do Brasil vem absorvendo em altas proporções as nossas disponibilidades de divisas. Em consequência, a CEPAL indica que essa absorção não deverá ultrapassar de 18% nos

PROJEÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA NO BRASIL PARA 1956 (a)

(Em mil toneladas em termo de petróleo) (b)

DISCRIMINAÇÃO	CONSUMO BRUTO						
	Consumo Líquido			Total	De produção nacional	De combustíveis importados	
	1954	1955	1956				
Derivados de petróleo e gás natural.....	7.249	18.340	7.468	(30.410)	90	7.378	(9.280)
Carvão mineral e coque.....	1.167	9.430	1.292	(20.310)	749	543	(14.610)
Combustíveis vegetais.....	8.958	9.100	10.350	2.720	10.350	—	820
Hidroeletricidade (c).....	641	1.740	3.945	10.400	10.400	—	—
Termoeletricidade (c).....	157	310	9.770	9.770	9.770	—	—
Combustíveis para gerar termoeletricidade.....	— 966	— 1.730	—	—	—	—	—
Total de energia.....	17.195	30.190	20.055	(43.500)	15.134	7.921	(10.200)
Consumo de combustíveis propriamente ditos.....	16.397	28.150	—	(43.200)	—	—	(15.530)
Derivados de petróleo:							
Leves.....	3.178	6.020	3.278	6.700	—	—	—
Pesados.....	4.062	12.320	4.190	(13.710)	—	—	—
Coefficiente de electricidade em kWh/kg de petróleo.....	0.605	0.506	—	(13.610)	—	—	—

Fonte: CEPAL.

NOTA: Os valores referentes aos derivados de petróleo e gás natural para o total da energia e para os derivados pesados, dizem respeito às hipóteses elaboradas pela CEPAL de produção e importação de petróleo.

(a) A projeção corresponde a um crescimento do produto nacional bruto "per-capita" de 2,5% ao ano, a partir de 1954.

(b) Petróleo de 10.700 calorias por kg.

(c) Estimou-se que em 1955 as perdas para produção total serão de 15%.

(d) Em 1954 calculou-se uma média de 4.500 calorias para gerar 1 kWh e em 1956 4.100 calorias.

próximos anos. Mesmo assim, para atender o consumo de energia proveniente do petróleo em 1965, as importações deverão ser aproximadamente da mesma ordem de grandeza da produção prevista. O consumo líquido estimado de produtos petrolíferos em 1965 (18,34 milhões

de toneladas) se distribui em 6 milhões para os produtos leves e 12,3 milhões para os pesados.

O conjunto de todos estes combustíveis necessários ao consumo projetado pela CEPAL, para 1965, totalizará 30,19 milhões de toneladas em termos do petróleo.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre (título e o texto.

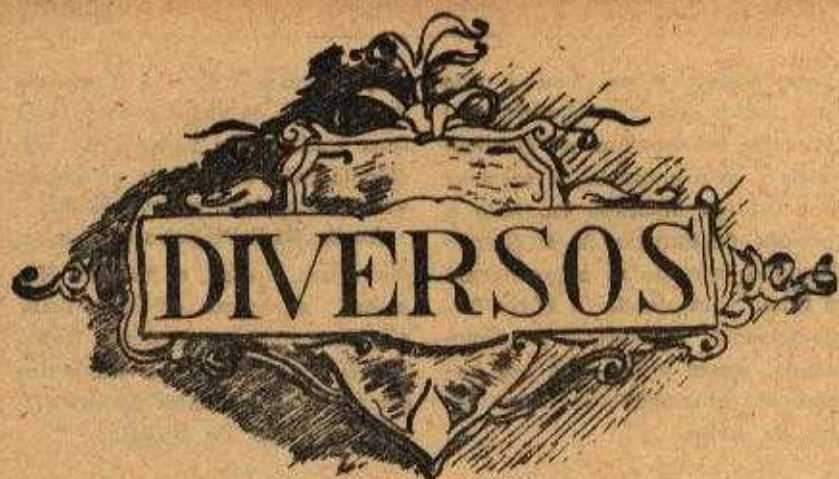
3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local designado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, de 1943. Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.



IMPrensa DO ExÉrcito

A "Defesa Nacional" não poderia deixar passar desaperecebida uma efeméride que toca tão de perto à sua sensibilidade, por se tratar de órgão cuja colaboração e prestimosidade nunca será demasiado exaltar — A Imprensa do Exército a 25 de setembro completou meio século de profícua e valiosa existência.

Constituída por uma pléiade de devotados profissionais, realiza um trabalho impar sob todos os seus vários e distintos aspectos, quer na composição, revisão, decalque, paginação, etc., quer no trato com os elementos que vêm trazer seus pedidos e valer-se de sua operosidade.

Trabalho excelente, não reconhecendo o impossível — "o difícil sai no grito e o impossível demora um pouco", — às vezes com deficiência de material e pessoal

(os cortes econômicos nas verbas sempre custam caro à Imprensa do Exército), ela é uma repartição que só traz orgulho à Secretaria do Ministério da Guerra, de que é subordinada, e entre as suas congêneres, em nossa opinião de leigos, dificilmente encontra paralelo.

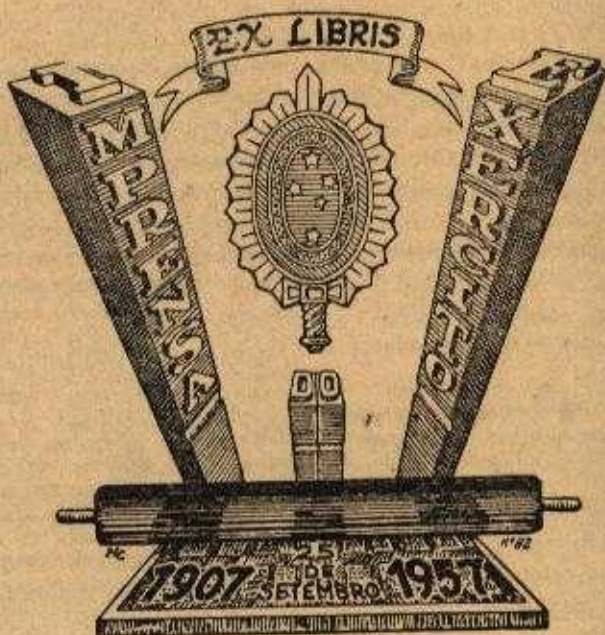
A "Defesa Nacional" pouco mais jovem — quarenta e quatro anos neste mês de outubro — desde sua mais tenra idade encontrou na Imprensa do Exército a companheira constante, fiel, experiente, que a amparou e, sempre dedicada, nunca lhe faltou com seu esmerado apoio.

Os funcionários da Imprensa do Exército possuídos de verdadeiro espírito de corpo, tudo fazem para conservar seu conceito no elevado nível de realização que lo-

grou atingir e em que é tida por todos que a conhecem. Tal assertiva foi sobejamente demonstrada com o empenho, a presteza e o esforço dedicado em todo o período de duração da II Guerra Mundial, quando se empenharam a fundo para atender à Força Expedicionária Brasileira, permanecendo, meses a fio, com seu expediente prorrogado até altas horas da noite.

Que nunca faltem à Imprensa do Exército os meios para manter seus tradicionais padrões de eficiência, são os nossos primeiros votos nesta feliz oportunidade!

Ao Sr. Raul Pinheiro Cerqueira, seu atual diretor, a "Defesa Nacional" apresenta os seus mais efusivos parabéns, pedindo transmiti-los aos dignos e diligentes camaradas integrantes de sua eficiente equipe de trabalho.



O EXÉRCITO E SEUS PROBLEMAS

1º Ten R/2 JAYME DA FRANÇA DORIA

Acabamos de deixar, alma partida, coração ferido, o feliz convívio da Tropa, convocados que estivemos por todo um ano, o mais radiante e por isso mesmo o mais curto de nossa vida e até onde nos levou nosso profundo e sincero amor ao Exército. E porque tenhamos, mercê de nossa experiência, participado diligente e intensamente de todas as atividades de nosso Batalhão, sentimos bem de perto quase todos, senão todos os problemas e dificuldades com que, infelizmente, se debate nossa Instituição, uns genéricos, outros pelo seu feitiço atingindo a maioria das Unidades. Foi-nos dado sentir tais problemas e dificuldades em razão dos nossos princípios, sobretudo durante o largo tempo em que fomos comandantes de subunidade. A todos estudamos, sobretudo nas razões de suas existências e porque negar, buscando soluções ao menos locais. Assim cremos-nos, despretensiosamente capacitados a trazer modestamente nossa contribuição, não para debater a questão, mas apenas apresentando-a desejosos de vê-la muito brevemente equacionada, resolvida e como resultado, um alto padrão de eficiência, senão a perfeição ideal.

Não temos, apressamo-nos em esclarecer, a veleidade de doutrinar embora sintamo-nos animado a uma ou outra sugestão. Menos ainda queremos ser os inquisidores. Apenas almejamos que num futuro bem próximo, talvez mesmo ainda amanhã, possamos jactar-nos de pertencer a uma Organização Armada entre as primeiras do Mundo, senão em número de homens e de equipamento, ao menos no amor

que lhe dedicaremos, no interesse pela sua eficiência, nos seus métodos de trabalho, na sua disciplina, nos seus princípios norteantes, no seu garbo e eficácia da Tropa e dos Quadros. Para isto muito há que ser feito.

É estranho que nós R-2 aqui nos apresentemos no trato de assunto de tal magnitude. Tal qual porém fizemos em trabalhos anteriores, sem viso pessoal, aprestamo-nos a defender os interesses do Exército que amamos acima de nossa própria família, tanto quanto o faríamos se um destino cruel, imensamente mais forte do que todos nossos sonhos e esforços, não tivesse, desgraçadamente, fechado ao nosso ingresso os portões da Academia. As alegrias do Exército são nossas alegrias, assim como são igualmente nossas suas vicissitudes.

Passemos, assim, ao exame do que a nosso ver são os problemas e as dificuldades.

O homem : — o homem que na verdade dá forma e vida ao Exército deveria ser, em razão do fim a que se destina, sua preparação militar, objeto de cuidados todos especiais, a começar por sua seleção que é, nos moldes atuais, falha e nociva. Falha porque criminalosamente despreza os elementos fisicamente bons, intelectualmente mais capacitados a aprenderem com facilidade os intrincados ensinamentos da guerra moderna, melhor educados e, conseqüentemente, em melhores condições de bem se adaptarem à disciplina consciente, enviando-nos em seus lugares, salvo umas bem poucas exceções, u'a massa de semi-analfabetos na

maioria sem profissão e por isso mesmo afeta à malandragem, aos expedientes escusos, ao roubo, refraários e até mesmo totalmente imunes às normas disciplinares. Em consequência, vimos epiléticos, vimos asmáticos crônicos, vimos portadores de outras deficiências orgânicas. Jamais conseguimos aceitar como procedentes as justificativas que nos foram dadas para tão errada orientação. Não nos pode parecer lógico nem aceitável que assim se proceda para não se desfalcas as repartições públicas, as autarquias, as empresas em geral e até para não se prejudicar os estudantes, já que entre estes está a nata dos conscritos. Mas a Lei do Serviço Militar não faz distinção, não criou castas de privilegiados. Impõe nas mesmas condições a todos os cidadãos o cumprimento do dever militar.

De uma incorporação falha, mal orientada, feita ao sabor dos mais variados interesses pessoais que pesam decididamente na seleção do homem destinado aos Quartéis, resulta, como é claro, em prejuízo para o Exército, tanto quanto para a Nação em geral. Para o Exército na eficiência de suas reservas. Para a Nação no desperdício dos preciosos dinheiros públicos. Em verdade, e é duro consignar, em consequência da atual política de seleção, o soldado brasileiro, salvo algumas exceções, entre as quais se inclui as Unidades de Elite, ao ser licenciado não está em condições de ser empregado numa emergência nacional, muito menos ainda numa guerra externa. E a gravidade da situação ressalta mais cristalina se pensarmos que a próxima guerra, se desabar sobre o Mundo, não será mediante aviso prévio, mas inopinadamente, exigindo daqueles que tenham de lutar pela sobrevivência uma preparação adequada e imediata. E respondem por esta situação aqueles que, quando não servindo aos interesses pessoais, querem passar por "bons moços", solícitos, compreensivos. Assim, servem aos amigos, aos conhecidos, servem até a estranhos.

Ganham cartaz e conquistam amizades. No final desservem à Pátria. Em nenhuma época o "cartãozinho", o "pistolão" inclusive o político, os "pedidos" de amigos, têm tanta evidência, produzem tanto efeito. E revolta ainda mais quando ouvimos os responsáveis diretos por este estado de coisas alardearem suas condutas, esquecidos de que são os próprios beneficiários do crime contra a Pátria, os primeiros a apregoarem esta falha moral, que serve, além do mais, como motivo de estigmatização.

O ambiente: falando do homem que é trazido à Tropa, pugnando por uma radical transformação na política adotada, não podemos deixar de aduzir alguns comentários ao ambiente proporcionado ao soldado no Quartel. Aqui ocupa lugar de destaque a alimentação. Esta sem dúvida alguma responde de maneira decisiva pela fuga ao Serviço Militar. Não é tanto a dureza da vida na caserna, mas a falta de uma alimentação adequada, a par com outros motivos, que leva nossos jovens a repudiarem a farda. A alimentação deixa muito a desejar. Não tanto pela quantidade, mas pela qualidade. Poderia e deveria ser a alimentação alvo de cuidados especiais, seguindo-se neste particular o exemplo que nos dá a Marinha e a Força Aérea que desde longo tempo compreenderam a importância da alimentação na disciplina e na formação militar do soldado. Não é justo que após uma série de exercícios cansativos, e os são sobretudo os da Infantaria, tenha o soldado como almoço um feijão aguado a afogar, nada mais, nada menos, do que três pedacinhos de carne, mais pelanca e osso do que carne. E se dissermos que muitas vezes o soldado é utilizado para quebrar pedras e outros serviços igualmente brutais, mais justo se torna clamar pela imediata melhoria da alimentação. Há gêneros bons e em abundância. Falta sim, cuidado na sua manipulação, interesse no seu preparo. Um pouco mais de consciência, tanto quanto de sentimento de humanidade,

seria a solução do problema. Aliás, muitas vezes a alimentação deficiente quanto ao seu preparo é consequente do fato de um Oficial acumular três funções distintas, as de Tesoureiro, Almoxarife e Aproveitador — três funções importantes, perigosas e impossíveis de serem executadas por um único indivíduo. Segundo: a falta de assistência ao soldado, sobretudo de assistência médica adequada. Nossas formações sanitárias no que pesem algumas boas instalações, caracterizam-se por falta quase completa de recursos em material de saúde. Outras vezes esta falta é agravada com a existência de médicos desprovidos da menor dose de espírito de sacerdócio, de consciência profissional. Muitas vezes o que vemos são apenas homens interessados nos vencimentos do posto. Terceiro: vamos encontrar, reprovavelmente, o soldado sendo utilizado na exploração de pedreiras, no trato de porcos, como trabalhadores de granjas, transformados assim em apalpadores de galinhas. Talvez resida na utilização do soldado nestes trabalhos incompatíveis com sua dignidade militar, a esta altura já destruída, a razão por que despreza-se os bem dotados, os mais instruídos, preferindo-se os ignorantes, os sem profissão, os humildes nas épocas de incorporação. Não é mais fácil mandar-se um subinstruído, um "pé-duro" para tais trabalhos do que a um estudante secundário ou um funcionário público? Por experiência própria podemos assegurar que um soldado submetido a duras marchas, a exercícios estafantes, a instruções puxadas de Ordem Unida disciplinadora, sem raelamar e até mesmo com vibração e moral elevado. Mas é um revoltado, um péssimo soldado, enfim, quando desviado de suas verdadeiras finalidades na Tropa para trabalhos humilhantes. Tivemos neste sentido numerosas e sentidas confissões. Melhore-se a alimentação, proporcione-se adequada assistência médica e cesse-se o emprêgo do soldado em trabalhos pouco dignos e teremos uma boa Tropa.

A instrução: — sem qualquer exagero a instrução está muito aquém do mínimo desejado. Existem programas. Podemos mesmo dizer que são bons programas, organizados à base da experiência, eficientes até. Mas são programas inexecutáveis. São em verdade u'a mentira. Organizados para um Exército bem dotado, não se adaptam ao nosso ano de instrução, reduzido no seu tempo por uma série de fatores tais como feriados, dias santos, dispensas, festas, competições esportivas, tornam-se, a bom termo, motivos de constrangimento sobretudo para os comandantes de Cia, obrigados a assina-rem Quadros de Trabalhos Semanais que *a priori* sabe não serão executados. E como assinar um compromisso sabendo-se que a êle vamos fugir. E vem então, e humildemente, o registro mentiroso no livro respectivo, registro apócrifo, como efetivamente ministradas, de instruções que não foram executadas. Que sabíamos não seriam executadas! São ainda inexecutáveis os Programas face à falta absoluta de meios. Exemplifiquemos: tínhamos o PPL, mas apenas no QO. Programávamos a instrução para esta fração. Todavia, jamais foram ministradas porque não tínhamos marteiro de 60 mm, como não tínhamos metralhadoras leves. Por falta de meios os exercícios táticos, as jornadas completas tão úteis à preparação do soldado, se restringiam a um mínimo extremo pois é um suplício realizá-los. Faltam viaturas modernas com que possam as Unidades locomover-se. As existentes são, via de regra, velhas carroças coloniais e utilizá-las é como atentar-se contra a vida de seus condutores, pois não há arreamentos em condições. De armamento, apenas velhos FO e imprestáveis FMH. De equipamento, o mais obsoleto e em precário estado. Em consequência desta situação não pode ser senão muito baixo o rendimento da instrução. Aqui de nada vale a dedicação e o empenho dos bons Instrutores e Monitores que logo desanimam e desistem.

Passa-se então às instruções arre-matadas, geralmente ministradas a uns poucos homens, tantos são os ausentes em trabalhos diversos. Até os Hospitais das Guarnições respondem com boa parte de responsabilidade nas deficiências no preparo militar do homem. Mal dotados de verbas, vêem nos soldados recolhidos às suas enfermarias o meio de realizarem as economias administrativas com parte das quais realizam alguma coisa, embora muito pouco. Assim, tornou-se corriqueiro, manter-se "baixados" a soldados na verdade em bom estado de saúde, aos quais se liberam com permissões assinadas. Poupa-se, destarte, o jantar e o café matinal. Poupa-se por um lado. Perde-se muito mais pelo outro. Por todas estas razões cuja existência não achamos como justificar, a preparação do soldado deixa muito a desejar. Excluem-se, é claro, deste quadro as Unidades de Elite não só mais bem providas de meios materiais como melhor servidas de elemento humano.

Assim como a instrução da Tropa, também a preparação dos graduados sofre o impacto das mesmas deficiências. Assim, sentimo-nos encorajados a abordar o assunto que foi objeto de um trabalho anterior mas não enviado à publicação, embora nos tivesse sido reservada oportunidade. Referimo-nos aos Sargentos oriundos da Tropa. Foi este problema o que mais despertou nossa atenção e ao qual atribuímos maior soma de nossos cuidados, pela importância que reconhecemos ter, tanto na Paz quanto na Guerra, aqueles auxiliares. Meditamos no que ora ocorre e não foi difícil concluirmos que, em prol do máximo algarado, os Sargentos somente deveriam ter origem nas Escolas especializadas na sua formação, a não ser que viesse a ser dada orientação totalmente nova e mais produtiva aos atuais CFGI. Os cabos sim, podem ser feitos nas Unidades. Mais uma vez justificamos nossa afirmação com a experiência pessoal. Fomos instrutores do CFGI, 1ª e 2ª fases e sentimos

como nos foi difícil, algumas vezes quase impossível, enquadrar nossa atuação dentro dos princípios que defendemos. E o principal obstáculo esteve no baixo nível de alfabetização do elemento incorporado. Tivemos exceções, poucas o foram, e que serviram para demonstrar o acerto do nosso ponto de vista quando defendemos a incorporação de homens bem selecionados, sobretudo quanto ao seu mais elevado índice de alfabetização. Desde os PR, que o recruta deveria ser selecionado para os cursos de graduados. De um modo geral a situação pode ser classificada de calamitosa, pois mesmo no final da 2ª fase do curso tínhamos Cabos aprovados com a nota mínima é claro e portanto aptos à promoção que, a rigor, não deveriam ter sido promovidos a Cabos e que o foram porque tem-se de ser benevolentes, não na concessão de graus imerecidos, mas no ministrar das aulas e instruções, cingindo-nos ao mais simples, ao mais rudimentar, ao mais adequado à subinstrução da maioria. E o resultado tivemos-lo pouco depois, no decurso do período de aplicação. Será que ainda haja quem ponha em dúvida o quanto exige a guerra moderna de capacidade e habilitação? Capacidade através de um treinamento organizado, com meios próprios e habilitação que somente se obtém pelo estudo, pela leitura que por sua vez são decorrentes de uma instrução no mínimo primária completa.

Em resumo: na Tropa não há ambiente adequado à formação de um bom Sargento. Faltam meios, faltam instrutores, falta tempo. É difícil a um Tenente desincumbir-se de maneira eficiente de suas funções de subalterno, concomitantemente com as de Instrutor do CFGI e às vezes, tal era nosso caso, de instrutor do Curso de Sapadores ou outro qualquer. Por isso cremos que a preparação conveniente do Sargento somente dar-se-á através dos bem montados cursos da EsSA que além disto são ministrados por Oficiais competentes e dotados de boa dose de experiência. Tivemos

como subalternos monitores provenientes daquela Escola e fácil nos foi verificar o excelente grau de conhecimentos de que eram portadores a par com um elevado senso de responsabilidade funcional. De um modo geral estudiosos, eram sobretudo orgulhosos do Curso que tiraram, tudo fazendo, inclusive no apuro de seus uniformes, para honrarem sua procedência. Não há dúvida que entre os Sargentos oriundos da Tropa encontramos igualmente bons auxiliares. São porém em menor número e logram maior índice de conhecimentos após certo tempo de experiência. Faltam a estes os conhecimentos teóricos complementares da prática.

Chegamos a outro aspecto do mesmo problema que é o afastamento de alguns Sargentos de fileira e por muitos anos seguidos, de suas funções nas Subunidades para servirem como empregados na Tesouraria, nas Fiscalizações Administrativas e até mesmo nos AR. Temos como prejudicial este proceder, embora generalizado, porque assim afastado, sem freqüentarem as instruções diárias, delas de há muito se desinteressaram, delas pouco ou quase nada se lembram. Burocratizaram-se, acostumaram-se ao conforto de uma escrivaninha, de u'a máquina de escrever. A bem dizer, tornaram-se uns paisanos com divisas nos braços. Não há nestas nossas palavras o menor desejo de ferir a estes companheiros. Absolutamente! Somos dos que muito prestigiaram a alguns deles por reconhecer-lhes preciosos auxiliares. Mas é fato que tais Sargentos, com função definida nas Cias. delas se atastam totalmente. Não conhecem os homens de suas frações e não há com estes a menor ligação. Ambos se desconhecem mutuamente em detrimento da eficiência combativa do conjunto, igualmente da confiança recíproca que deve ligar comandante e comandado, qualquer que seja a fração. Em verdade, estes Sargentos estagnaram. E da estagnação passam rapidamente à involução no que toca a seus conhecimentos. Deixam, portanto, de

ser elementos de primeira linha, não obstante ainda existirem traços de uma velha dedicação, de uma ou de alguma noção de dever.

Assim cremos como mais acertado que somente Sargentos burocratas, nunca os de fileira, deveriam ter assento nas repartições. Existem os que argumentam que a crise financeira responde por esta anomalia, ao restringir por medidas de economia o aumento do número de Sargentos nas Unidades. Em primeiro lugar não cremos na existência daquela crise. E teimamos em não acreditar. Dela ouvimos falar a cada instante, por causa dela priva-se o Exército de muitas de suas necessidades, e no entanto assistimos a todo o instante ao desperdício dos dinheiros públicos, ora na compra de carros de luxo, ora nos negócios mal feitos e, mais comumente, nos desfalques vultosos e impuníveis. Não seria de bom alvitre que à semelhança do que já ocorre nos QG, nas CR e nos outros Estabelecimentos se buscasse a cooperação do elemento civil para certas funções dentro das Unidades? Não lucraria o Exército se a um civil, adrede selecionado, fôsse dado a função de datilógrafo ou escrevente numa Tesouraria, numa Esse-quatrância, num Reembolsável Regimental, liberando-se assim para a instrução, para as marchas, para os exercícios táticos àqueles graduados? Até que nos sejam apresentadas razões convincentes, outras que não aquelas que nos apresentaram quando discutimos o assunto, cremos viável a idéia. Ela, aliás, nada teria de inusitada. O próprio Exército já a executa. E a Marinha e a Força Aérea há algum tempo substituíram muitos dos seus graduados em certas funções nos Quartéis. É claro e apressamo-nos em esclarecer, está fora de cogitações, certas funções tais como Arquivistas, Auxiliares de Almoxarifado e Encarregados dos Ranchos. E a idéia é ainda mais viável se considerarmos que ela em nada pesaria aos cofres públicos porque, como ninguém ignora ou contesta, há nos diversos ministérios civis

levas de funcionários sem encargos de qualquer espécie, que apenas justificam suas nomeações com fins eleitoreiros, com o "esforço" de assinarem o ponto diariamente. Estes excessos, mediante um plano de sua redistribuição, poderiam ser transferidos ao Ministério da Guerra com a vantagem de que passariam a produzir para o País.

A disciplina: esta de um modo geral ainda é boa. Felizmente temos este fator positivo a emprestar sua colaboração aos nossos esforços nos Quartéis. Ela decorre, especialmente, da índole pacata do nosso povo. Poderíamos, entretanto, ter um índice mais animador de disciplina se afastados os males da seleção defeituosa a que já nos referimos. Livres dos maus elementos, dos desajustados sociais, dos viciados, estaremos *ipso facto* sem os problemas dos roubos, dos desacatos à autoridade dos Cabos de Dia, dos abandonos aos plantões nas Subunidades, das faltas repetidas aos expedientes, das fugas às instruções. O que ocorre neste setor, em verdade, não preocupa porque não chega a ameaçar o princípio da autoridade. Ideal será extirpar aquelas manifestações de repulsa à ordem e às normas disciplinares.

A burocracia: — como se tantos males não bastassem a afligir nossa querida Instituição, como alguém carinhosamente a chamou, vamos encontrar uma burocracia enervante, recalcitrante, nociva, alastrando-se até mesmo aos Corpos de Tropa, porque das Repartições nem é bom falar. Todos nós sabemos o que ali acontece. É o reinado do papel. Então tudo se complica, tudo se dificulta, fazendo do banal, difícil, do mais complexo, impossível. E assim se faz não por princípios, por escrúpulos no trato das coisas. Mas por desinteresse, como maneira solerte de fugir ao trabalho, ao esforço físico. Homiziando-se por detrás de montanhas de papéis "a despachar", "a informar", "a encaminhar" desenvolve-se o comodismo, o descaso. Justifica-se

com múltiplos documentos para as mais simples das coisas um sempre crescente número de homens, para o serviço burocrático. Despovoam-se, destarte, os Corpos de Tropa em si maisinados porque "são longe" dos centros urbanos, porque para eles "não tem condução", mas realmente maisinados porque têm dois expedientes e porque nêles, de qualquer forma, ainda se dá um pouco de "duro".

Mas a situação que vimos descrevendo não se cinge somente aos inferiores e graduados. Entre nossos companheiros temos, igualmente, problemas que até reputamos mais graves. Assim, achamos que falta amor ao Exército. Não atinamos porquê. Falta amor sincero, verdadeiro, profundo. Falta vibração pela carreira das armas, como falta entusiasmo pelas coisas que lhe dizem respeito. Já não são zeus sacrificios muito mais numerosos que suas glórias que a torna sedutora. Para muitos a carreira militar é hoje, desgraçadamente, apenas um bom emprêgo. Já não se tornou coisa comum a afirmação de apenas "se espera completar o tempo para ir para casa?". Esta ouvimos a cada instante. Em verdade estamos a presenciar a morte do arrebatamento, da sedução que, outrora, emanava de o fato de ser militar. Já não se cultuam as belas tradições. Igualmente não há quase nenhum interesse pela cultura profissional. Não se lê. Há no caso honrosas exceções que tomamos por exemplo. As publicações militares, se assinadas, são apenas objetos de adornos para as estantes. Não se estuda. E porque não se lê, nem se estuda, não se discute, não se trocam idéias. Não se evolui. Estagna-se. E o que aqui descrevemos bem se define quando folheamos nossas publicações. Salvo uns poucos e constantes colaboradores, sempre os mesmos, aliás, o que vemos é a tradução de trabalhos estrangeiros. Será que não temos homens capacitados a formularem pontos de vista, a emitir em nossas reuniões sobre os vários assuntos que interessam à formação dos militares?

Não cremos. É que o desinteresse a tudo supera. As conferências, inclusive as que versam sobre temas de cultura geral, são coisas "de encher o saco". A elas se comparece compelido por ordens superiores. Uma vez lá, dorme-se. Pelo contrário, o futebol, o basquete, as competições esportivas de um modo geral, são alvo de atenções fora do comum. Nas incorporações dá-se preferências aos que jogam futebol. Não reprovamos a prática dos esportes nas Unidades. Reconhecemos que elas têm seu valor e lugar na vida das casernas. Elevam o moral, ajudam a criar o espírito de corpo, despertam o desejo de vencer, mas não tanto para se sobrepor às instruções. E é o que ocorre muitas vezes. E no cômputo do desinteresse pelas coisas militares, da falta de entusiasmo, até mesmo de vibração pela arma, incluí-se a repulsa às apresentações em público. As solenidades externas são coisas do passado, hoje amesquinçadas a isto não escapando, inclusive, o desfile do Dia da Independência embora este ocorra apenas uma vez por ano. Já vai longe o tempo em que se fazia questão de aparecer-se em público. Havia, então, orgulho em mostrar-se como Oficial do Exército. E os cursos? Estes pouco a pouco, mas seguidamente, vão perdendo seus atrativos e para muitos tornaram-se apenas um motivo de se permanecer na Capital, uma justificativa de afastamento das Guarnições dos Estados. Assim e, ao contrário, do que há algum tempo atrás ocorria, poucos são hoje os moços que têm os distintivos dos cursos a emolurarem seus uniformes.

E os uniformes? Ah... os uniformes. Já não se liga a eles. Falta spuro, faltam cuidados, falta garbo nos uniformes. Foram relegados a plano secundário. Quase já não se usam os uniformes. Tornou-se hábito o traje civil, o andar-se a paisana. Alega-se, para justificar, o alto custo a que chegaram os uniformes militares. Não concordamos! O uniforme é uma prerrogativa nossa. É ele que nas

ruas, nas reuniões, nos lugares públicos nos distingue dos demais concidadãos. Por que postergá-los então? Por que tratá-los com tanto descuido? Os de instrução sofrem mais ainda. Desalinhados, amarratados, e o que é pior, inadequados quando são de praças. Não vemos porque dentro de u'a mesma Unidade usá-los com tanta discrepância. Assim é que uns usam estrêlas de metal, outros bordadas. Uns gorro sem pala, o conhecido "bibico", outros o moderno boné de pala dura. Uns, calças com bolsos externos, outros, sem eles.

E porque falta entusiasmo, porque abriu-se mão do garbo, marchamos também para o quase abandono dos sinais de respeito que relembram; no interior dos Quartéis é coisa que pouco ou nunca se vê. Os graduados disfarçam e mal ensinam levantar-se, por exemplo, quando a eles se dirigem os Oficiais. Entre estes, a seu turno, as coisas não são melhores. Claro que não vamos defender a volta da disciplina tipo exército colonial, mas reprovamos o que está acontecendo. Já não há o respeito pelos postos dos ciclos imediatamente superiores. Tornou-se comum, nas Unidades, termos companheiros de posto, promovido ao imediato, passando assim de um ciclo ao outro. Em se tratando de capitão, por exemplo, que foi tenente conosco, muito lógico que continuemos a tratá-lo com a intimidade de "você". Mas esta intimidade deve ser fora dos Quartéis e nestes deve cingir-se às horas de lazer, no interior do casarão de oficiais, nos grupos de oficiais. Em matéria de serviço, sobretudo na presença de oficiais menores graduados e de inferiores, tratemo-lo por "senhor". É o respeito ao posto mais alto do que o nosso e que um dia galgaremos também. Nada há de humilhante e quanta beleza naquele quadro de um Tenente, antes de dirigir-se a um Capitão, em matéria de serviço, bater os calcanhares e pedir "Licença". São estas pequenas demonstrações de disciplina, de hierarquia que caracterizam nossa cole-

tividade, dando-lhe forma e graça especiais.

São muitas as causas que estão a concorrer para tal estado de coisas. Entre elas destacam-se as leis, leis com letras minúsculas porque nocivas e até imorais, feitas à revelia dos Estados-Maiores que, fazíamos-lhes justiça, contra elas se manifestaram e que foram, não obstante, votadas, sancionadas ou promulgadas com fins políticos. Em consequência, temos a plethora de postos aqui vulgarizando os altos postos, ali transformando em oficiais os que ontem eram graduados. Aqui não podemos, nem devemos ser extensos depois do magnífico artigo do Exmo. Sr. General José Veríssimo, Chefe de escol, cuja cultura e vida dedicada exclusivamente ao Exército, entre outras virtudes, engrandeceriam qualquer outro grande Exército do Mundo a que S. Exa. porventura pertencesse.

Falta amor ao Exército! Falta interesse pelas coisas militares, falta garbo. Falta, inclusive, o espírito de Arma. O comodismo alastra-se e é triste a corrida aos cargos burocráticos. O uniforme de instrução, o cinto de guarnição completo, o capacete, não obstante toda a marcialidade do conjunto, assim como as marchas, os exercícios táticos, os combates simulados perderam seu encanto, aquelas suas estranhas atrações. Relegou-se, por todas as formas, a Tropa a plano secundário. Ela que deveria ser o ponto máximo de nossa Organização, está sendo posta de lado. Passou a viver das sobras.

E diante do que descrevemos, triste quadro, não há como cruzar-se os braços. Fomos rude na sua apresentação, mas fomos sobretudo sinceros nos nossos propósitos. Não nos animou o desejo de humilhar, porque não individualizamos. Nós ainda quisemos estigmatizar o Exército por a êle não termos pertencido como queríamos. Amamo-lo e somos cónscios da nossa condição de Oficial, embora da Reserva. O

trato, quanto o estudo das coisas militares, é o lenitivo que encontramos para a vocação insatisfeita. Quisemos trazer nossa contribuição, dar nosso grito de alerta visando um futuro prenhe de satisfações, de alegrias, de muitos motivos de júbilo. Queremos, sim, clamar por uma reação imediata, que comece agora mesmo. Queremos que se fechem as brechas na disciplina, que se removam as falhas da organização, que se superem as deficiências da instrução. Clamamos para que se dê forma concreta a uma campanha de restauração dos princípios básicos, enquanto para isto é possível contar-se com uma pleiade de idealistas que teimosamente, mas altaneiros, se recusam a deixar-se inocular com o vírus do mal. Já se pensa na reação. Foram dados os primeiros gritos, ensaiados os primeiros passos. Cerremos fileiras animados do mais puro sentimento de amor ao Exército, infensos às tentativas que possam ser feitas de impingir-nos o ridículo. Amemos a carreira das armas. Restauremos em toda sua plenitude os princípios da hierarquia, do respeito. Voltemos ao culto sadio de nossas melhores tradições. A luta será árdua e que seja verdadeiramente árdua para que se apresente mais glorificada a vitória do bem sobre o mal. E longe de adaptarmos-nos aos fatos que aqui narrados são a seu turno incontestáveis, criemos em nosso íntimo o hábito de gritarmos, a cada instante, "Viva o Exército".

Importante: — Já tínhamos este modesto trabalho pronto quando nos foi dado ler, com imensa satisfação, o brilhante artigo do Sr. Major Jonas Correa Neto. E porque achamos alguma semelhança entre um e outro, excluídos é claro, o brilhantismo e segurança daquele Oficial Superior, apressamo-nos em escrever-lhe comunicando nossa intenção de publicar estas linhas. Fizemo-lo por escrupulos.

PORTA-AVIÕES PARA O BRASIL

Cel. Av. ARMANDO DE MENEZES

(O autor aborda com bom humor um problema complicado e sério, dando a César o que é de César).

Os jornais disseram que a Marinha Brasileira concluiu as negociações para a compra de um porta-aviões para a sua Esquadra.

Mais uma vez se acendeu a ceieuma, a respeito da necessidade desse tipo de navio para a Força Naval. Lealmente falando, fui também contra. Não obstante haver concluído um curso de comando e estado-maior combinado e haver compulsado durante alguns meses assuntos de forças terrestres, aéreas e navais, alistei-me logo entre os que combatiam a compra...

E essa minha atitude era fruto do desconhecimento sobre a matéria. Falar em porta-aviões para o Brasil!... Era tabu e tabu do bom... Sempre que se impunha o emprêgo do N. A.é, tomava-se uma atitude vaga e diplomática. A fogueira era passada. Salvando-se o espírito combinado e mantendo um clima de boa camaradagem.

Mas, eu sentia que era imprescindível combater essa negociação, embora fôsse um protesto vago. Precisava alinhar meus argumentos. Enfileirar razões e mostrar que havíamos cometido um grande erro.

O trabalho seria bem alicerçado. Baseado em documentos e tendo a forma de um "Estudo de Estado-Maior".

Seguindo o memento, não houve dúvidas a respeito do primeiro item ou seja o "assunto". A seguir "fatos relacionados com o problema". Esses eram tantos, que se

fazia mister uma seleção e mesmo sintetizá-los, para não aumentar o formato do trabalho.

A respeito de "premissas", elas deveriam realmente ser premissas. A primeira e a segunda parte de um silogismo.

Comecei a escrever, iniciando com uma argumentação de sentimento e de oitiva. Somente com o que estava na cabeça. Mas me vi insatisfeito quando tentei estabelecer as premissas. Não estavam verdadeiramente contundentes. Faltava-lhes algo de irrespondível...

Fui à documentação. Era meu intuito arrasar o N. A.é com o emprêgo em face das nossas hipóteses de guerra... Quis dar a missão precípua para a Força Naval, de conformidade com a sua doutrina de emprêgo. Reli cuidadosamente a função de cada navio e o que se esperava deles no combate...

E sem querer senti que havia algo mais do que combater a compra. Vi que para continuarmos a ter uma Esquadra, por menor e mais pobre, era preciso um porta-aviões, pelo menos... Do contrário desaparece a sua razão de existir.

O maior argumento que se impunha, vinha da certeza que eu tenho de que nada se faz no mar ou na terra, sem uma cobertura aérea.

Sentia que a minha argumentação anterior estava falhando. Esbocei uma reação e parei, indo buscar na fumaça do cachimbo,

uma melhor justificação. Porém, vi que aferrar a Marinha é uma missão ditada por uma única hipótese de guerra, é o mesmo que enterrar a cabeça como o avestruz e pensar que se está escondido...

Senti realmente que para haver uma Força Naval, essa precisa ser dotada de Navio Aeródromo.

Uma esquadra necessita de N Aéreo para poder cumprir o seu programa de adestramento. O seu pessoal estará perdendo tempo e dinheiro, se não se acostumar a trabalhar, nas condições atuais do emprego de uma Força Naval. Finalmente, isso se faz mister, em nome mesmo da sua própria subsistência.

Cheguei a essa conclusão depois de haver pensado que a luta a duas dimensões ou seja o combate de superfície, como é óbvio, já foi há muito superado. O uso do avião estabeleceu a terceira dimensão, quer sobre a água ou sobre o solo.

Memorizei o combate naval desde os seus primórdios. O encontro das embarcações forçando a abordagem, operação que dava a decisão, através do emprego do sabre na luta corpo-a-corpo. Com a pólvora, as naves se afastaram à distância do alcance das suas armas de fogo. De progresso a progresso, as esquadras agiam baseadas no poder do canhão e na supremacia do encouraçado. Foi o apogeu do poder naval propriamente dito.

Mas hoje em dia, as esquadras se adaptaram à tirania da arma aérea e ao poder incontestado do engenho alado. Antes mesmo de se verem e do alcance das suas bocas de fogo, os seus aviões são lançados à frente, em busca do domínio do ar; domínio esse que é imprescindível para a própria existência delas. E o combate se alçando para o azul do céu, transformou a Marinha em bases aéreas flutuantes que se arrastam

no seu elemento em busca de uma decisão que vem mais do espaço que mesmo da água...

O que não se justifica é se falar em Aviação Naval. Em pensar criar uma Força de aviões exclusivamente da Marinha, com serviços, com pessoal à parte da Força Aérea Brasileira. A flexibilidade que é o apanágio da Aviação, permite que dentro da Aeronáutica haja unidades apropriadas para o trabalho com a Esquadra. A organização existente facilita que se possa dar uma solução para as necessidades navais, sem quebrar o princípio de unidade, do poder aéreo.

Faís pobre, vivendo com dificuldades para manter as suas Forças Armadas, só um espírito realmente **combinado**, pode permitir a cooperação de meios em benefício do todo. Em lugar de decisões, visando desdobramentos, deve-se mais agitar o problema de unificação, procurando através de soluções em comum, aproveitar melhor os nossos mais do que poucos recursos.

Uma grande reforma de base se impõe. Um grande fator comum deve ser estabelecido visando o melhor aproveitamento das verbas, que atualmente são encaminhadas sem uma diretriz comum. Esse deve ser o problema vital, se quisermos estar à altura da nossa missão e do preparo para cumpri-la com dignidade.

E enfileirando todos esses argumentos, relembrando todos esses raciocínios, fazendo desfilar pela minha memória o encontro das pirogas, o choque das naus, o bombardeio dos encouraçados, vi surgir o vulto esplêndido do navio, que traz em seus conveses destemidos pilotos e enxame de aviões, resolvendo então não escrever o "estupendo" Estudo de Estado-Maior, de acordo com momento existente na documentação 02 traço 54...

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COOPERATIVA

SEIS PRINCÍPIOS QUE SINTETIZAM A ORGANIZAÇÃO

1º — A sociedade cooperativa é uma sociedade de pessoas, formada na base de igualdade de diretrizes de direitos e responsabilidades, com um voto por associado independentemente de capital de cada um, e com privilégios ou vantagens para ninguém. 2º — A Cooperativa constitui-se para realizar uma empresa em comum, com o fim de alcançar um melhoramento social e econômico em benefício de todos e de cada um dos associados. 3º — Não deve a cooperativa, em caso algum, objetivar o lucro, pois seu objetivo exclusivo é obter economias na aquisição de bens ou serviços para seus associados, ou uma mais alta remuneração ao seu trabalho. 4º — A sociedade cooperativa constitui-se exclusivamente para proporcionar a seus associados serviços que melhorem sua situação social e econômica; excedentes ou sobras que obtenha, devem ser distribuídas aos seus associados na proporção das operações que tenha realizado com os mesmos e na razão do trabalho de cada um. Se a Cooperativa é de consumo, presta ela aos seus associados o serviço de comprar e edificar as casas de que necessitem; se de transportes, o de estabelecer e administrar este serviço para uso de seus associados; se de produção, presta o serviço de organizar, dirigir e administrar os trabalhos, além do serviço de oferecer à venda ou ao uso público os bens e serviços que produzam os associados mediante uma empresa comum. 5º — A sociedade cooperativa é obrigada a realizar obras que visem ao melho-

ramento social de seus associados, não só no campo econômico senão também no moral; propaganda, mutualidade, solidariedade, difusão cultural, etc. 6º — O cooperativismo atua dentro de programa orientado no sentido de criar um regime de economia em benefício de seus associados por meio de um intercâmbio de serviços e dentro de princípios de toda ausência de lucro.

COMO FAZER PARA QUE UMA COOPERATIVA TENHA ÊXITO?

Os norte-americanos formularam para a pergunta acima, as seguintes respostas:

1 — Procurai um bom conjunto de homens e mulheres que sejam sérios, enérgicos, de coração desinteressado e espírito equilibrado.

2 — Juntai uma porção de imaginação e outra de entusiasmo para que a massa cresça.

3 — Juntai, em partes iguais, o desejo de ser servido e o desejo de servir.

4 — Rodeai-o todo de uma gestão atenta, para que a mistura não fique no fundo.

5 — Tomai o cuidado de conservar até o fim a pureza da mistura; não deixe cair nela nenhum elemento capaz de corrompê-la, especialmente o desejo de tirar vantagens a custa dos outros.

6 — Uma boa dose de iniciativa para começar; depois perseverança.

7 — Sobretudo, não deixeis cair a chama, e o sucesso será certo.

**MANIFESTO DE JORGE JACOB
HOLYOAKE**

Foi Jorge Jacob Holyoake um dos grandes historiadores do movimento cooperativo inglês, como é sabido. Sua história sobre os 28 tecelões de Rockdale foi traduzida em numerosas línguas. No entanto, poucos conhecem o manifesto por ele apresentado à Câmara dos Comuns, no sentido de obter da mesma a "Carta do Cooperativismo". Eis o manifesto:

1º — O Cooperativismo completa a Economia Política, ao organizar a distribuição da riqueza.

2º — Ele não prejudica a formação de ninguém; 3º — Não perturba a sociedade; 4º — Não molesta os homens de Estado; 5º —

Não constitui uma associação secreta; 6º — Não quer nenhuma violência; 7º — Não causa nenhuma desordem; 8º — Não ambiciona honrarias; 9º — Não pede privilégios especiais; 10º — Não reclama favores; 11º — Não fomenta greves; 12º — Não anda atrás da ajuda oficial; 13º — Não teme a concorrência no comércio em qualquer ramo da produção; 14º — Sente horror pelos monopólios e combate-os incessantemente; 15º — deseja a concorrência sã e honesta, na qual se vê a alma de todo verdadeiro progresso; 16º — Significa a responsabilidade pessoal e a participação pessoal nesse prestígio que o trabalho e o pensamento sabem conquistar.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

E. R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel. : 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz: Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais: Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo: Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba: Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores: Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre: Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador: Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife: Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

FABRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica: Rua 29 de Julho, 220 — Depósito: Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja: Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

LATICINIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

GRAFICA ARTECOR LTDA. — Tricomas — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

RADIO TÉCNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

A METALÚRGICA FEDERAL — Fundição de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA. TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

MACHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMERCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Charque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Delfim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

JORGE MENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de Junho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.

A ORIGEM DOS CAVALOS BRASILEIROS

A. P. TORRES

Os cavalos foram introduzidos no Brasil sucessivamente, em 1535 em Pernambuco, 1543 em São Paulo e 1549 na Bahia, pelos donatários Duarte Coelho, Martin Afonso e Tomé de Souza. Naturalmente outras introduções se lhes seguiram, efetuadas não só pelos colonizadores, mas ainda pelos invasores.

O tipo mais comum é hoje o Barbo, que os Mouros levaram do Norte da África para a Península Ibérica, juntamente com o Árabe. Este influiu mais na formação do cavalo Nordestino, e no Centro e Sul encontramos relativamente poucos representantes deste tipo.

O cavalo nobre espanhol, ou seja o Andaluz, pouco influiu do ponto de vista quantitativo, porém qualitativamente foi a raça mais importante, exercendo papel preponderante na formação das raças melhoradas deste país — Mangalarga, Campolina e Crioula. Esta última teve origem nos cavalos abandonados por Pedro de Mendonça, na Argentina, em 1541.

Em quase todos os países americanos colonizados pelos espanhóis encontram-se cavalos dos mesmos tipos. Em todos eles sempre chama a atenção a preferência que os cavaleiros de maiores recursos deram aos tipos derivados do Andaluz pela sua beleza e garbo e, muito provavelmente, por ser um cavalo mais inteligente, prestando-se com mais facilidade ao adestramento.

A influência de outras raças européias só se fez sentir a partir da metade do século XIX, mas é até hoje muito pequena e não chegou a ser profunda, exceto em pequenas áreas. Dentre elas a que maior

influência tem exercido é a Inglesa, decorrida, não só em vista do grande número de haras, de sua presença em quase todos postos de monta, como por serem os seus mestiços os animais preferidos para a remonta do Exército.

Afora esses tipos mais ou menos definidos, ou cuja origem se pode identificar com relativa facilidade, ainda encontramos os petiços reforçados, provavelmente provenientes das "ilhas", e um certo número de animais desarmônicos que reúnem num só corpo, característicos antagônicos, quer em relação à "beleza convencional", quer "étnica". São mestiços, naturalmente.

Parece não existir mais no País traço daquele cavalo alemão de "sangue frio" que teria servido de fundamento à formação do lastro do Andaluz, isto é, cavallhada ibérica, antes da invasão dos Mouros, a não ser nos cavalos que hoje identificamos como de origem Andaluza. O único ponto de ligação que podemos estabelecer entre o Andaluz e o cavalo Germânico primitivo é o volume de suas massas musculares. O Andaluz sempre foi um cavalo mais maciço e de frente mais pesada que os chamados "cavalos orientais".

Quem quiser estabelecer qualquer ligação entre os cavalos espanhóis e alemães, inclusive daqueles países que estiveram largo tempo sob a influência alemã, como a Áustria e a Hungria, deve lembrar que antes do advento do puro sangue inglês, no fim do século XVIII, era a Andaluz a raça mais conceituada em todas as cortes da Europa, e é fora de dúvida que muitos cavalos es-

mar Levy Cardoso, Sr. Pedro Magalhães Corrêa, General Benjamim Galhardo, Dr. Jayme Oliveira Santos, General Ignacio Freitas Rollin, Sr. José Caetano de Oliveira e General Achilles Gallotti; e, à esquerda, General Octavio Mazza, Dr. Celmar Padilha, General Danton Teixeira, Dr. Carlos Portinho, Dr. Braulio Muller, General Barcelos de Moraes, Dr. Adayr Elras de Araujo, Dr. Ivo de Aquino, Sr. José Manoel Fernandes, General Djalma Dias Ribeiro, Dr. Humberto Smith de Vasconcelos, Generais Rodrigo José Mauricio e João Baptista Rangel.

OS DISCURSOS TROCADOS

Ao champanha, saudando os homenageados, falou o Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, que, iniciou sua brilhante oração dizendo que "a homenagem prestada todos os anos ao Exército Nacional se reveste sempre



de aspectos especiais, tendo em vista as atividades altamente significativas que a nobre instituição exerce na vida do país." Depois de destacar na história Militar do Brasil páginas em que o Exército Nacional inscreveu exemplos de glória e bravura, de exaltar a figura excelsa do Duque de Caxias, em que "a tradição brasileira reverencia o equilíbrio perfeito entre a coragem intrépida, nos campos de batalha, e o senso da medida na função pública" assim concluiu sua saudação: "Senhor Ministro. Tenho convicções suficientes para afirmar que o Exército Brasileiro não interrompeu a sua luminosa trajetória. A tropa de hoje deixou, no solo sulcado da Europa, o sangue generoso de uma nação digna e ativa. Repetiram-se os lances de luta renhida e de emoção palpitante

que recomendaram o Brasil ao reconhecimento dos seus aliados. Tais são, como outrora, as virtudes assinaladas de nossos valentes soldados que, mais uma vez, o Jockey Club Brasileiro deseja proclamar. Sendo uma sociedade civil, votada ao aperfeiçoamento do turfe, inclui, também, entre as suas finalidades precípua, os deveres cívicos primordiais. Eis por que a Diretoria, interpretando a vontade do quadro social, aqui se acha para render, ao Exército Nacional, o merecido preito. Ao erguer a minha taça, saúdo a V. Exa. e aos seus briosos e denodados companheiros de farda!"

Coube ao General Nicanor Guimarães de Souza fazer o discurso de agradecimento, em nome do Ministro da Guerra.

"É uma reunião e um acontecimento que revelam o gesto de nobreza e de alta distinção que caracterizam os membros desta Sociedade, que tem um acervo de assinalados serviços prestados ao Brasil" foram as palavras iniciais do ilustre militar, que passou a seguir a ressaltar a mútua compreensão existente entre o Jockey Club Brasileiro e os poderes públicos. "Raro é o centro ou zona de criação do cavalo de nosso país onde se não encontre o apoio desta sociedade, para melhorar o contingente sanguíneo de seus rebanhos cavалares. O Jockey Club Brasileiro, imbuído do papel que lhe toca na solução deste problema de tão grande magnitude para o Brasil, vem igualmente, cooperando conosco, de forma encomiosa, envidando tudo ao seu alcance para o soerguimento do cavalo nacional".

Foram palavras proferidas a seguir pelo orador, que, depois de destacar esforços conjuntos da nossa grande sociedade turfista e da Remonta do Exército, passou a se referir, com justos conceitos, à figura de Caxias ali bem reverenciada. E concluiu o General Nicanor Guimarães de Souza:

"Sr. Presidente do Jockey Club Brasileiro. Srs. membros da Diretoria desta sociedade, de tão grande utilidade, nós, do Exército, elevamos nossas taças em homenagem a todos vós e à sociedade que representais, para que ela prossiga na alta finalidade de fomentar a criação do puro-sangue de corridas e cooperar conosco para a criação do cavalo de que estará sempre a necessitar o Exército Brasileiro".

O TROFÉU AO VENCEDOR DO G. P. DUQUE DE CAXIAS

Após o almoço os ilustres homenageados, em companhia dos diretores do Jockey Club Brasileiro, na Tribuna de Honra do Hipódromo da Gávea assistiram às corridas. Depois da realização do Grande Prêmio Duque de Caxias, o Ministro Teixeira Lott entregou à Sra. Zélia Gonzaga Peixoto de Castro rica taça de prata, conquistada pela vitória de "Uja", de sua propriedade e criação do Dr. Peixoto de Castro Junior. Acompanhando as saudações trocadas foi servida pela Diretoria do Jockey Club Brasileiro uma taça de champanha aos presentes.

MAIOR EFICIÊNCIA E RENDIMENTO PELA SIMPLIFICAÇÃO DO TRABALHO

Novos métodos vão ser introduzidos na Administração do IPASE para melhorar as rotinas — O que está realizando a Comissão de Estudos e Planejamentos presidida pelo Sr. Faiva Muniz e o importante papel dos chefes de seções e seus auxiliares — Os primeiros resultados

A necessidade de aperfeiçoar os métodos de administração, adaptando-os à moderna técnica atualmente em prática nos países mais adiantados, levou a atual direção do IPASE a constituir, pela Portaria n. 18, de 4-1-1957, a Comissão de Estudos e Planejamentos, com a finalidade de proceder a estudos e propor a adoção de medidas sobre a significação das rotinas, volume e distribuição de trabalho, descentralização da execução, supressão ou criação de organismos, padronização de material, simplificação e padronização de impressos e formulários, distribuição e localização de áreas. A essa tarefa, realmente da maior importância, se lançaram, de imediato, os componentes da Comissão presidida pelo Sr. Faiva Muniz e composta de um secretário executivo, o Prof. Ismar Dias da Silva, catedrático de Contabilidade da Universidade do Brasil; de um coordenador, Hélio Figueiredo de Assunção; dos técnicos de administração Glauco Antonio Lessa de Abreu e Silva, Jesus Neves Ribeiro e Antônio Vitor Kulnig, e do técnico de mecanização Valdemar Kerr.

NOVOS MÉTODOS

A Comissão teve, desde o início, por preocupação principal, a simplificação das rotinas. Para tanto elaborou normas baseadas nas técnicas recomendadas por Organização e Métodos, conhecidos por O & M. São técnicas já utilizadas em todos os países onde se introduziu a racionalização do trabalho. Essas técnicas consistem no levantamento e na análise da execução das atividades de qualquer unidade administrativa. Elas se aplicam a qualquer natureza de trabalho seja de empresa pública ou particular. Dentro desta técnica, a Comissão elaborou um programa a ser executado pelos Chefes de Seção que receberão não só as Instruções como também serão assessorados durante todo o período de duração do programa pelos membros da Comissão. A esses Chefes e seus auxiliares, de cuja atividade e compreensão dependerá o êxito final do trabalho, será creditada a soma de esforços que proporcionará à alta administração do IPASE os meios pelos quais alcançará seus objetivos, quais sejam o aumento de rendimento de trabalho, a redução do tempo gasto na sua execução e a poupança do elemento físico e humano com economia geral para a Instituição.

REUNIÕES E ENTREVISTAS

O primeiro passo no programa de simplificação de trabalho foi a explanação a todos os Diretores de Departamento e do HSE das suas linhas gerais. O programa foi, efetivamente, iniciado no Departamento de Aplicação de Capital, onde já se realizaram reuniões com os Chefes de Divisões e, atualmente, estão na fase de treinamento dos Chefes de Seção. Acreditam os membros da Comissão que, dentro de poucos dias, deverão estar concluídos os trabalhos de implantação das novas rotinas no Departamento de Aplicação de Capital. Idêntico procedimento se processará em relação aos demais Departamentos do IPASE, num trabalho metódico e continuado, em que a técnica e os conhecimentos mais avançados da moderna administração se aliem à dedicação pelo trabalho e ao entusiasmo com que se vem devotando a Comissão. Diariamente, várias horas são consumidas nas reuniões com os Chefes de Seções, que comparecem para debater os detalhes fundamentais de seus setores. Essas reuniões, na maioria das vezes, constituem verdadeiras aulas e não raro se transformam em entrevistas de alto alcance para elucidação dos problemas em pauta. Também a Comissão tem realizado visitas "in loco" de modo a poder melhor instruir as conclusões finais de seu trabalho.

AS DUAS FASES DO PLANO

Embora instalada oficialmente a 13 de março, a Comissão iniciou, praticamente, os seus trabalhos no dia seguinte à publicação da Portaria que a instituiu. Pelas Instruções n. 13, de 25 de fevereiro do corrente ano, seus trabalhos foram regulamentados; e, pelas de n. 21, de 2 de abril de 1957, foram aprovadas as normas do seu funcionamento.

Segundo informações obtidas pela Revista IPASE, o programa de simplificação do trabalho, de um modo geral, se divide em duas fases: a primeira vai do preenchimento das listas de tarefas de cada funcionário até a análise da distribuição do trabalho de cada unidade administrativa. Nessa fase, obtêm-se respostas para três perguntas: O que é feito? Quem faz? Quanto tempo leva para fazer?

Na segunda fase, que vai da elaboração do gráfico até a sua análise, obtêm-se respostas para as perguntas: Como é feito? Como deveria ser feito?

Essas duas fases do programa constituem a base que sustentará a nova organização dos métodos de trabalho há tanto tempo reclamada pelos interesses da Administração e dos segurados da autarquia dos Servidores públicos.

A tarefa que pesa sobre os ombros da Comissão de Estudos e Planejamentos é das mais difíceis e trabalhosas. Por isso, para ela estão voltadas, neste instante, as atenções e a expectativa de todos aqueles que realmente se interessam e acompanham com entusiasmo providências como essa do Sr. Paiva Muniz, que se tem empenhado em dotar a entidade dos recursos e meios indispensáveis ao seu desenvolvimento.

O ATUM EXCELENTE SUBSTITUTO DA CARNE BOVINA

A tendência atual no campo da exploração dos alimentos para o homem dirige-se para os produtos de origem aquática. Isto porque se verificou, recentemente, que embora o globo terrestre contenha três quartas partes de água, o homem retira daí apenas 1% de sua subsistência alimentar. Portanto 99% são de origem terrestre. Sabe-se também que só 10% do total proteínico consumido pelo homem vem do mar. Pode dizer-se assim, que há muito ainda que explorar na região marinha em matéria de alimentos. Técnicos da FAO intensificaram sua propaganda no sentido de ampliar e melhorar a utilização dos produtos aquáticos pelo povo. E nós, no Brasil, estamos de parabéns, pois além de um imenso litoral somos possuidores de quatro bacias fluviais entre as maiores do mundo. Uma situação geográfica invejável no que diz respeito à questão alimentar.

Faltava-nos, entretanto, reformar o obsoleto material náutico de pesca, renovando-o. Felizmente isto já vem sendo feito, constituindo uma preocupação e a diretriz do momento de todos os responsáveis por nossos problemas da pesca. Em futuro muito próximo seremos um dos mais ricos países do mundo em matéria de pescado, alimento de reconhecida capacidade nutritiva, rico em proteínas de alto valor biológico, sais minerais e vitaminas.

As albacoras, que nada mais são do que os atuns, estão inundando os nossos mercados e trazendo ao povo carne saborosa, nutritiva e barata, excelente substituto da carne bovina.

(Da Divisão Técnica do SAPS)

BRASILIANAS

● Diamantes

A produção mundial de diamantes fez sensíveis progressos em 1955. Segundo dados divulgados pelo Boletim do Escritório Comercial de Amsterdam, passou de 20,5 milhões de quilates em 1954 para 21,4 milhões em 1955, isto é, aumentou de 4,2%. A produção se divide em grandes e pequenos países produtores, destacando-se, com 13 milhões

de quilates, o Congo Belga que fornece mais da metade dos diamantes produzidos no mundo. O segundo produtor — África do Sul — figura, na estatística mundial, com 2,6 milhões de quilates, seguindo-se Angola, com 743 mil quilates.

A posição do Brasil — que, segundo a mesma fonte, produziu 300 mil quilates em 1955, contra 250 mil em 1954 — ainda que registre um aumento de 20%, no período

MOVIMENTO DE DIAMANTES NO DISTRITO FEDERAL EM 1956/57

PERÍODO	MERCADO INTERNO		EXPORTAÇÃO	
	Quilates	Cr\$ 1 000	Quilates	Cr\$ 1 000
1956	42 919	63 279	3 258	6 494
Janeiro	1 921	3 695	—	—
Fevereiro	313	1 146	—	—
Março	2 030	2 734	—	—
Abril	5 496	8 021	—	—
Maio	2 886	5 049	—	—
Junho	2 884	4 545	—	—
Julho	3 769	5 454	—	—
Agosto	3 344	4 358	—	—
Setembro	2 294	3 487	—	—
Outubro	3 734	3 888	—	—
Novembro	5 852	8 368	226	508
Dezembro	8 396	12 314	3 032	3 986
1957:				
Janeiro	3 523	6 199	4 381	10 056
Fevereiro	3 478	5 352	—	—

Fonte: Diretoria de Rendas Internas, Ministério da Fazenda.

pretende iniciar dentro em pouco a execução de seu segundo plano de expansão com o objetivo de elevar sua capacidade de produção para 500 mil toneladas anuais de aço em lingotes, a partir de 1960.

("O Pioneiro" — Cia. Siderúrgica Beço-Mineira — Abril de 1957.)

● A posição do Brasil na produção de ácido sulfúrico

Diz-se que a produção de ácido sulfúrico constitui um dos mais seguros índices para medir o grau de industrialização de um país. No Brasil, que desde algum tempo adquiriu a auto-suficiência quanto ao seu abastecimento, o consumo desse importante material básico, cujo emprego se estende a quase todos os ramos da indústria manufatureira, já ultrapassa largamente as cem mil toneladas. Em 1955, treze empresas que responderam aos questionários do Registro Industrial do IBGE declararam haver produzido 109.699 toneladas, no valor de 239.199 milhares de cruzeiros.

Atualmente, nossas importações de ácido sulfúrico são insignificantes, situando-se em torno de apenas cinco toneladas anuais. Embora no curso de perto de meio século nunca tivéssemos recebido do Exterior quantidades muito grandes, chegamos em alguns anos a importar mais de 800 toneladas (em 1913 a 1929). A partir dessa data, nossas importações passaram a declinar, coincidindo com o aumento da produção nacional e do consumo interno, os quais acompanharam o surto da indústria brasileira nos três últimos decênios.

Nos países altamente desenvolvidos, a fabricação desse material atinge quantidades superiores às de qualquer outro produto químico básico, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a produção vai além de 15 milhões de toneladas. No Brasil, as principais fábricas de ácido sulfúrico que produzem em bases comerciais estão localizadas em quatro Estados: O maior produtor é São Paulo (86.111

toneladas, no valor de 178,4 milhões), seguindo-se o Estado do Rio (17.780 toneladas, no valor de 42,8 milhões), o Rio Grande do Sul (5.733 toneladas, 17,5 milhões) e, por fim, Minas Gerais (75 toneladas, no valor de 441 mil cruzeiros).

("Do Noticiário".)

● Estanho

Há no Brasil trinta e seis jazidas de estanho em exploração industrial. Vinte e cinco localizam-se no Estado de Minas Gerais, concentrando-se na região de São João del Rei, o mais importante distrito estanífero do país. Na zona de São João del Rei encontra-se, por sinal, a mina de cassiterita (minério de estanho) de Volta Grande, maior produtora brasileira desses valiosos minerais.

A produção brasileira de cassiterita é muito inferior às necessidades do consumo. Em média temos produzido menos de 400 toneladas de minério por ano, de forma que a importação cresce gradativamente. Os programas da Divisão de Fomento Mineral do DNPM, visando o desenvolvimento da mineração estanífera, encontram assim vigoroso estímulo na precariedade da produção nacional. Esse órgão do Ministério da Agricultura mantém em São João del Rei um grupo de especialistas encarregados de proceder ao estudo sistemático dos depósitos do minério, determinando as reservas e efetuando as análises técnicas do material extraído, de modo a fornecer aos mineradores elementos seguros que propiciem o êxito econômico da exploração.

Em colaboração com empresas mineradoras, foram realizadas no ano passado 66 sondagens na localidade de Volta Grande; 12 na zona do Ribeirão Cachoeirinha; e mais 119 furos em outros trechos na bacia do rio das Mortes, onde se localizam as mais ricas ocorrências do mineral. Na zona de Volta Grande, as perfurações revelaram além de cassiterita, a presença de outros minérios de grande interesse econômico, tais com djalmaita, tantalita,

monazita, zirconita, minérios portadores de urânio e outras substâncias radioativas.

Toda a produção brasileira de estanho é consumida pela indústria siderúrgica nacional. Em Volta Redonda, funciona a Companhia Esta-

nifera do Brasil, associada à Companhia Siderúrgica Nacional, que absorve quase toda a cassiterita extraída no país. Até do Território do Amapá, onde se localizou uma jazida, vai minério para Volta Redonda. (Do noticiário.)

● Veículos em circulação no Brasil em 30-VI-957

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	AUTOMÓ- VEIS		Cami- nhões (*)	Ôni- bus	Total	Moto- cicle- tas	Tra- tores
	Parti- culares	Alu- guéis					
Ter. de Rondônia	53	21	131	10	205	19	23
Ter. do Acre	59	18	198	16	280	36	15
Amazonas	1.381	402	1.366	162	3.291	400	294
Ter. do Rio Branco ...	13	5	53	5	78	8	7
Pará	1.887	483	2.604	391	5.345	592	457
Ter. do Amapá	94	17	329	28	468	44	34
Maranhão	807	308	949	153	2.217	316	270
Piauí	675	310	1.089	138	2.233	351	275
Ceará	3.322	1.277	5.843	591	11.032	1.379	1.113
Rio Grande do Norte ..	1.403	472	2.452	291	4.628	668	454
Paraíba	1.956	727	3.554	428	6.665	880	660
Pernambuco	8.972	3.050	13.827	1.417	27.266	2.717	2.474
Alagoas	1.353	443	1.994	243	3.978	559	450
Sergipe	936	298	1.565	208	2.997	574	469
Bahia	5.824	2.309	8.679	892	17.695	1.916	1.512
Minas Gerais	15.176	6.103	28.293	2.391	52.963	4.712	4.071
Espírito Santo	2.191	655	3.964	463	7.473	1.114	855
Rio de Janeiro	9.525	4.193	13.226	1.909	28.855	3.025	2.629
Distrito Federal	79.103	18.144	59.311	4.510	161.468	6.916	1.370
São Paulo	117.672	28.152	124.860	8.637	279.481	15.301	14.654
Paraná	15.591	4.572	26.099	1.855	48.117	3.422	3.149
Santa Catarina	5.079	2.013	10.612	895	18.599	1.707	1.208
Rio Grande do Sul ...	39.958	8.561	39.788	2.845	79.153	5.726	3.710
Mato Grosso	1.484	593	3.442	379	5.289	701	435
Goiás	1.925	752	4.795	378	7.850	830	617
BRASIL	305.602	84.050	355.892	29.668	778.222	53.914	41.207

Fonte: Instituto Brasileiro de Cadastro. (*) Caminhões, Camionetas e Jipes.

● Indústria de adubos no Brasil

Foi recentemente inaugurada, em Pernambuco, uma grande fábrica de superfosfatos denominada "Fosforita Olinda S. A.", constituída por capital particular.

Aproveitando-se das ricas jazidas descobertas no município de Olinda, que se estendem por mais de 60 quilômetros, e são consideradas das mais preciosas do mundo pelo

volume e riqueza em fósforo, a nova fábrica foi construída próxima ao porto de Recife e aparelhada com todos os requisitos da técnica moderna. Pode produzir cerca de 250.000 toneladas anuais de adubos. A fábrica piloto, já em funcionamento há algum tempo, tem produzido um superfosfato de comprovado valor nas culturas em geral.

(Do noticiário.)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de setembro do corrente ano:

a) Do exterior:

Argentina	— Revista del Suboficial e Revista Militar
Equador	— Revista Militar
França	— Revue Militaire d'Information
Itália	— Rivista Militare
Paraguai	— Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion
Portugal	— Revista Militar
U.S.A.	— Revista Aérea Latino-Americana e Military Review
Venezuela	— Revista de las Fuerzas Armadas

b) Nacionais:

- "Brigada Gaúcha"
- "Mensagem Econômica", da Ass. Com. de Minas Gerais
- "Militia", da Força Pública do Est. de São Paulo
- "Revista do Cons. Nac. de Economia"
- "Revista Militar Brasileira"
- "Pára-quedista", do Núcleo da Divisão Aeroterrestre
- "Revista Esso"

MERCEDES-BENZ

VANGUARDEIRA DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL

1) A MBB é uma sociedade anônima, com sede social em São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, constituída com capitais mistos, nacionais e estrangeiros, subscritos pelo Sr. Alfred Jurzykowski, brasileiro e pela Daimler-Benz A.G. de Stuttgart, da Alemanha. Não possui filiais no estrangeiro, nem é filial de firma estrangeira.

A empresa foi fundada com o propósito de organizar uma indústria automobilística no país. A construção da fábrica foi iniciada em 1953, e em setembro de 1956, inaugurada, e como primeiro modelo a ser industrializado foi escolhido o caminhão de 5/6 toneladas.

A Daimler-Benz A.G., da Alemanha, como associada da MBB assumiu as seguintes obrigações: a) amplo apoio no planejamento e na instalação da fábrica, assim como na produção; b) envio de técnicos para cargos de direção, execução e controle; c) fornecimento de desenhos, especificações materiais e outros detalhes técnicos; d) responsabilidade pela qualidade dos veículos fabricados no Brasil; e) autorização para utilizar as suas patentes e marcas.

A Administração da MBB é dividida em dois grupos principais: a) Conselho Administrativo, b) Diretoria. São os seguintes componentes destes grupos: *Conselho Administrativo*: Presidente: Alfred Jurzykowski, brasileiro, industrial; Dr. Fritz Koenecks, alemão, industrial, Presidente da Diretoria da Daimler-Benz A.G., na Alemanha; *Membros*: General Edmundo Macedo Soares, brasileiro, engenheiro, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional; Dr. Glycon de Paiva, brasileiro, engenheiro, ex-Presidente do BNDE; Arnold Wychodil, alemão, industrial, Diretor da Daimler-Benz A.G.; Dr. Marcos de Souza Dantas, brasileiro, banqueiro. *Diretoria*: Diretor-Presidente: Dr. Othon Barcelos, brasileiro industrial; Diretor Superintendente: Ludwig Winkler, austríaco, engenheiro, industrial. Diretores: Dr. José Maurício de Andrade, brasileiro, industrial; Jakob Friedrich Haug, alemão, engenheiro, Diretor-técnico da Daimler-Benz Alemanha; Zygmunt T. Koszutski, brasileiro, industrial; Paul Kraas, alemão, economista. Esta administração conta com a colaboração de um considerável corpo técnico, diretamente responsável pela produção e respectiva qualidade, composto de técnicos cedidos pela Daimler-Benz A.G. e técnicos contratados no país.

Estrutura Financeira do Investimento

Os investimentos da MBB têm sido realizados com recursos próprios sem qualquer financiamento do BNDE, Banco do Brasil ou qualquer outra entidade nacional de crédito. O total do investimento até junho de 1961, atingira o valor de US\$ 21.863.694,63, correspondendo a um investimento em máquinas e equipamentos sem cobertura cambial no valor de US\$ 18.945.076 e US\$ 2.918.618,63 de transferências de fundos do exterior.

Programa de Produção já em execução

A N O	CAMINHÃO L-312	CAMINHÃO LP-312	ÔNIBUS O-321-H
1957	3.050	1.430	1.050
1958	4.770	2.310	1.350
1959	6.140	3.060	3.300
1960	6.140	3.060	3.900
Total	20.100	9.860	9.600

Índice de Nacionalização

Conforme decreto n. 39.569, a nacionalização dos caminhões fabricados no Brasil devia atingir, em 1 de julho de 1957, 40%. Num esforço sem paralelo a MBB superou a determinação deste decreto atingindo na data indicada 49 % para o chassi de caminhão L-312 e 57,7 % para o LP-312. E o motor Diesel superou tôdas as previsões oficiais, pois a sua fabricação no Brasil já alcançou 63,8%. Em 1960, a produção dos caminhões e ônibus MBB será nacionalizada acima de 90%.

Planos futuros quanto aos carros 180D, Trator Unimog, Caminhão Pesado

Pretende a MBB depois de acurado estudo do mercado brasileiro iniciar a fabricação dos seguintes veículos: 1 — Automóvel modelo 180D — Trata-se de um veículo médio, de quatro portas, chassi monobloco, linhas modernas, acionado por motor Diesel de, podendo percorrer até 100 Km com apenas 6,3 litros de óleo; 2 — Unimog — é um trator de grande versatilidade, além de perfeito trator agrícola é um

veículo universal, podendo trabalhar em terrenos pantanosos e acidentados, equipados com motor Diesel de 35 HP, tração nas quatro rodas, velocidade de 60 km/h, consumo de combustível de 10 litros por 100 km, força de tração excepcional podendo rebocar cargas até 60 toneladas. Está sendo utilizado em grande escala no Exército alemão e suíço. 3 — Caminhão LP-315 — Veículo da classe pesada, capacidade de carga do chassi de 9.390 kg, acionado por motor Diesel de 155 HP, de grande resistência e baixo custo de manutenção, consumo de 18,4 litros de combustível por 100 km, podendo ser adaptado facilmente para fins militares, com a inclusão de um eixo dianteiro motriz, que permite a extraordinária capacidade ascensional de 59,5%.

Iniciativas no campo do ensino técnico médio (operários)

Mão-de-obra — A Mercedes-Benz do Brasil conta atualmente com mais de 1.300 funcionários. Na fábrica existem 22 engenheiros e mestres da fábrica da Alemanha, sendo que o resto de técnicos, mestres e operários são brasileiros. É interessante frisar que muitos dos operários e mestres brasileiros têm feito estágios na fábrica da Daimler-Benz na Alemanha, voltando ao Brasil com os seus conhecimentos aprimorados pelos ensinamentos adquiridos.

Treinamento local — A Mercedes-Benz do Brasil mantém ainda uma escola de aprendizes dirigida por um técnico da Alemanha. Nesta escola, freqüentada na sua maioria por filhos de operários da fábrica, os aprendizes recebem uma instrução especializada durante três anos. A instrução tem início com um curso básico de mecânica de seis meses, findo o qual são realizados exames para determinar a vocação dos rapazes com o fito de encaminhá-los para a especialidade de sua predileção. Esta escola é talvez uma das maiores iniciativa da Companhia pois visa a dar ao Brasil uma tradição de especialistas da indústria automobilística nos moldes da Daimler-Benz onde trabalham hoje homens da terceira geração, isto é, onde existe uma verdadeira família Mercedes-Benz. A escola de aprendizes é o início dessa tradição e o alicerce profundo para o sucesso da indústria automobilística brasileira.

Laboratórios — Dispõe a Mercedes-Benz do Brasil de laboratórios de controle de qualidade de material que podem ser comparados com os maiores da Europa. Nestes laboratórios é controlada a qualidade dos aços e outros metais, das peças enfim, de cada "ingrediente" dos veículos fabricados pela Companhia. Existem aparelhos para controle químico, moderníssimos equipamentos de ultra-som, alta freqüência, microscópios, aparelhos de tortura, enfim, uma série de instalações que visam a garantir ao produto brasileiro a mesma qualidade da famosa indústria alemã.

O CAFÉ E A SEGURANÇA NACIONAL

Aos estudiosos dos problemas econômicos brasileiros, não poderá passar despercebida a marcante influência do café, em sua balança de pagamentos, há mais de século.

O café é, ainda, como produto de primeira ordem de exportação, de importância primacial nas relações comerciais que estão estabelecidas entre os Estados Unidos e o bloco Latino-Americano. Basta dizer que dentre os 20 estados que o integram 14 têm na rubiácea o elemento mais ponderável em suas relações de troca.

No que tange particularmente ao Brasil, é tão séria esta influência que, por ocasião das crises cíclicas do mercado, sofremos pesadamente os impactos, de tal forma afetam muitas vezes os índices de segurança econômica, e conseqüentemente política e social, que nos cabe manter a todo o custo e trabalhar para elevar no futuro.

No planejamento do desenvolvimento econômico nacional, através de seus programas de ação ou metas a atingir, deveremos poder contar ainda por muitos anos com a renda decorrente do café e pela sua melhor aplicação em investimentos públicos ou privados, ir a pouco e pouco transformando uma economia de baixa renda nacional em condições de um estágio de desenvolvimento econômico emancipado.

Para tal, cumpre resguardar na política econômica do País os imperativos da assistência ao produto que lhe carrega maior soma de divisas. Assim, quando se pensa em defesa de preços e se age na execução desta defesa, cumpre estejamos cientes do que representa um melhor preço na mecânica das transações comerciais.

O problema neste particular não é só do café, como também não é só do Brasil. É de todos aqueles países que têm como base de seu comércio os produtos primários, especialmente os de origem agrícola.

Toda vez que permitimos que pelo abandono do mercado caiam os preços, estamos de certa maneira enfraquecendo o nosso potencial econômico. As conseqüências de um menor ingresso de divisas e possivelmente uma progressiva perda substancial em volume e valor do produto devem ser encarados e combatidos com todos os recursos disponíveis.

Sabido é que todos os países civilizados procuram evitar as flutuações cíclicas das suas riquezas básicas, minorando ou compensando suas conseqüências. Estas começam atingindo, através do comércio, os próprios produtores — em especial na agricultura — tendendo a se espalharem por toda a estrutura econômica.

As redistribuições bruscas da renda real em desfavor dos produtos primários é fator de instabilidade que, imediatamente repercute no campo social e político. Isto, no setor interno. No setor externo, o impacto reflete-se, primeiramente, através da deterioração dos termos de troca e na diminuição de ingressos em divisas estrangeiras, com as inevitáveis conseqüências, sobre o balanço de pagamentos.

Pode acontecer que em certos países as repercussões não sejam imediatamente sentidas pelos produtores primários ou pelos exportadores, em virtude dos processos de desvalorizações cambiais, que compensam, pelo reajustamento dos preços em moeda interna, a queda real em divisas.

Todavia, mesmo que os produtores sejam provisoriamente anestesiados, no entanto, acabam por sentir as repercussões, induzidas, isto é, as conseqüências da diminuição da prosperidade geral.

Dai, o cuidado que merece aos olhos dos responsáveis pela coisa pública em nossa terra, a conjuntura cafeeira.

Mesmo porque de sua evolução muito dependem os fatores a serem somados ao nosso progresso. O Brasil não é um pequeno país primitivo, ou de vida exclusivamente agrária. Pelo contrário, com uma população total acima de 60 milhões, da qual vinte e cinco milhões nos centros urbanos, a exercer um constante efeito de polarização sobre o interior, com uma ativa indústria, que contribui com a maior parcela da renda nacional, com necessidades rígidas e crescentes de importar na ordem de 550 milhões de dólares (petróleo, trigo e máquinas etc.) só na área do dólar e por volta de 750 milhões, provavelmente, dentro de cinco anos (não computadas as amortizações dos compromissos internacionais a curto prazo e não se contando a expansão do parque de bens de produção), as condições existentes não são de molde a se contar com muita flexibilidade ou com fáceis reajustamentos. Pelo contrário, a fixidez das necessidades de divisas e a alternativa de deterioração dos preços do café criam para nós um quadro de séria expectativa a mobilizar o que existe de melhor e mais valioso no sentido de resguardar a economia cafeeira de quaisquer impactos mais fortes ou bruscos que possam atingi-la.

Justo, pois, chamar a atenção dos homens da administração, dos setores do comércio e da produção, para o desvelo e carinho que cumpre manifestemos em relação ao café. Neste particular, apontaríamos em síntese algumas das muitas considerações que devem ser levadas em conta para a boa posição do café, na economia nacional :

- 1) É conveniente recomendar-se que nos novos tratados comerciais que se celebram com os principais países consumidores do café, se trate de proteger o comércio do produto por constituir ele um meio pelo qual se canaliza fonte considerável de divisas e por ser também o elo inicial de uma corrente de relações amistosas entre os povos, que urge estimular e desenvolver ;
- 2) É imperativo evitar que o café quando luta por um preço justo, dentro da igualdade oferta-procura, seja submetido a pressões de baixa, provocadas por causas de vária índole, o que pode levar à fixação dos preços em períodos curtos, inferiores aos de custo de produção ;
- 3) Uma das principais medidas defensivas são os sistemas modernos de financiamento aos agricultores ou de prêmios a exportadores, entre os quais se encontram os "Fundos" estabilizadores, de que se armam os países produtores para melhorar suas posições de controlar o preço, no mercado internacional ;
- 4) Importante será criarmos em torno do café uma mentalidade eminentemente econômica, de índole social, não especulativa de posições de alta ou baixa, que tantas vezes são manipuladas por interesses frontalmente contrários aos da comunidade nacional em seu conjunto ;
- 5) Lógico também será manter em torno das autoridades que tem mais diretamente o trato com os negócios do café, uma atmosfera de discrição e de resguardo, sem o que podem aparecer e circular, rumores que dêem lugar a especulações baixistas.

O principal, contudo, é estimular entre os responsáveis pela direção dos problemas econômicos do país, o estudo e acompanhamento atento da conjuntura cafeeira, permitindo as melhores soluções que coloquem o produto naquela posição de legítimo equilíbrio, que lhe compete na realidade brasileira. Que deu frutos fecundos no passado e que esperamos ainda por muitos anos possa lhe propiciar a base maior de nosso progresso e desenvolvimento.



O FOGUETE

EVOLUÇÃO. LIMITAÇÕES E FUTURO

Cap VASCO RIBEIRO DA COSTA

Das 1.500 bombas voadoras que os alemães fizeram cruzar o Canal da Mancha para destruir a Inglaterra, 1.115 atingiram o seu território e 518 caíram sobre Londres, iniciando com incrível ferocidade, a era dos foguetes e dos projetis dirigidos.

Quanto aos foguetes, não constituiram novidade, pois eram invenção dos Chineses que os empregaram em 1232 na defesa da cidade de Pien-king contra os invasores mongóis; e os ingleses também o conheciam desde fins do século XVIII. Apenas o tempo e o espaço modificaram as formas e os meios de aplicação até os nossos dias.

Em agosto de 1943, um avião alemão executou o primeiro ataque com bomba controlada pelo rádio contra um navio inglês, na Baía de Biscaia. O resultado desse novo método de guerra, partindo do ar e utilizando a propulsão a foguete, foi imediatamente catalogado como o começo da corrida pela supremacia em projetis guiados. A propulsão a jato e o rádio

entraram rápida e eficazmente nas listas dos grandes orçamentos, enquanto as nações empenhadas na luta procuravam avançar o máximo nesse novo campo da arte da guerra. Os cientistas a soldo de Hitler aperfeiçoaram as suas terríveis V-2, provocando estas palavras do Gen Eisenhower então Comandante-chefe das tropas de invasão: "Está provado que, se os germânicos tivessem obtido sucesso no uso desse projétil seis meses antes, nossa invasão da Europa teria sido excessivamente difícil, ou talvez impossível".

O reconhecimento do potencial da nova arma nos conduz à análise do seu emprego como fator decisivo nas lutas do futuro, que, praza aos Céus, nunca se desencadeiem.

A — EVOLUÇÃO

1 — Como se desenvolveu o foguete.

Afirmamos, ao iniciar este estudo, que os Chineses foram os primeiros (como em quase todas as

artes e ciências do Mundo) a usar o foguete. Da China espalhou-se para a Índia e Arábia, seguindo o seu curso normal de progresso. Os ingleses foram surpreendidos, pela primeira vez, quando cercavam as muralhas de Seringapatam, em 1792. A defesa indiana fez chover sobre suas tropas grande quantidade de uma arma desconhecida, causando-lhes muitas baixas. Imediatamente trataram de adotar o mesmo tipo contra os adversários, capturando, por fim, a cidade-la. Foi-lhes amargo esse contacto inicial com o foguete, mas, como sempre acontece, tiraram proveitosos ensinamentos. Mais tarde, por volta do ano de 1800, a Europa teve conhecimento mais direto com uma nova arma impulsionada pelos gases expelidos de um foguete aperfeiçoado e pôsto em experiências pelo célebre Coronel William Congreve. Foram os conhecidos "foguetes a Congreve" também empregados pelas tropas brasileiras na Guerra do Paraguai.

Os aperfeiçoamentos introduzidos no foguete Congreve permitiram o bombardeio de Boulogne, em 1806, e a quase completa destruição de Copenhague, em 1807, pelos ingleses, na guerra contra Napoleão. Deve-se ao Corpo Britânico de Foguetes, a quebra do poder napoleônico em 1813, durante a batalha de Leipzig.

Em 1814 a jovem nação norte-americana conhecia os foguetes incendiários atirados pelas tropas da Inglaterra, quando suas forças defendiam a Capital na batalha de Bladensburg. E já na guerra contra o México, em 1846, os Estados Unidos empregaram foguetes aperfeiçoados com 3 palhetas curvas soldadas à parte posterior, dando-lhes movimento de rotação em torno do eixo longitudinal, pela própria força dos gases propelentes que, passando pelas palhetas, asseguravam-lhes estabilidade no ar. Deveu-se mais esse avanço da técnica ao jovem e talentoso norte-americano William Hale.

Somente depois de 1850, é que os foguetes foram esquecidos e

mesmo abandonados como arma de guerra. A introdução de novos aperfeiçoamentos na artilharia de longo alcance, tornaram obsoletos os foguetes e ninguém mais com eles se preocupou, até a eclosão da I Grande Guerra Mundial. Alemães, franceses, russos, ingleses e norte-americanos (estes já no final), usaram, reciprocamente, foguetes carregados com pólvora para abrir passagens nas defesas de arame farpado, ou contra balões de observação utilizados naquela época. (fig 1). Não passou daí, porém, o seu concurso como arma essencialmente de destruição.

Depois da guerra, coube ao alemão Fritz von Opel, e a outros europeus, as primeiras experiências com foguetes adaptados a autos de corrida e aeroplanos, como força propulsora, sem resultados muito compensadores. Um outro alemão, o professor Hugo Junkers, tirou vantagem das idéias de von Opel e desenvolveu o jato empregando a pólvora dos foguetes, obtendo êxitos apreciáveis. Entretanto, já nos Estados Unidos o Dr. Roberto H. Goddard estudava a aplicação de suas teorias para os foguetes. Seus trabalhos experimentais são, ainda hoje, considerados básicos para os sistemas atualmente em uso.

O princípio do Dr. Goddard era simples: obter o máximo de empuxo com uma câmara de combustão em sistema de abastecimento multifásico, isto é, a conexão de foguetes sucessivos impelindo a carga útil. Gasolina e oxigênio líquido forneceram a força procurada que, em 1926, inaugurou definitivamente a fase das novas pesquisas. Cabe aqui salientar que o Dr. Goddard se preocupava apenas com o voo no espaço e com as futuras investigações estratosféricas; nunca poderia conceber fôse o seu foguete usado como arma de terrível destruição em massa. É curioso observar, pelo estudo da história, que quase todas as grandes invenções destinadas ao bem-estar da humanidade, têm

feito de faca de dois gumes. O avião de Santos Dumont e o foguete do Dr. Goddard são, entre tantos outros, exemplos irrefutáveis. Temos de concordar, contudo, que trazem dentro de si a virtude hodierna de evitar a tremenda, imprevisível e devastadora guerra do futuro.

2 — O que se esperava do foguete.

Desde os primeiros estudos do norte-americano Goddard, quando

nha foi grande esse entusiasmo entre os jovens caçadores de aventuras, mas o advento de Adolf Hitler mudou-lhes os planos. O Exército Germânico, com o tratado de Versalhes ainda atravessado na garganta, orientou seus cientistas para a construção de uma nova e devastadora arma de guerra, criando, para esse exclusivo fim, centros de pesquisas. O mais notável deles foi o de Peenemunde, no Mar do Norte, que co-

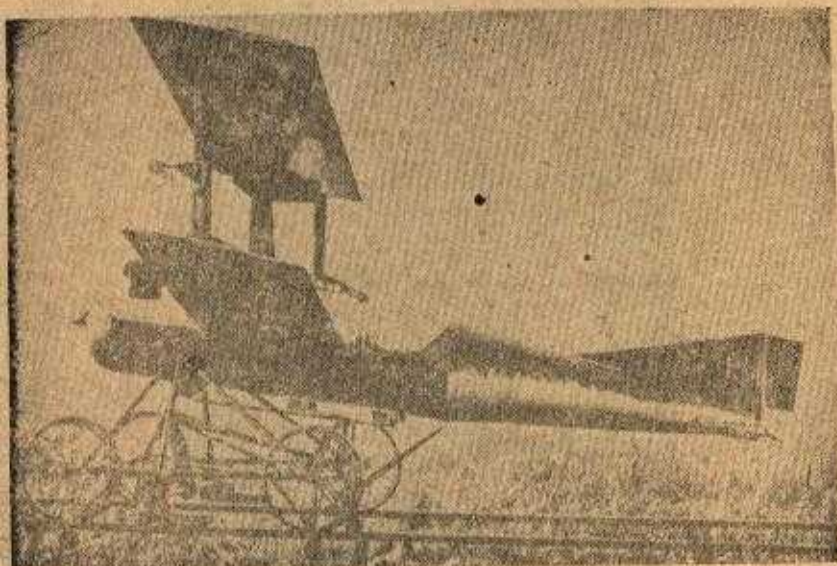


Fig. 1

Foguete utilizado pelos norte-americanos contra as linhas alemãs, na 1ª Guerra Mundial. Foi o primeiro projétil "guiado", utilizando lançamento sobre trilhos

oferecia o seu invento como precursor das explorações da atmosfera superior a serviço dos postos meteorológicos, já se podia imaginar o que ocorreria nos anos vindouros. A obra do romeno professor Herman Oberth intitulada "Por um Foguete no Espaço Planetário", publicada em 1923, entusiasmou amadores em todo o Mundo, chegando mesmo a provocar a formação de sociedades para viagens ao espaço. Na Alema-

meçou suas atividades em 1936. O primeiro sucesso foi a V-1, cujas provas secretas foram descobertas pelo Serviço de Espionagem Inglês. O bombardeio das instalações retardou as experiências com o novo modelo, que, finalmente, resultou na barulhenta V-2 lançada sobre Londres com efeitos devastadores. Novos engenhos combinados com o jato-propulsão teriam sido postos em ação, caso não terminasse a II Guerra

Mundial. E com ela findou o ciclo do foguete, quanto à sua aplicação como arma lançada a grandes distâncias e sem alvo definido. Não devemos esquecer, entretanto, que todos os beligerantes empregaram, sob diversas formas, o foguete. Tivemos assim os russos com o

são, um foguete livre pode operar independentemente do oxigênio do ar, dado a tremenda impulsão alcançada pela queima violenta do seu combustível. Entretanto, não sendo controlado, torna sua trajetória imprecisa e afetada por diversos fatores, como por

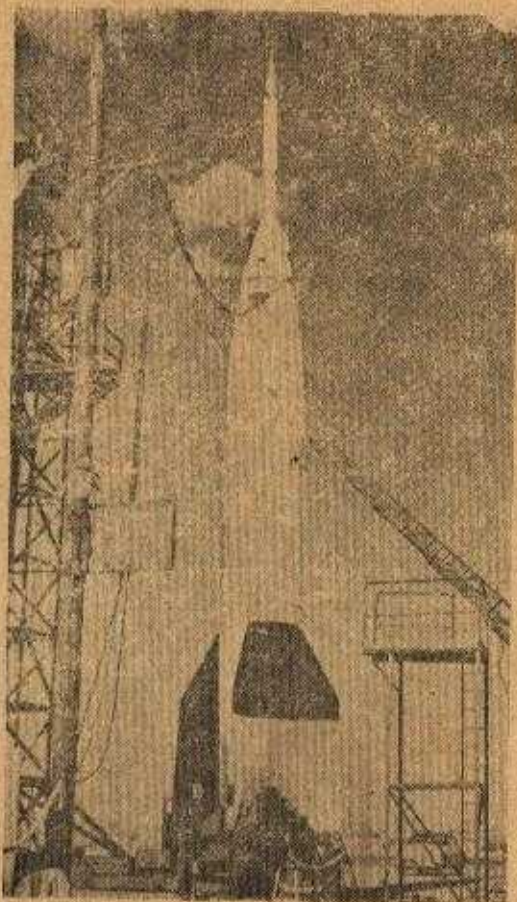


Fig. 2

"Katyusha", os nazistas usando o "Nebelwerfer" 41 e a notável, porém popular bazuca dos norte-americanos.

B — LIMITAÇÕES DOS FOGUETES E DOS PROJÉTIS GUIADOS

1 — Inicialmente, pela própria condição de sua forma de propul-

ção, as variações de temperatura, ventos fortes nas diversas camadas da atmosfera, a força de Magnus provocada pela rotação, etc, tudo isso, evidentemente, em função da distância que terá de atingir. Tem maior alcance, porém, menor precisão, funcionando como um projétil de artilharia que, ao

ser lançado, não pode mais ser controlado. A bomba que transporta — atômica ou não — poderá compensar, com seu raio de ação, essa desvantagem.

2 — Quanto ao projétil dirigido, a limitação de emprego é, apenas, o seu peso. Isto porque os elementos eletromecânicos que conduz

pecífico e determinado de alvo. Tem, pois, menor alcance e maior precisão.

Estas limitações não são necessariamente básicas. A técnica poderá transformar, no futuro, as características atuais em novas formas de emprego, ou adaptá-las a novos tipos de projétil, já que

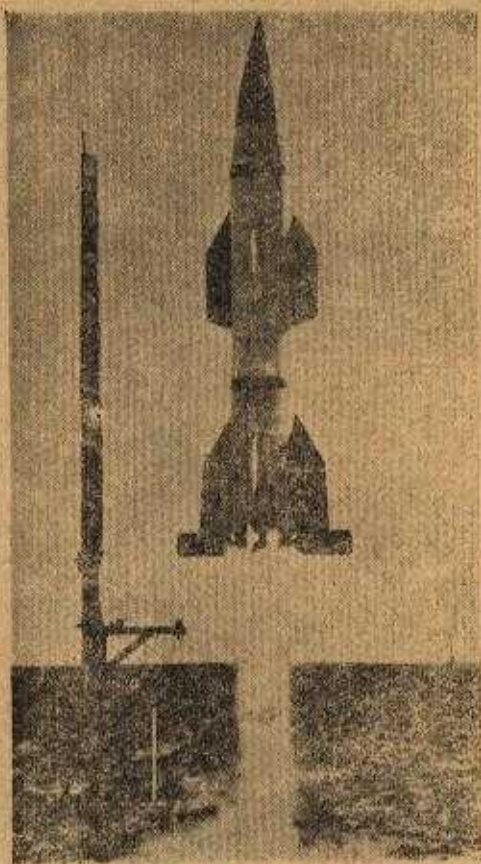


Fig. 3

no seu interior, destinados a estabilizar o voo e produzir acelerações laterais necessárias à obediência dos sinais que o dirigem, aumentam-no consideravelmente. A compensação reside na precisão dos seus próprios sistemas direcionais que o levam a um tipo es-

o campo se apresenta vastíssimo ao estudo e à investigação. Condições táticas poderão, a seu turno, determinar o modo de aplicação desses engenhos para destruir alvos móveis ou fixos, a curtas ou longas distâncias.

C — O FUTURO, TENDO COMO
BASE O PRESENTE

1 — Os foguetes tiveram admisão oficialmente como arma do Exército Norte-Americano em setembro de 1943. Os projetis guiados foram, através dele, introduzidos na família dos engenhos

constitutivos de uma nova forma de organização militar mais eficiente. A prioridade dos dirigidos absorveu todos os outros projetos em estudo, mobilizando, por outro lado, as firmas especializadas juntamente com os cientistas e técnicos da indústria civil. Dêsse novo rumo obtiveram os primeiros

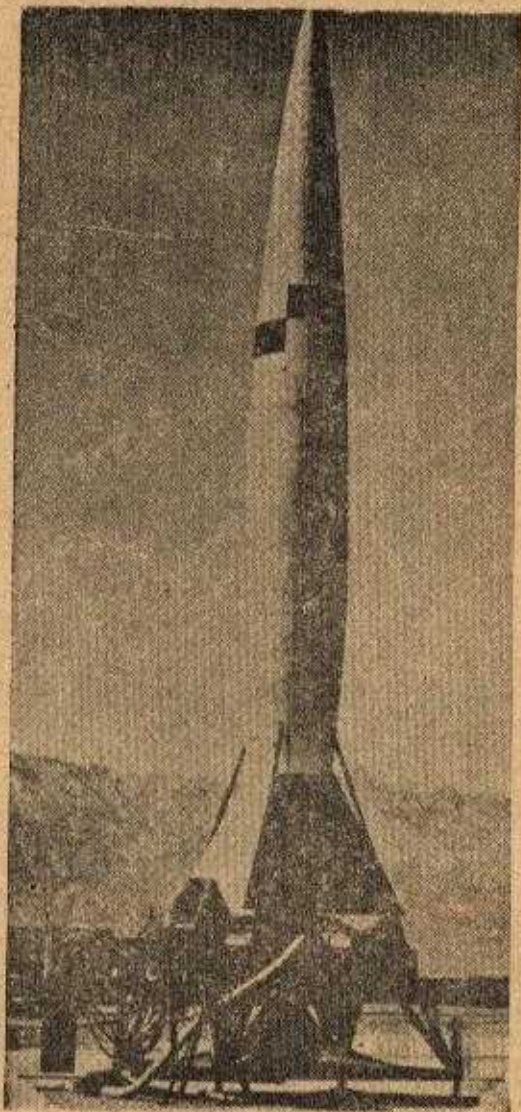


Fig. 4

experimentos feitos pela General Electric Company, com o desenvolvimento de um engenho para longa distância e grandes altitudes. Em 1949 subiu o Bumper, estabelecendo o incrível recorde de 392,5 km de altitude, à veloci-

nas novas armas, lugar êsse que mantém até hoje. O Exército, a Marinha e a Força Aérea dos Estados Unidos foram equipados com foguetes e projetis guiados, tornando-os orgânicos de suas forças. Com isto conseguiram transfor-

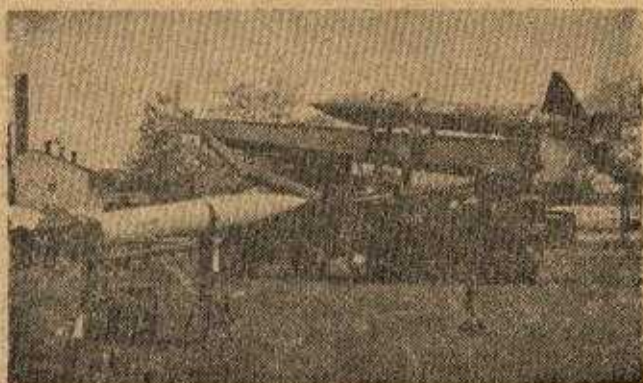


Fig. 5.

dade inicial de 8.300 km/h; em 1953 foi lançado o Hermes A-1, vindo depois o A-3, ambos em fase experimental (figs 2, 3 e 4). Vimos, assim, que, dentro do curto lapso de 10 anos, o foguete voltou a ter o seu lugar de honra

mar radicalmente a estrutura de sua defesa e tornar mais agressivo o seu ataque.

2 — Dentre os tipos de foguetes e projetis responsáveis por essa transformação, vamos estudar as duas classes principais, relativa-



Fig. 6.



Fig. 7

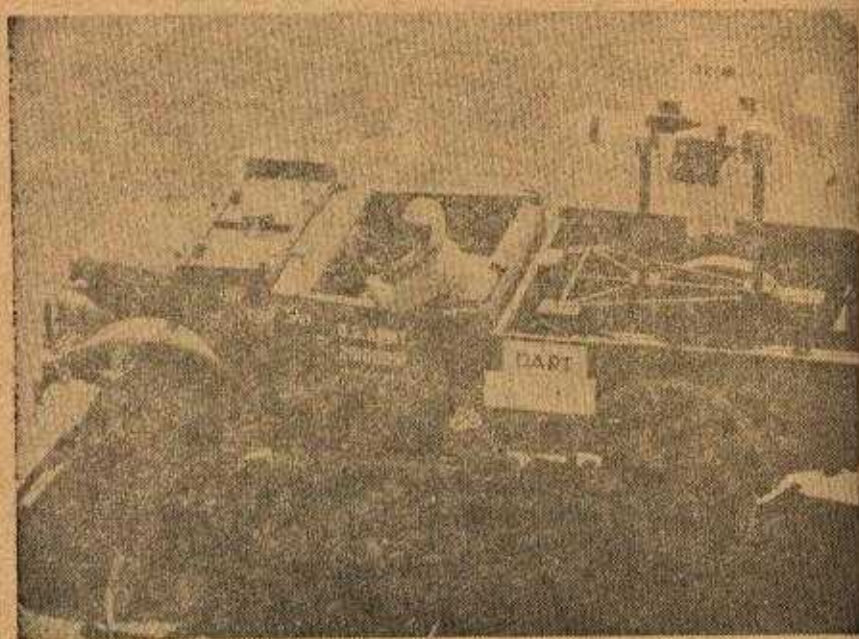


Fig. 8

mente ao seu emprêgo no Exército Norte-Americano.

A primeira trata dos foguetes no estágio atual de aperfeiçoamento os quais podem conduzir — ou não — bombas atômicas, integrando as forças táticas na Europa e na defesa continental. Temos assim os Honest "Johns", e Little, (figs 5 e 6).

A segunda, constituindo os dirigidos Dart e Lacrosse (figs 7, 8

missões de destruição, visto que, sendo também a precisão sua mais extraordinária característica, pode neutralizar fortificações que a artilharia não alcança.

Damos na página seguinte um quadro dos tipos aqui tratados, com as características atualmente conhecidas. Obviamente, alguns detalhes não podem ser divulgados.

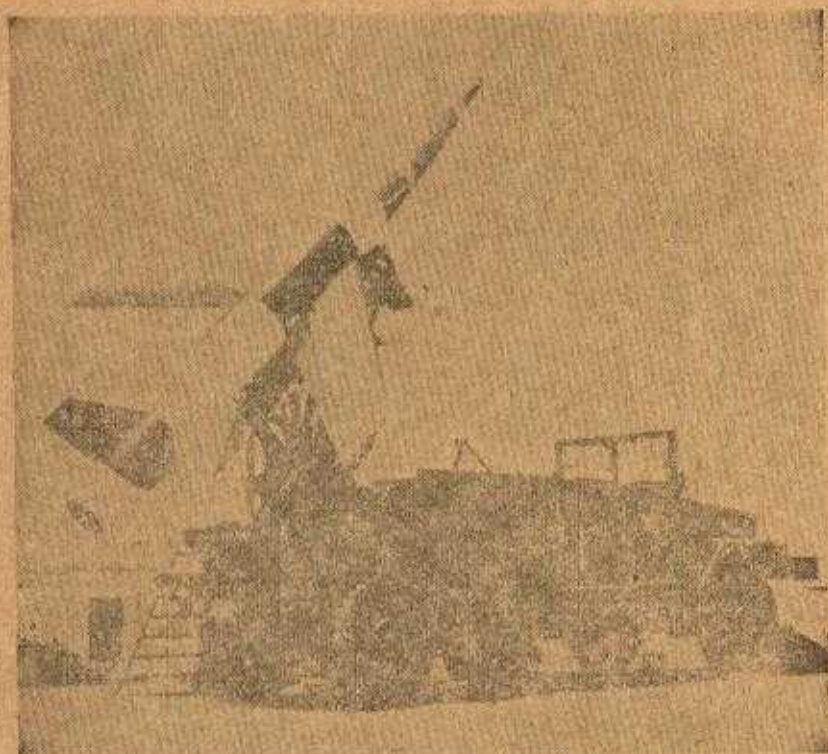


Fig. 9

e 9, 10), são a última palavra conhecida atualmente. O Dart, pequeno e mortífero, fácil de conduzir e de manobrar, é a resposta aos carros pesados; pode ser usado com sucesso nas unidades de Infantaria, quando em ataques rápidos e precisos. Já o Lacrosse completa a artilharia pesada nas

Vimos pelo Quadro n. 1, os foguetes e projetis da muito discutida Divisão Pentômica, ultimamente adotada pelo Exército dos Estados Unidos a qual se apoia na capacidade tática das novas armas. Será provavelmente esse tipo de Divisão, o núcleo do Exército do futuro.

QUADRO N. 1

FOGuetES

DESIGNAÇÃO	TIPO	ORGANICO DE	CAPACIDADE DA OGIVA	OBJETIVOS	MEDIDAS APROXIMADAS	TRANSPORTE
HONEST JOHN (fig. 6)	Livre	Bateria de Artilharia Divisionária	Fragmentação atômica	Pessoal e Equipamento	Comprimento: 8,23 m Diâmetro: 0,78 m	Viatura de 5 ton. com trilhão de lançamento de 7,62 m.
LITTLE JOHN (fig. 5) 1º Plano	Livre	Bateria de Artilharia Divisionária	Não conhecida	Pessoal e Equipamento	Comprimento: 3,85 m Diâmetro: 0,31 m	Helicóptero ou pequenas viaturas com suporte de lançamento.

PROJETIS

DART (fig. 7 e 8)	Guiado	Infantaria ou Blindados	Não conhecida	Fortificações e Carros Combate	Comprimento: 1,52 m	Pequenas viaturas ou carros de combate com suporte de lançamento.
LACROSSE (fig. 9 e 10)	Guiado	Bateria de Artilharia Divisionária	Não conhecida	Fortificações	Comprimento: 5,79 m	Viatura de 2,5 ton com trilhão de lançamento.

NOTA — Estes engenhos empregam propelente sólido.

D — CONCLUSÕES

O foguete continua como o inventaram os Chineses em 1232. Mudou de forma e de meios, mas a aplicação ainda é a mesma; passou por vários estágios e produziu transformações radicais nos métodos de guerra. É, hoje, uma forma de garantir a paz universal, pela qual todos nós queremos e devemos contribuir.

Ao criar a sua Divisão Pentômica, o Exército dos Estados Unidos da América do Norte teve em mira a continuação do programa de reforçar suas defesas por meio de foguetes e projetis guiados. Tornou, assim, mais independentes as pequenas unidades, quanto ao seu movimento, dando-lhes maior mobilidade de agrupamento na defensiva e a possibilidade de se dispersarem rapidamente

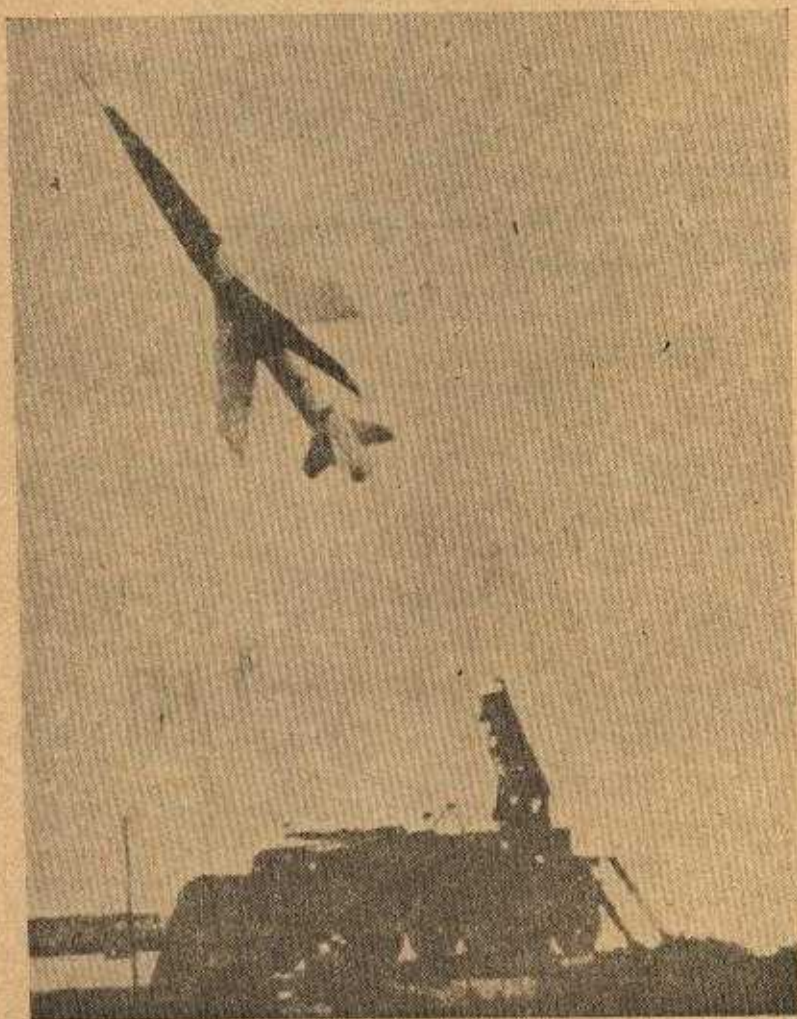


Fig. 10

quando atacadas por atômicos. Por outro ângulo, permitirão que as forças de superfície não só ampliem as suas zonas de operações, reduzindo ao mesmo tempo a sua dependência das forças aéreas-táticas, mas também rivalizem com as forças aéreas-estratégicas.

Dotando essas unidades com os foguetes e projetis guiados que

acabamos de estudar, transformou, como imperativo de progresso, a sua velha insígnia da arma de artilharia adotada desde 1907, para a que irá ser usada a partir de 1958: sobre os antigos 2 canhões cruzados, a silhueta em projeção horizontal de uma arma poderosa, impulsionada pelo foguete que ressurgiu. (Fig 11).



Fig. 11

NOTÍCIAS MILITARES

EXPERIÊNCIAS BRITÂNICAS CONTRA PROJÉTIS INTERCONTINENTAIS

A Inglaterra pretende realizar importantes experiências no curso das provas atômicas que se realizarão na Austrália, a fim de aperfeiçoar a defesa contra os projéteis balísticos intercontinentais. O redator de assuntos científicos do "Daily Express", Chapman Pincher, afirmou que os cientistas ingleses, reunidos no campo de provas de Maralinga, na Austrália, têm o propósito de fazer explodir pelo menos uma bomba atômica suspensa de um globo, ligado à terra, a fim de medir os efeitos da explosão no ar circundante. "Essa bomba poderia ser fabricada em tamanho suficientemente reduzido para ser levada por um projétil teleguiado que, por sua vez, poderia ser disparado visando a um foguete em voo contra nós", disse Pincher.

DOIS HELICÓPTEROS "WIDGEONS" PARA A MARINHA DE GUERRA

Serão entregues dentro em breve ao Brasil dois helicópteros "Widgeons", da "Westland Aircraft", os primeiros exportados pela referida firma para a América Latina, segundo declarou um porta-voz dos fabricantes. Trata-se da primeira encomenda estrangeira do "Widgeon", que fez seu primeiro voo em agosto de 1955 e despertou interesse mundial na demonstração aeronáutica de Farnborough no mesmo ano.

Os dois helicópteros, cujo custo ascende a 100.000 libras esterlinas, foram encomendados à "Westland Aircraft" pelo governo brasileiro que os destinará à Marinha de Guerra, para serviços de salvamento, comunicações e outros de tipo geral.

A decisão de comprar os "Widgeons" foi tomada pelo Departamento de Aeronáutica Naval, recentemente criado no Brasil, que, segundo se crê, se inspirou no notável serviço que vem prestando na Armada Real Britânica o helicóptero "Westland Dragonfly", que deu origem ao "Widgeon", que hoje o supera. A Armada Britânica está alterando seus "Dragonflies", acrescentando-lhes as melhorias do "Widgeon".

O preço do "Widgeon" permite-lhe concorrer com vantagem com seus similares, baseando-se o avião em aparelhos produzidos há algum tempo, reunindo, porém, os últimos progressos técnicos, e como conta com predecessores de êxito comprovado, inspira grande confiança, segundo declarou o porta-voz.

O "Widgeon", que dispõe de mais espaço do que o "Dragonfly", transporta cinco passageiros — ao invés de quatro: dois atrás, o piloto e outro ao seu lado. Pode converter-se facilmente, em quatro minutos, numa ambulância aérea com duas macas sobrepostas, e espaço para um médico. Possui um cabrestante hidráulico à direita, um cinturão e uma rede de salvamento que se podem lançar sobre o mar, pântanos ou bosques.

Impulsionado por um motor "Alvis Leonides 521-1", resfriado a ar, alcança uma velocidade de 95 nós e pode transportar meia tonelada de carga.

Um representante da firma construtora viajou recentemente pela América Latina para divulgar as características do "Widgeon".

PESQUISAS DA MARINHA DE GUERRA NA ILHA DE TRINDADE

Um dos objetivos do Ano Geofísico Internacional, que se realiza presentemente no Brasil à semelhança do que vem sendo feito em mais de 50 países, será de dotar os seus respectivos observatórios meteorológicos de melhores requisitos para uma previsão mais exata do tempo.

NA ILHA DE TRINDADE

A Marinha de Guerra Brasileira colaborará estreitamente para este estudo. Na Ilha de Trindade, já foi instalada uma estação radiotransmissora; também serão construídas três estações meteorológicas, a uma altura de 600 metros. A chamada praia dos portugueses foi o local escolhido para as instalações; barômetros, balões de hidrogênio subirão do local até 25 quilômetros, para pesquisa dos dados da pressão, umidade e temperatura. Haverá, também, termômetros e transmissores para completar o aparelhamento, através do qual serão feitas as sondagens duas vezes por dia.

Dominando toda a costa do nosso litoral, essas instalações permitirão que se preveja o tempo com bastante antecedência. E que haverá a possibilidade de interceptar, a certa distância, as correntes que se aproximam do continente. As primeiras sondagens experimentais já foram feitas no Rio de Janeiro, as que se farão na Ilha de Trindade deverão completar o êxito e demonstrar sua plena utilidade.

SONDAGENS NO MAR

Ainda, durante o Ano Geofísico Internacional, serão realizadas, pela Marinha, várias sondagens nas camadas mais profundas dos mares que banham nosso litoral, a fim de pesquisar as zonas de melhor pesca. Os navios-escola "Guanabara" e "Almirante Saldanha" partirão, brevemente, para efetuar esses trabalhos, dotados de equipamento especializado.

Por sua vez, o Serviço de Hidrografia e Navegação da Marinha, chefiado pelo Comandante Paulo Moreira da Silva, está coordenando estas tarefas.

PRIMEIRO SUBMARINO DA ALEMANHA OCIDENTAL

O primeiro submarino da Marinha de Guerra da Alemanha Ocidental saiu dos estaleiros navais "Howaltswerken", de Kiel. Trata-se do "UW 20", de 250 toneladas brutas. Essa unidade é o antigo "U 2365" da Marinha de Guerra Hitlerista, que sua tripulação afundou em 1945 ao largo da ilha dinamarquesa de Anholt. Ele foi colocado novamente a flutuar há alguns meses. Com exceção de seus motores elétricos, as suas máquinas puderam ser recolocadas em boas condições.

O "UW 20" está destinado a servir de unidade-escola. A data de sua transmissão definitiva à Marinha da Alemanha Ocidental não foi ainda fixada.

PENTATLO MODERNO

Coordenação do Gen R/1 ANTONIO PIRES DE CASTRO FILHO

Nota da Redação — Tendo havido uma radical evolução na contagem de pontos na prova do "Pentatlo Moderno", a direção da Revista houve por bem buscar este esclarecimento para benefício de seus leitores. Fulgou a direção que ninguém mais credenciado para informar do que quem tem dirigido e orientado nossas representações nos últimos cotejos internacionais, sem dúvida alguma a maior autoridade no assunto, atualmente, em nosso País — o General R-1 Antônio Pires Castro Filho.

A nova edição do Regulamento do Pentatlo, aprovada em Congresso e publicada pela União Internacional de Pentatlo Moderno em 1957, estipula:

ARTIGO 119

O resultado da prova — a classificação entre os participantes — será determinada pelo método de pontos.

ARTIGO 120

Na classificação por pontos, um certo número de pontos será atribuído a cada concorrente; em seguida será feito o cômputo total. O concorrente que obtiver o cômputo mais elevado será o primeiro colocado, o que vier em seguida o segundo e, assim, sucessivamente.

Em caso de igualdade de classificação por pontos, o número de vitórias constitui o fator decisivo.

Se a igualdade persistir, a posição respectiva dos concorrentes será determinada pela colocação obtida em cada uma das cinco provas, na seguinte ordem: corrida a pé, — natação, — tiro, — prova de espada e prova equestre.

ARTIGO 121

O concorrente que abandona ou é desclassificado em uma das cinco provas não é excluído da classificação geral, mas lhe será atribuído zero ponto na prova que houver abandonado ou em que houver sido desclassificado.

Para obter colocação numa prova o concorrente deverá iniciá-la.

Transcritos estes artigos da nova edição do Regulamento para melhor elucidação dos pentatletas, passemos agora à instrução para cálculo dos pontos.

I — PROVA EQUESTRE

	Distância	
	2.500 m	5.000 m
Para um percurso sem faltas, na velocidade 500 m/min., recebe-se.....	Pontos 1.000	Pontos 1.000
Para cada segundo acima (abaixo) deste tempo, diminui-se (soma-se).....	5	2,5
Para cada falta nos obstáculos, diminui-se :		
— Ao primeiro refugio ou desvio.....	60	60
— Ao segundo refugio ou desvio.....	80	80
— Ao terceiro refugio ou desvio.....	100	100
— Queda do cavaleiro ou do cavalo com o cavaleiro ou do cavalo somente.....	80	80

Cumpra observar que as faltas nos obstáculos devem ser sempre somadas. Por exemplo : Se um concorrente refugou três vezes um obstáculo, é necessário diminuir sua soma de $60 + 80 + 100 = 240$ pontos.

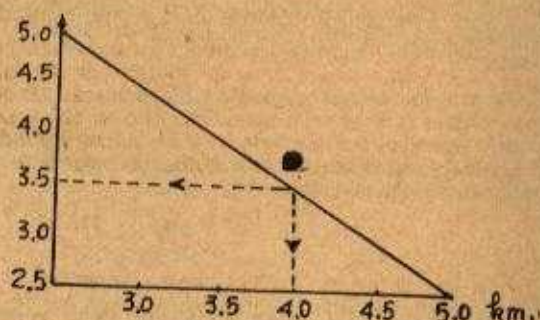
Toda fração inferior a 0,5 pontos é desprezada.

Se a distância está compreendida entre 2.500 m e 5.000 m, é necessário mudar os números citados por outros números que são encontrados por uma interpolação.

Exemplo :

Distância 4.000 m

Pontos



Em consequência, diminui-se (soma-se) para cada segundo 3,5 pontos.

II — ESGRIMA

Para 75% de vitórias obtidas sobre o total de assaltos que cada participante realizou, recebe-se

1.000 pontos

Para cada vitória abaixo (acima) deste número, diminui-se (soma-se) 13×100

A

pontos onde "A" representa o número de assaltos.

NOTA — Cada participante deve disputar pelo menos 20 assaltos. Se o número de participantes for inferior a 21, a "poule" deve ser repetida uma, duas ou três vezes.

— A prova de espada será realizada no interior de um recinto coberto ou ao ar livre.

— O dispositivo de toque elétrico deve ser empregado.

— A duração do assalto será de cinco minutos de combate efetivo. (Reg. pág. 27).

— O presidente do júri ou o diretor de assalto deve avisar aos competidores dois minutos e um minuto antes da expiração do tempo limite fixado para o combate (Reg. pág. 27).

— Quando, ao finalizar o tempo fixado, nenhum dos atiradores foi tocado, cada um deles é declarado tocado e se conta uma derrota a cada um (Reg. pág. 27).

— Na espada em um toque o golpe duplo é uma derrota para cada um (Reg. pág. 10).

— A U.I.P.M. pediu, porém, à F.I.E. para cancelar esta regra nos seus concursos, substituindo-se pela seguinte:

— Se durante o assalto houver um golpe duplo, cada atirador é declarado tocado (1-1) mas o combate continuará até o término do tempo.

— No quadro de classificação será anotado:

- a) Em caso de decisão direta: (V/o) (D/1);
- b) Em caso de decisão com golpes duplos: (V/1 ou V/2, etc.); (D/1 ou D/2, etc.);
- c) Em caso de decisão pelo tempo esgotado (D/1 ou D/2, etc.).

Se por uma razão qualquer (por exemplo, para designar o vencedor da prova) tenha-se que separar muitos concorrentes que tenham obtido o mesmo número de vitórias, a classificação far-se-á pelo número de toques recebidos; se houver igualdade de vitórias e toques recebidos, decidir-se-á pelo número de toques dados; se houver igualdade de vitórias e de toques recebidos e dados haverá, então, barragem.

III — TIRO

Para um resultado de 195 pontos no alvo, recebe-se	1.000 pontos
Para cada ponto no alvo abaixo (acima) deste resultado, diminui-se (soma-se)...	20 pontos
NOTA — Na contagem de pontos não se leva em conta o número de impactos.	

IV — NATAÇÃO — 300 m

Para um tempo de 4 min. O seg. recebe-se	1.000 pontos
Para cada segundo acima (abaixo) deste tempo, diminui-se (soma-se).....	5 pontos

V — CORRIDA A PÉ — 4.000 m

Para um tempo de 15,00 min., recebe-se..	1.000 pontos
Para cada segundo acima (abaixo) deste tempo, diminui-se (soma-se).....	3 pontos
NOTA — Não há pontos de penalidades.	

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Viaje com conforto e segurança nos novos trens de luxo para São Paulo e Belo Horizonte. Estão circulando entre Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte os novos trens de luxo, dotados de todas as condições de conforto moderno. As composições são de aço inoxidável, com amortecedores hidráulicos, dispoem de carros-salões, de dormitórios, etc., providos de ar condicionado. O preço do leito nos trens "Vera Cruz" é de Cr\$ 120,00 para os inferiores e de Cr\$ 100,00 para os superiores nas cabines de dois leitos. Para as cabines individuais o preço é de Cr\$ 150,00. Nos trens "Noturnos" comuns o preço do leito é de Cr\$ 90,00 para os inferiores e de Cr\$ 70,00 para os superiores. O percurso reduzido de uma hora e vinte minutos será estabelecido ao horário abaixo:

HORARIOS (Com as últimas alterações)

1) Ramal de São Paulo

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-3)

IDA

Estações	Chega	Parte
D. Pedro II.....	—	22,30
Barra do Piraí.....	0,41	0,55
Cach. Paulista.....	4,02	4,07
Roosevelt.....	8,20	—

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-4)
VOLTA

Estações	Chega	Parte
Roosevelt.....	—	22,40
Cach. Paulista.....	3,09	3,14
Barra do Piraí.....	6,15	6,24
D. Pedro II.....	8,25	—

2) LINHA DO CENTRO

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-3)

IDA

Estações	Chega	Parte
D. Pedro II.....	—	22,10
Barra do Piraí.....	22,21	22,34
Três Rios.....	0,34	0,29
Jub. de Fora.....	2,17	2,27
Santos Dumont.....	3,28	3,35
Barbacena.....	4,54	4,57
Cons. Lapaletto.....	6,51	6,56
Belo Horizonte.....	11,00	—

PREÇOS DAS PASSAGENS

1) Ramal de São Paulo

De D. Pedro II para as Estações acima

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-3)

Estações	PASSAGENS	
	Simplex Cr\$	Ida e v. Cr\$
Barra do Piraí....	92,00	166,00
Cach. Paulista....	148,00	266,00
Roosevelt.....	198,00	356,00

TREM DE LUXO "SANTA CRUZ" (DP-4)

De Roosevelt para as Estações acima

Estações	PASSAGENS	
	Simplex Cr\$	Ida e v. Cr\$
Cach. Paulista....	140,00	252,00
Barra do Piraí....	175,00	317,00
D. Pedro II.....	198,00	356,00

2) LINHA DO CENTRO

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-3)

De D. Pedro II para as Estações acima

Estações	PASSAGENS	
	Simplex Cr\$	Ida e v. Cr\$
Barra do Piraí....	92,00	166,00
Três Rios.....	132,00	237,00
Jub. de Fora.....	150,00	270,00
Santos Dumont.....	161,00	291,00
Barbacena.....	173,00	313,00
Cons. Lapaletto....	191,00	343,00
Belo Horizonte....	226,00	405,00

HORÁRIOS (Com as últimas alterações)

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-4)

VOLTA

Estações	Chega	Parte
Belo Horizonte	—	19,50
Cons. Lafaiete	23,53	00,01
Barbacena	1,59	2,01
Santos Dumont	3,05	3,10
Juiz de Fora	4,15	4,22
Três Rios	6,07	6,13
Barra do Piraí	8,03	8,12
D. Pedro II	10,15	—

PREÇOS DAS PASSAGENS

TREM DE LUXO "VERA CRUZ" (D-4)

De Belo Horizonte para as Estações a

Estações	PASSAGENS	
	Simplex Cr\$	Ida e Volta Cr\$
Cons. Lafaiete ...	123,00	221,00
Barbacena	146,00	282,00
Santos Dumont	159,00	287,00
Juiz de Fora	170,00	307,00
Três Rios	187,00	326,00
Barra do Piraí ...	204,00	366,00
D. Pedro II	226,00	405,00

Para outras informações, os interessados poderão dirigir-se à Agência da Estação D. Pedro II, diretamente ou pelos telefones 43-2000 e 43-3360, ou às Agências de Roosevelt e Belo Horizonte.

A Administração da Central do Brasil, empenhada no aperfeiçoamento dos serviços, comunica ainda ao público em geral, especialmente ao Comércio, Indústria e Lavoura, que acaba de criar trens rápidos, especiais, de carga, entre Rio-São Paulo, Rio-Juiz de Fora, Rio-Belo Horizonte e vice-versa, a fim de melhor atender seus numerosos clientes, que a têm distinguido com sua honrosa preferência.

ATOS OFICIAIS

Decretos, leis, portarias, avisos e notas até 7 de outubro de 1957

DECRETO N. 42.338 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica alterado o Regulamento para a Escola de Guerra Naval, aprovado pelo Decreto número 41.224, de 20 de março de 1957, para o fim de acrescentar, ao art. 18, § 6º com a seguinte redação:

“§ 6º. Os Oficiais do Exército e da Aeronáutica serão dispensados do concurso de admissão a que se refere o presente artigo, desde que já hajam satisfeito requisito equivalente na Escola de Estado-Maior do Exército ou na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica”.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Antonio Alves Câmara

(“Diário Oficial” de 1-X-1957.)

AVISO N. 775 — EM 31 DE AGOSTO DE 1957

Passa a ter a seguinte redação o Art. 2º das “Diretrizes para a ela-

boração dos Estatutos dos Circulos Militares”, aprovadas pelo Aviso n. 359-D1-B, de 3 de maio de 1957.

Art. 2º. A fim de atender à finalidade expressa no art. 1º, os “Circulos Militares” congregarão os oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, da ativa, reserva e reformados, bem como os oficiais das Forças Auxiliares, pertencentes à Guarnição ou nela residentes, além dos civis de reconhecido conceito social e dos oficiais não pertencentes à Guarnição que assim desejarem.

(“Diário Oficial” de 4-IX-1957.)

* *

AVISO N. 799-D-5-D1, EM 5 DE SETEMBRO DE 1957

1. Tendo em vista os inconvenientes da movimentação de militares que, a curto prazo, podem efetivar matrícula em Escolas, Centros ou Cursos, determino que, em princípios, no 2º semestre de cada ano, não sejam movimentados para fora da guarnição onde servem:

a) os inscritos para o concurso de admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e à Escola Técnica do Exército;

b) os relacionados (oficiais e praças) para matrícula (voluntária ou compulsória) em curso de Aperfeiçoamento ou Especialização.

2. O EME informará ao DGP a respeito do constante da letra a) acima.

(“Diário Oficial” de 6-IX-1957.)

PORTARIA N. 1.908, DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Vagas para matrícula na ECEME — em 1958 (Fixação)

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército e tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 do Regulamento da ECEME, aprovado pelo Decreto n. 36.955, de 25 de fevereiro de 1955, resolve fixar, para matrícula no 1º ano dos Cursos de Comando e Estado-Maior e de Chefia de Serviços da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no ano de 1958, o seguinte número de vagas:

A) Curso de Comando e Estado-Maior — 80 (oitenta).

B) Curso de Chefia de Serviços:

I — Oficiais do Quadro de Intendente — 7 (sete);

— Oficiais do Quadro de Médicos 5 (cinco);

— Oficiais do Quadro de Veterinários — 3 (três).

C) Oficiais estrangeiros — 5 (cinco).

("Diário Oficial" de 1-X-1957.)

* *

PORTARIA N. 1.789, DE 5 DE SETEMBRO DE 1957

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 16, do Regulamento do QOE e QOA, resolve baixar as seguintes instruções:

1. As provas físicas para ingresso nos QOA e QOE, destinadas à verificação da capacidade física dos Subtenentes e 1º Sargentos para as novas funções, serão realizadas no ato da inspeção de saúde perante a própria JMS que os inspecionar.

2. Fica a critério dessas JMS quais as provas a realizar com aque-

la finalidade, isto é, verificação da aplicação física para o Serviço do Exército no novo posto.

("Diário Oficial" de 6-IX-1957.)

* *

DECRETO N. 42.251 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1957

Aprova o Regulamento do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, organizados pela Lei n. 3.223, de 21 de julho de 1957, em face do parágrafo único do art. 60, da Lei n. 2.351, de 23 de agosto de 1956.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere a Constituição Federal, art. 87, inciso I, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), que com este baixa, assinado pelo General-de-Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1957, 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 9-IX-1957.)

* *

PORTARIA DE 30 DE AGOSTO DE 1957

N. 1.744 — O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as Normas e Instruções que com esta baixam para a remessa periódica de Mapas de Efetivos e Relações Nominais para efeito de controle.

Normas e instruções para a remessa periódica de Mapas de Efetivo e relações nominais para efeito de controle:

1. Ficam suspensas as remessas periódicas de Mapas de Efetivos e Relações Nominais referentes a Oficiais, que vinham sendo feitas pelos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições e destinadas aos Órgãos de Controle.

2. Os Mapas de Efetivos e Relações Nominais relativas a Subtenentes e Sargentos, de remessa mensal, trimestral ou semestral passam a ser enviados uma vez por ano, após o recebimento do "Quadro de Organização e Efetivos em Praças" pelos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

3. As alterações ocorridas com Oficiais fora da Capital Federal e Niterói, serão comunicadas via rádio, bem como as havidas com Praças que exijam conhecimento imediato.

4. As alterações verificadas com Praças em cada mês, que não exijam conhecimento imediato pelos Órgãos Controladores, serão remetidos no primeiro dia útil do mês seguinte, reunidas em documento único.

5. As Organizações Militares, com sede no Distrito Federal e Niterói, abster-se-ão do emprego do rádio para comunicação de rotina referentes a efetivos de Oficiais e Praças, salvo em caso de comprovação urgência.

6. As demais Organizações Militares utilizarão os seguintes meios para as comunicações sobre Praças:

a) Rádio — (Comunicações imediatas):

- Inclusão;
- Exclusão;
- Desligamento;
- Apresentação pronto;
- Mudança de comportamento;
- Licença;
- Outras informações para conhecimento imediato.

b) Correio — (Comunicação mensal em documento único).

— Engajamento e reengajamento;

- Adição;
- Passagem a excedente;
- Término de Curso;
- Medalhas;
- Baixa a hospital, etc.

7. Situações que não devem ser comunicadas:

- Férias (início ou fim, quando na mesma guarnição);

- Nojo ou Gala;
- Dispensa do Serviço pelo Cmt., Chefe ou Diretor;

— Outras situações que interessem unicamente à Unidade, Estabelecimento ou Repartição, embora constem das Fôlhas ou Relações de Alterações de militares.

8. Cabe aos Órgãos Controladores de pessoal manter os respectivos fichários devidamente atualizados, não só pelo recebimento dos documentos citados, como também pelas informações fornecidas por outros órgãos com atribuições sobre movimentação de pessoal.

9. Os documentos de que tratam os itens 2 e 4 destas Normas devem obedecer aos modelos anexos (1-P, 2-P e 3-P).

10. As presentes determinações, que são baixadas em caráter experimental, entram em vigor a partir de 1 de setembro de 1957, ficando proibidas quaisquer modificações, salvo em casos excepcionais.

("Diário Oficial" de 3-IX-1957.)

* *

DECRETO N. 42.382 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1957

Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, de que trata o art. 16 da Lei n. 1.086, de 19 de abril de 1950, e que acompanha o presente decreto, assinado pelos Ministros de Estado da Justiça e Negócios Interiores, da Marinha, da Guerra, da Fazenda e da Aeronáutica.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

("Diário Oficial" de 7-X-1957.)

DECRETO N. 42.395 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1957

Cria a 7ª Companhia de Guardas, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com o art. 19 da Lei número 2.851, de 25 de agosto de 1957, decreta:

Art. 1º. Fica criada a 7ª Companhia de Guardas, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Henrique Lott

("Diário Oficial" de 5-X-1957.)

AVISO N. 908 D5-D — EM 1 DE OUTUBRO DE 1957

Solucionando a consulta feita pela Diretoria do Pessoal da Ativa, em Ofício 138-D2-S1, de 31 de julho de 1957, esclareço:

Que, para a movimentação de Subtenentes e Sargentos, por necessidade do serviço, prevista no Caso B, § 1º, do art. 45 da LMQ, só deve ser computado o tempo de permanência na Guarnição, passado nessas graduações;

Que o citado artigo apenas enumera os casos em que o Subtenente e o Sargento "poderão" ser movi-

mentados, sem no entanto, assegurar-lhes um direito à movimentação, em tais casos.

("Diário Oficial" de 3-X-1957.)

AVISO N. 921 D-5-D1 — EM 2 DE OUTUBRO DE 1957

Em solução à consulta feita em de 1957, do Núcleo da Divisão Blindada, versando sobre se assiste direito à concessão de um período de férias regulamentares, após a sua declaração, ao Aspirante egresso das Escolas de Formação:

Esclareço:

Por término de curso o Aspirante a Oficial tem direito a 30 dias de férias, de acordo com os dispositivos regulamentares;

Essas férias terão início, obrigatoriamente, no dia imediato ao último trabalho escolar (exame), delas sendo descontados os dias de "Declaração de Aspirante", de apresentação da turma ao Departamento Geral do Pessoal e de qualquer serviço extraordinário que venha a ocorrer nesse período.

("Diário Oficial" de 4-X-1957.)

DECRETO N. 42.392 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1957

Dá nova redação ao n. 14, do art. 15, do Decreto n. 23.198, de 11 de junho de 1947 (R-158 — Regulamento do Serviço de Obras e Fortificações do Exército).

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O n. 14 do art. 15 do Decreto n. 23.198, de 11 de junho de 1947 (R-158 — Regulamento do Serviço de Obras e Fortificações do Exército), passa a ter a seguinte redação:

"14. Organizar os projetos e orçamentos de obras e instalações, iniciando e dirigindo a sua exe-

ção, após aprovação pelo Chefe do Departamento de Produção e Obras."

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

("Diário Oficial" de 5-X-1957.)

• •

DECRETO N. 42.393 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1957

Dá nova redação ao art. 5º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto número 38.259, de 26 de novembro de 1955, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n. 38.259, de 26 de novembro de 1955.

Art. 2º. Passa a ter a seguinte redação o art. 5º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército aprovado pelo Decreto número 25.382, de 18 de agosto de 1948:

Art. 5º. São funções do Estado-Maior:

a) Todas as funções privativas de Oficiais-Generais das Armas e dos Serviços;

b) As de subchefe e de adjuntos do Gabinete Militar da Presidência da República;

c) As inerentes ao Gabinete do Ministro da Guerra e à Secretaria do Ministério da Guerra consignadas nos respectivos Quadros de Distribuição como privativas de Oficiais do QEMA;

d) As de chefe do Gabinete, chefe de Seção e adjunto do EMFA e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional previstas nos respectivos regulamentos;

e) As de chefe do Gabinete, chefe de Seção, chefe de Divisão, chefe de subseção e adjuntos do EME, previstas no respectivo Quadro de Distribuição como privativas de Oficiais do QEMA;

f) As inerentes às Zonas de Defesa previstas no respectivo Regulamento;

g) As inerentes aos Estados-Maiores de Exército, Regiões Militares e Divisões, Núcleos de Divisões, consignadas nos respectivos Quadros de Distribuição como privativas de Oficiais do QEMA;

h) as inerentes aos Departamentos, Diretorias, Subdiretorias e Artilharia de Costa da 1ª RM, consignadas nos respectivos Quadros de Distribuição como privativas de Oficiais do QEMA;

i) As de Diretor e Subdiretor de Ensino e de Instrutor (chefes, adjuntos e estagiários) da EsCEMA;

j) As inerentes ao EM do GUES, consignadas nos respectivos Quadros de Distribuição como privativas de Oficiais do QEMA;

l) As de assistentes de Comando de Armas, Brigada e Destacamento;

m) As de Adido Militar e Adjunto de Adido Militar às representações diplomáticas do exterior;

n) As de Instrutor da Escola de Guerra Naval e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;

o) As de Comissário e adjuntos de Comissões de Rêde;

p) As inerentes a Estabelecimentos de Ensino e Cursos consignadas nos respectivos Quadros de Distribuição como privativas de Oficiais do QEMA;

q) As de Chefe da 1ª Seção de Circunscrição de Recrutamento.

Art. 3º. Mesmo no desempenho de função expressa neste decreto, só farão jus à gratificação de que tratam os arts. 115, 116 e 117 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (CVVM), os oficiais possuidores do Curso de Estado-Maior.

Art. 4º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

("Diário Oficial" de 5-X-957.)

DECRETO N. 42.394 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1957

Altera o Capítulo VII — Título I — Primeira Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, Federal, decreta:

Art. 1º. O Capítulo VII (Título I) 1ª Parte do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951, modificado

pelo Decreto n. 40.556, de 17 de dezembro de 1956, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO VII

Condecorações

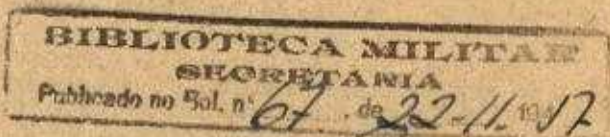
("Diário Oficial" de 5-X-957.)

AVISO N. 923-D-6 — EM 3 DE OUTUBRO DE 1957

Remessa de cópia da demonstração de valores — recomendação

A partir da publicação do presente Aviso, às Unidades Administrativas devem, enviar à COSEF, junto com os espelhos dos balancetes a que se refere o Aviso número 179-D-1-H, de 20 Fev 56, publicado no "Diário Oficial" de 22 do mesmo mês, uma cópia da demonstração dos valores, apresentada em prestação de contas mensal, na qual deva estar explícito o estabelecimento bancário onde se encontra o Saldo de Caixa.

("Diário Oficial" de 5-X-957.)



COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen Ex Leitão de Carvalho.
Gen Silveira de Mello.
Gen Antonio Pires de Castro Filho.
A. P. Tôrres.
Cel Av Armando de Menezes.
Cel T Waldemar de Lima e Silva.
Maj Danilo D. de Sá da Cunha e Mello.
Maj Kleber Assumpção.
Maj Otto Arlindo Berenhauser.
Cap João Manoel Simch Brochado.
Cap Vasco Ribeiro da Costa.
1º Ten R-2 Jayme da França Doria.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

SMG
IMPRESA DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1957